

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2026

NÚMERO 22.972 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Caso Master

PF pede suspeição de Toffoli após citações no celular de Vorcaro

Perícia realizada no aparelho do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, encontrou menções ao ministro Dias Toffoli (foto), do Supremo Tribunal Federal, relator do processo que apura denúncias de fraudes em negociações da instituição financeira, fechada pelo Banco Central em novembro. Com base nessas informações, a Polícia Federal enviou a Edson Fachin, presidente do STF, pedido de suspeição de Toffoli no comando do inquérito. O chefe do Poder Judiciário pediu ontem mesmo que o magistrado citado nas conversas se manifeste sobre o caso. Em nota, a equipe de Toffoli afirmou que “tratam-se de ilações” da PF e que vai esclarecer as citações encontradas. “Juridicamente, a instituição (PF) não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo, nos termos do artigo 145, do Código de Processo Civil. Quanto ao conteúdo do pedido, a resposta será apresentada pelo ministro ao presidente da Corte”, conclui a nota.

Luiz Silveira/STF



Dinheiro voa pela janela em operação da Rioprevidência

Tesouro autoriza BRB a vender R\$ 970 milhões em crédito

Bruna Gaston/CB/D.A Press



“Legislativo deve investigar”

Ao *CB.Poder*, a senadora Leila Barros (PDT-DF) disse considerar fundamental a investigação rigorosa da operação de compra do Master pelo BRB e defendeu o afastamento do governador Ibaneis Rocha.

PÁGINAS 2, 3, 7 E 15. BRASÍLIA-DF, 4 E VISÃO DO CORREIO, 10

Caso Rodrigo: MP denuncia Pedro Turra por homicídio

Ex-piloto será acusado de homicídio doloso pela morte de Rodrigo Castanheira, 16 anos: assumiu o risco de matar após uma sequência de agressões

PÁGINA 13

Ian Vieira/CB/D.A Press



CEM 3 é sucesso!

Alunos e professores do Centro de Ensino Médio 3 (CEM 3) de Taguatinga festejam o resultado da escola no acesso ao ensino superior em instituições públicas. Foram pelo menos 92 aprovados na UnB e outras federais. PÁGINA 15

Bruna Gaston/CB/D.A Press



O poder das empreendedoras

Brasília recebe em março o Movimento 2026, um debate mundial sobre empreendedorismo das mulheres. Superintendente do Sebrae-DF, Rose Rainha conta, ao *CB.Poder*, como estão os preparativos para o evento, que reunirá especialistas do Brasil e do mundo. PÁGINA 16

Ana Dubeux/CB/D.A Press



Justiça em alerta com a IA

Conselheiro do CNJ, Rodrigo Badaró preside o Comitê Nacional de Inteligência Artificial e detalhou, no *Podcast do Correio*, as medidas para fortalecer a segurança processual no Brasil, sem abrir mão da modernidade. PÁGINA 14

Ataque em escola no Canadá deixa 10 mortos

PÁGINA 9

Ônibus

Passagens para o Entorno terão reajuste em fevereiro

PÁGINA 9

Carnaval

Segurança limita desfile dos blocos de rua até 1h

PÁGINAS 17 E 18

Direito & Justiça

Pra ficar claro: “Não é não”

Alegria e descontração são marcas do carnaval, mas o respeito precisa estar nas ruas, nas festas e nos salões. O *Correio* mostra os principais pontos que envolvem os crimes de assédio sexual.



Pronto para a estreia

Fundador do projeto Anjos Corredores, Epitácio Júnior conta ao *Correio* por que abraçou os desafios de rua.



PÁGINA 20



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000



(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166



(61) 99256.3846



PODER

Master: PF pede a suspeição de Toffoli

Perícia no celular de Daniel Vorcaro encontra menções ao ministro. Corporação fez a solicitação ao presidente do STF, Edson Fachin

» LUANA PATRIOLINO
» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI

A Polícia Federal (PF) pediu ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a suspeição do ministro Dias Toffoli como relator da investigação sobre o Banco Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central (BC). A requisição se baseia na perícia no celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, que trazem menções ao magistrado e a outras pessoas com foro privilegiado. Fachin notificou Toffoli a se manifestar sobre o episódio.

Por meio de nota divulgada logo depois que veio à tona o pedido de suspeição, a equipe do ministro-relator disse que tratam-se de deduções e que vai esclarecer as citações encontradas pela PF. “O gabinete do ministro Dias Toffoli esclarece que o pedido de declaração de suspeição apresentado pela Polícia Federal trata de ilações. Juridicamente, a instituição não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo, nos termos do artigo 145, do Código de Processo Civil. Quanto ao conteúdo do pedido, a resposta será apresentada pelo ministro ao presidente da Corte”, frisa a nota.

O conteúdo encontrado no celular de Vorcaro está sob sigilo e foi entregue a Fachin pelo próprio diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues. A informação foi adiantada pelo UOL, mas confirmada pelo **Correio**. Os diálogos a que os peritos tiveram acesso reforçam suspeitas de uma possível relação próxima entre o ex-banqueiro e Toffoli. Ao notificar o ministro-relator, Fachin quer saber se há conflito de interesse entre as partes.

Toffoli vem sendo alvo de questionamentos a respeito de sua atuação no caso desde o início das apurações. O primeiro episódio a chamar a atenção foi quando viajou para Lima, no Peru, para assistir à final da Taça Libertadores entre

Wal Lima/CB/D.A Press



Em busca de acesso ao celular de Vorcaro, Renan esteve com Fachin antes de o presidente do STF receber a requisição da PF sobre a suspeição de Toffoli

Palmeiras e Flamengo, no jatinho do empresário e ex-senador Luiz Oswaldo Pastore. No voo, também estavam o advogado Augusto Arruda Botelho, que atua no processo do Master defendendo o ex-diretor de Compliance do banco, Luiz Antônio Bull, e o ex-deputado Aldo Rebello. Por meio de nota, o ministro garantiu que na viagem não se tratou da instituição liquidada pelo BC.

Os questionamentos sobre a atuação do ministro aumentaram quando marcou, para 30 de dezembro de 2025, uma acareação entre Vorcaro, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino. A decisão chamou a atenção porque uma sessão para confronto de versões é atribuição da PF e representava, segundo

a corporação, um atropelo às apurações — daí porque fez uma solicitação a Toffoli para que tornasse o encontro uma tomada de depoimentos com eventual acareação. A oitiva foi dirigida pela delegada federal Janaína Palazzo, que teve de fazer perguntas elaboradas pelo gabinete do ministro — passadas pelo juiz auxiliar Carlos Vieira von Adamek.

O começo da sessão foi marcado pelo mal-estar, pois Janaína ligou para Andrei Rodrigues informando que o gabinete de Toffoli queria que ela seguisse o roteiro do ministro. O diretor da PF sustentou a decisão da delegada ao garantir que ela era quem conduzia a sessão. Von Adamek, por sua vez, fez contato com Toffoli e houve, a partir daí, um acordo no qual as

perguntas tornaram-se apenas “sugestões”. Depois de pouco mais de três horas de depoimentos, houve a acareação entre Vorcaro e PHC, que durou poucos minutos.

Senado e Supremo

Em outra frente de investigação, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou, também ontem, que o colegiado solicitará acesso ao material apreendido no celular de Vorcaro e requisitará informações relativas às investigações, inclusive, dados protegidos por sigilo. A afirmação foi dada após reunião com o ministro Fachin. Questionado se a comissão teria acesso ao conteúdo extraído do aparelho de Vorcaro,

Renan respondeu objetivamente: “Vamos, sim”.

Segundo o senador, o encontro com o presidente da Corte foi “muito bom” e “produtivo”. Tratou de aspectos da legislação de processo penal e da competência da CAE na fiscalização do sistema financeiro. Ele sustentou que o colegiado poderá requisitar informações com base na Lei Complementar 105, que disciplina o sigilo das operações financeiras.

Renan defendeu, ainda, que os trabalhos avançassem rapidamente para a fase de depoimentos e afirmou que o primeiro a ser ouvido deveria ser o próprio Vorcaro. “Para que os trabalhos da comissão sejam produtivos, defendi que deveríamos começar os depoimentos ouvindo o Vorcaro”, disse.

Aumento de sigilo

O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), restringiu ainda mais o acesso do Banco Central ao parecer da área técnica da Corte que analisa a atuação da autoridade monetária sobre o caso Master. A solicitação de alteração do status foi feita pela Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, “com intuito de evitar vazamentos”, e deferida por Jhonatan, com a “ciência” do BC.

A assessoria do TCU confirmou que houve a mudança no status de acesso ao documento, que passou de “sigiloso” para “sigiloso com exigência de autorização específica de leitura”. Significa que o BC só poderá ler o documento após solicitação e autorização de Jhonatan. “O TCU esclarece que o Banco Central terá acesso a todas as peças processuais sempre que necessário, não havendo qualquer prejuízo ao órgão jurisdicionado”, diz a nota.

Segundo fontes no BC e no TCU, o parecer técnico da Corte foi favorável à atuação da autarquia na liquidação do Master, decretada em novembro, sem recomendações para mudanças de conduta da autoridade monetária — que já teve acesso ao documento, mas não pôde fazer cópias nem recebê-lo em formato físico. De acordo com essas fontes, a área técnica do TCU teria afirmado que, se o BC não tivesse agido, aí, sim, o tribunal teria de tomar providências.

Iso, aliás, é exatamente o oposto da tese levantada pelo ministro-relator, que lançou a suspeita de que o BC pudesse ter agido preventivamente ao liquidar o Master, em novembro do ano passado.

Críticas

Por conta do aumento na restrição, um grupo de entidades do mercado financeiro — de bancos a operadoras de crédito, incluindo fintechs — emitiu nota criticando a decisão do TCU. Segundo o texto, “decisões que imponham sigilo em processos de interesse público precisam de motivação e esclarecimentos objetivos à sociedade”.

Entre as entidades que assinam o documento, estão a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a Anbima (que reúne empresas do mercado financeiro e de capitais), a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Zetta (associação do setor de tecnologia financeira).

Na terça-feira, o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, informou que a área técnica da Corte concluiu a inspeção e que o processo será remetido hoje a Jhonatan. O caso será discutido em plenário após o despacho do ministro-relator.

Os integrantes do TCU recebem respaldo da área técnica, em todos os casos, mas têm liberdade e autonomia para julgar cada processo. Nos bastidores da Corte, comentava-se, também, que o sigilo imposto por Jhonatan pode ser uma forma de reduzir as pressões sobre o seu voto.

A atuação do TCU no caso Master vem gerando polêmica porque, na visão de especialistas, não cabe à Corte fiscalizar a atuação do BC, que é quem supervisiona o sistema financeiro.

Dinheiro do Rioprevidência voa pela janela

» RAFAELA GONÇALVES

Uma mala com R\$ 429 mil em dinheiro foi arremessada pela janela de um apartamento em Balneário Camboriú (SC), durante a operação Operação Barco de Papel, da Polícia Federal (PF), que investiga crimes relacionados ao Banco Master e à gestão de recursos do Rioprevidência — Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, autarquia que administra aposentadorias e pensões do funcionalismo fluminense e de seus dependentes. O nome da pessoa que tentou se livrar do dinheiro vivo não foi divulgado, mas o montante foi recuperado. Na operação, os agentes também apreenderam dois veículos de luxo e dois celulares.

O ocupante do imóvel do qual foi jogada a mala tem ligação com Deivis Marcon Antunes, ex-presidente do Rioprevidência, que está preso. As ordens judiciais foram expedidas pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, com base em indícios de obstrução de investigações e ocultação de provas. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em Balneário Camboriú e Itapema, também em Santa Catarina, com apoio da delegacia de PF em Itajaí.

A Barco de Papel investiga nove operações financeiras realizadas entre novembro de 2023 e julho de 2024, nas quais o Rioprevidência aplicou cerca de R\$ 970 milhões em Letras Financeiras emitidas pelo Master. Segundo a PF, os crimes sob apuração incluem gestão fraudulenta, desvio de recursos, indução em erro de repartição pública, fraude à fiscalização ou ao investidor, além de associação criminosa e corrupção passiva.

O ex-presidente da Rioprevidência teve a prisão temporária convertida em preventiva, ontem, pela Justiça Federal. Deivis permanece detido no Presídio José Frederico Marques, em Benfica — na Zona Norte do Rio de Janeiro —, desde sua prisão, em 3 de fevereiro, durante a segunda fase da operação, conforme informações da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Prisões

Na primeira fase da Barco de Papel, realizada em 23 de janeiro, o apartamento de Deivis foi alvo de busca e apreensão. Foram detidas “movimentações suspeitas de retirada de documentos”, manipulação de provas digitais e a transferência de

dois veículos de luxo para terceiros. Na segunda fase, os gêmeos Rodrigo e Rafael Schmitt — que ajudaram o ex-presidente do Rioprevidência a obstruir as investigações, segundo a PF — foram presos.

O Banco Central (BC) determinou a liquidação do Master em 19 de novembro de 2025. Apesar do encerramento das atividades do banco, o Rioprevidência informou que os pagamentos a aposentados e pensionistas estavam garantidos. Os investimentos no banco de Daniel Vorcaro foram feitos entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034.

Ao todo, 18 entes da Federação aplicaram recursos de seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em letras financeiras emitidas pelo Master. O total chega a R\$ 1,86 bilhão. Entre esses fundos, pelo menos oito apresentam déficits financeiros — entre os maiores estão o Amazonprev, do estado do Amazonas, com R\$ 751,1 milhões de prejuízo nas contribuições de servidores civis; o Amprev, do Amapá, com R\$ 394,9 milhões entre contribuições de servidores militares; Maceió Previdência, com R\$ 299,4 milhões; e o Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande, com R\$ 124,8 milhões.

Divulgação/Polícia Federal



Ocupante do imóvel tentou se desfazer da prova jogando-a pela janela

» Investigado, presidente da Amprev se demite

O presidente da Amapá Previdência (Amprev), Jocildo Lemos, renunciou ontem ao cargo depois de se tornar alvo de investigação da Polícia Federal por aportar R\$ 400 milhões da instituição no Banco Master. A aplicação se deu via compra de letras financeiras, em meados de 2025. Essa aplicação não é segurada pelo Fundo Garantidor de Crédito e, agora, os servidores e aposentados do governo amapaense podem ficar no prejuízo. Jocildo ignorou alertas do comitê de investimentos do fundo em relação aos perigos de investir no banco de Daniel Vorcaro.

»cb.poder | LEILA BARROS | SENADORA (PDT-DF)

Parlamentar considera fundamental o Legislativo investigar a fundo a compra do Master pelo Banco de Brasília e o envolvimento do governador Ibaneis Rocha

“O Senado não é tribunal. Queremos trazer solução”

» LETÍCIA CORRÊA*

Para a senadora Leila Barros (PDT-DF), as investigações sobre a fraude do Banco Master estão apenas começando. Integrante da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, ela aponta que é preciso esclarecer, sobretudo, como a compra do banco de Daniel Vercara peo BRB — que, segundo ela, corre risco de liquidação ou federalização — e o envolvimento do governador Ibaneis Rocha (MDB) na transação. À edição de ontem do CB.Poder — uma parceria entre o *Correio* e a TV Brasília —, ela defendeu o afastamento de Ibaneis e disse ser “impossível” que não esteja envolvido no esquema. A seguir, os principais trechos da entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ronayre Nunes.

Qual sua avaliação sobre os primeiros movimentos do grupo de trabalho formado para investigar o caso Master?

Todos estão muito motivados para acompanhar a investigação e dar transparência a todo esse processo. É um dever do Senado acompanhar esse escândalo, pois afeta duramente o sistema financeiro. Além disso, vemos o BRB no centro de toda essa polêmica. Embora não seja um trabalho que nos deixe felizes, é nosso dever trazer todos os esclarecimentos à população. Sei que este é um ano eleitoral, atípico, e existe uma preocupação, pois pessoas citadas ou envolvidas nessas fraudes podem disputar pleitos em seus estados. Isso é claro para nós, mas não fomos nós que causamos o problema.

De um lado, vemos o movimento da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), no sentido de investigar. Segundo ele, trata-se da maior fraude bancária já ocorrida no Brasil, envolvendo bilhões de reais. Mas, de outro, há um movimento da chamada “bancada Master” — um suposto “acordão” para abafar a confusão devido ao ano eleitoral. Como a senhora vê isso?

Acho um escândalo. As eleições passam, mas o prejuízo bilionário permanece. Estamos falando de valores que atingem diretamente os mais vulneráveis e os servidores. Falamos de previdências e aposentadorias de pessoas que investiram a vida inteira para ter conforto no futuro. Vimos o caso da previdência do Rio de Janeiro, onde o ex-presidente foi preso após investir quase R\$ 1 bilhão no Master. Com relação ao Distrito Federal, temos essa mesma preocupação, pois, até o momento, não houve esclarecimentos sobre o Iprev e a previdência dos nossos servidores. Não sabemos a extensão desse envolvimento ou se há ações do BRB vinculadas. É algo muito sério. Para além da questão eleitoral, existe a questão da consciência sobre como isso afetará os orçamentos e as previdências estaduais. Os servidores não pediram que os agentes assinassem contratos ou fizessem parcerias em seus nomes e, agora, essa sujeira pode cair no colo de quem não tem culpa nenhuma.

A senhora acredita que virá muito mais?

Não tenho dúvida. Todo dia surge uma nova notícia, um novo envolvimento ou um novo ator. Estamos no início de uma grande fraude, de uma sequência bizarra de situações que podem trazer grandes prejuízos aos envolvidos.

Qual a importância de o Senado estar envolvido, considerando

Bruna Gaston/CB/D.A Press



O próximo governador e a bancada enfrentarão o desafio de gerir um orçamento afetado, o que prejudicará áreas como saúde, educação e segurança pública”

que o jogo político em ano eleitoral é uma preocupação? Como a senhora avalia a participação na investigação?

Não somos juízes e não faremos da comissão um ato de perseguição política. Nosso dever é apurar. O senador Renan Calheiros deixou claro no plano de trabalho que vamos acompanhar as investigações e trazer os fatos à luz, dando transparência na medida do possível. Além disso, o Congresso precisa se debruçar sobre a legislação: o que falta para termos mais segurança e transparência em transações, fundos e questões previdenciárias? Vejo isso como uma grande missão no meu mandato. O grupo de trabalho está consciente da sensibilidade do tema, mas focado na responsabilidade de reformular o marco legal do sistema financeiro.

Os três senadores do Distrito Federal apresentaram um requerimento para convidar o governador Ibaneis Rocha. Qual a sua avaliação sobre a participação dele e o que a senhora gostaria que ele esclarecesse?

A relação entre o Master e o BRB é evidente. É impossível que um governador — que comanda as instituições, a polícia e é o acionista majoritário do banco — não tenha participado da decisão de usar R\$ 2 bilhões de dinheiro público para comprar um banco privado. Ninguém acredita que não soubesse. O afastamento dele não é uma condenação, mas uma medida para garantir que a investigação ocorra de forma transparente, sem interferências. É impossível o investigado comandar a ação.

A senhora defende o afastamento dele?

Defendo, pois ele está sendo investigado. Como o investigado poderá comandar e atuar no acompanhamento da investigação sendo o acionista majoritário e chefe das instituições do DF? Para que haja transparência e nenhum tipo de “filtro”, o afastamento é necessário. Não é uma questão eleitoral. Não criei o problema, estou buscando

a solução e o afastamento é uma das soluções necessárias.

Sobre o BRB, a nova gestão está em contato com o BC para apresentar um plano de garantias em relação aos prejuízos causados pelo Master. Haverá um capítulo específico sobre o BRB no grupo de trabalho?

Vamos trabalhar para isso. É impossível não tratarmos o BRB com a devida responsabilidade. Hoje não temos esclarecimentos sobre nada: por que comprar o banco? Quem seria beneficiado? Por que gastar R\$ 2 bilhões de dinheiro público? Não houve resposta sobre benefícios para a população, como construção de hospitais ou redução de crédito habitacional. O BRB não é um banco de investimento, é um banco de desenvolvimento que perdeu sua vocação nos últimos anos. É preocupante. Precisamos entender a questão da previdência dos servidores e a quem interessava essa compra. Falamos de um rombo que afetará o patrimônio e os cofres do BRB, que corre risco de liquidação ou federalização. A população não foi consultada sobre essas transações de risco e agora pagará o preço. Precisamos investigar, saber os nomes de quem aprovou isso e o tamanho real do prejuízo.

Sobre as graves consequências envolvendo o BRB e o Ibaneis. Existe também uma discussão sobre o impacto desse escândalo nas eleições do Distrito Federal. Rumores indicam que a candidatura do governador ao Senado estaria sendo reavaliada, enquanto outros nomes da direita, como Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, surgem como possíveis candidatas. A senhora acha que esse escândalo abre espaço para candidaturas de esquerda, fortalecendo nomes como o seu?

Independentemente da vertente política, o próximo governador e a bancada enfrentarão o desafio de gerir um orçamento afetado, o

que prejudicará áreas como saúde, educação e segurança pública. Tenho lutado pela manutenção do Fundo Constitucional no Senado há sete anos. Meu maior dever, agora, é cumprir meu papel na investigação. Independentemente de quem esteja na disputa, meu foco é trabalhar pelo equilíbrio das contas do DF.

A crise do BRB e do Master pode ameaçar o Fundo Constitucional?

Um escândalo desses pode anular todo esse esforço orçamentário. O Fundo Constitucional sempre foi alvo de debate no Congresso. Se o rombo (do Master), que já passa de R\$ 5 bilhões, se confirmar maior, o desafio de Brasília será enorme. O Congresso acompanha a situação e sabe das dificuldades. A punição aos envolvidos e a transparência no sistema financeiro são cruciais. A defesa do fundo é o único momento em que sinto a bancada do DF totalmente unida.

Ou seja, o escândalo pode ser uma ameaça à solidez do fundo?

Neste momento, não. Temos conversado internamente. Mas o fundo é uma preocupação diária, pois dele depende a manutenção da segurança, da saúde e da educação.

Esse problema orçamentário será um tema central, independentemente de quem venha a governar...

Com certeza. A saúde financeira da cidade será o grande palco das discussões eleitorais. A investigação deve se estender até o pleito e a população precisa saber o impacto disso na cidade, que já não vai bem.

Teremos de vender patrimônio?

Vender patrimônio ou aumentar impostos. É uma realidade que não está clara nem para os parlamentares, quanto mais para a população.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Disputa entre Lula e Flávio limita o espaço para uma terceira via

A pesquisa Genial/Quaest divulgada em fevereiro mostra que o país chega à disputa presidencial de 2026 profundamente dividido, tanto do ponto de vista ideológico quanto geográfico, social e emocional. Luiz Inácio Lula da Silva lidera todos os cenários de primeiro e segundo turno, mas essa liderança convive com sinais claros de desgaste e com a consolidação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como adversário competitivo. O resultado é um quadro de vantagem numérica para o presidente, porém instável e longe de conforto.

No cenário principal de primeiro turno, Lula aparece com 43% das intenções de voto, contra 38% de Flávio. Brancos, nulos e eleitores que dizem não votar somam 17%, enquanto 2% permanecem indecisos. É uma polarização estrutural, entre dois polos que abduzem o sistema político-partidário. Há pouco espaço para alternativas de terceira via trafegando pelo centro. A eleição é um embate direto entre esquerda e direita, como em 2018 e 2022, já no primeiro turno.

Segundo Felipe Nunes, responsável pela pesquisa, essa divisão também se expressa de forma clara quando se observa a avaliação do governo. Hoje, 49% desaprovam o trabalho de Lula, enquanto 45% aprovam. Na avaliação qualitativa, 39% consideram o governo ruim ou péssimo, 33% o avaliam como bom ou ótimo e 26% o classificam como regular, o que gera um saldo negativo de seis pontos.

Esses números permanecem estáveis desde outubro de 2025, com opiniões cristalizadas, pouco permeáveis a fatos novos e altamente resistentes a mudanças abruptas. Mesmo liderando em todos os cenários, Lula enfrenta um grande problema: 57% dos entrevistados afirmam que ele não merece mais quatro anos como presidente, contra apenas 39% que defendem um quarto mandato.

Esse descompasso entre liderança eleitoral e desejo de continuidade mostra que a rejeição ao adversário é fator que desequilibra a disputa. E revela uma postura defensiva dos eleitores, motivada pelo medo da volta do bolsonarismo e não por um projeto político de nação que empolgue. Entretanto, pegou de surpresa os setores que apostavam numa alternativa de centro capaz de derrotar Lula, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Foi muito rápida a consolidação de Flávio como principal nome da oposição. Desde sua indicação pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, cresceu oito pontos em cenários mais amplos, enquanto Lula oscilou levemente para baixo e candidaturas como a de Ratinho Jr. perderam fôlego. O senador conseguiu algo que, até então, parecia improvável: unificar o eleitorado bolsonarista (92% votam nele), atrair a maioria da direita não bolsonarista (65%) e se tornar, de fato, o candidato mais viável do campo conservador.

Os independentes

Seu desafio é o eleitor independente, aquele segmento que decide eleições dessa natureza. Mas a diferença de Lula para Flávio nessa fatia do eleitorado caiu de 16 pontos, em janeiro, para apenas cinco pontos. A vantagem de Lula em um eventual segundo turno contra o senador caiu de 10 para cinco pontos. O sucesso do candidato de oposição se deve ao “dedazo” do pai, mas não apenas. Há um deslocamento de eleitores independentes, que criticavam a polarização.

Nesse aspecto, a estratégia de uma frente de esquerda adotada por Lula no primeiro turno das eleições, a mesma tática de 2022, pode criar mais dificuldades para sua reeleição do que se imagina. O Lula pintado para a guerra para unir a esquerda distancia o eleitor de centro. Enquanto isso, Flávio tenta combinar o antipetismo radical com uma imagem de candidato da pacificação. Não parece, mas a proposta de anistia se encaixa na narrativa de que “Flávio não é tão radical quanto o pai”.

Hoje, 41% não querem a continuidade de Lula no poder, enquanto 44% têm medo da volta da família Bolsonaro. Ou seja, as rejeições cruzadas são a tendência dominante. Lula ainda tem maior potencial de voto entre independentes, mas essa vantagem está caindo.

A estratégia de lançamento de vários candidatos de centro era considerada uma boa alternativa para a candidatura de Tarcísio, de olho na captura desses eleitores independentes no segundo turno. Agora, foi atropelada por Flávio. Os governadores do Paraná, Ratinho Jr., e de Goiás, Ronaldo Caiado, ambos do PSD, estão sendo comprimidos pela polarização. O governador gaúcho Eduardo Leite nem se fala.

A terceira via precisaria do eleitorado bolsonarista para se viabilizar, mas isso é uma missão impossível com Flávio na disputa. Para crescer fora do bolsonarismo, precisa afastar-se dele. Porém, com isso, perde o eleitorado conservador.

Trocando em miúdos: mesmo que não aconteça nada de extraordinário, teremos uma eleição dramática, muito radicalizada, na qual a narrativa de Lula, ao combinar o discurso da “economia do afeto” com a “cultura de rechaço”, ocupa todo o espaço da esquerda, mas enfrenta dificuldades ao centro, que está sendo atraído pelo bolsonarismo mais uma vez.

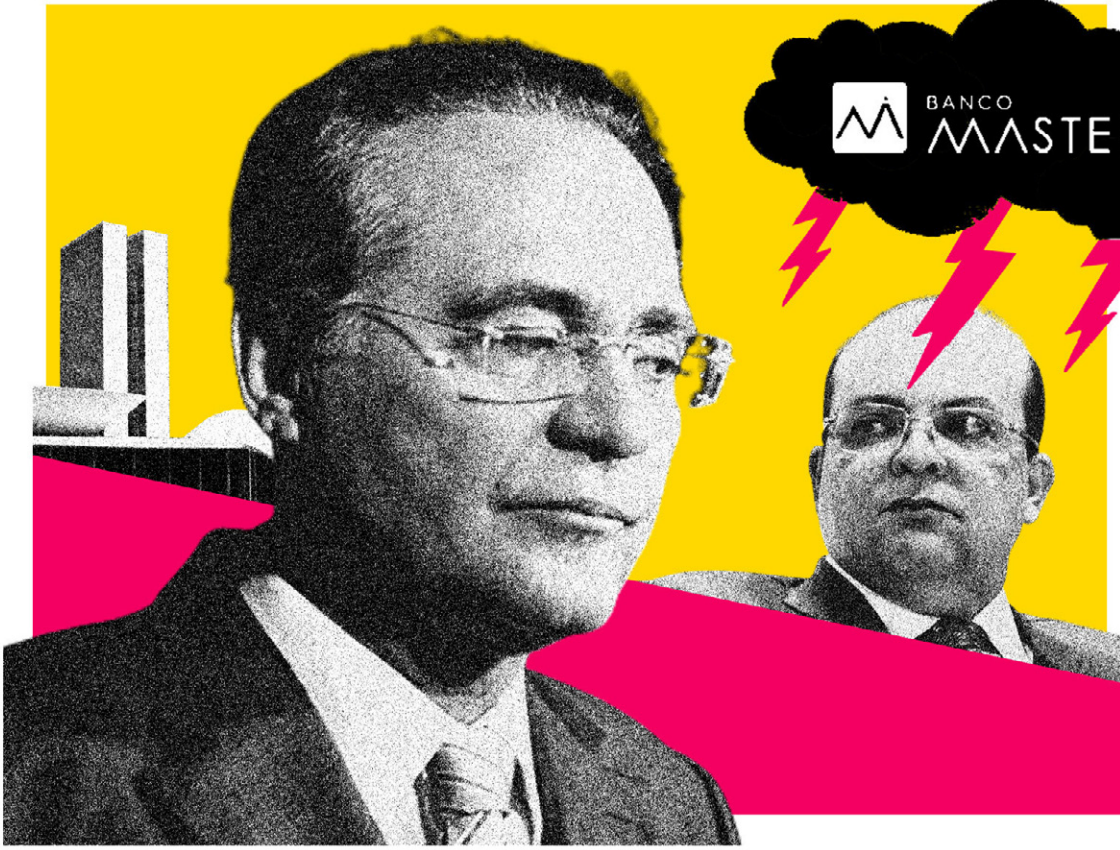
Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Cuide do seu problema

O fato de o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros, ser do MDB, mesmo partido do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, não significa que o senador irá facilitar a vida do colega de legenda. Até porque, com os três do DF na comissão especial — Damares Alves, Izalci Lucas e Leila Barros —, aliados de Renan avisam que ele não terá como segurar as pontas ou qualquer chamamento a Ibaneis, tampouco evitar que o governador seja criticado. O governador que prepare sua própria defesa, porque os ataques virão.



Tarcísio e Flávio consolidados

O senador Flávio Bolsonaro comemora sua performance nas pesquisas de intenção de voto para presidente da República neste período pré-carnaval, mas quem tem mesmo o que festejar é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). No papel de candidato à reeleição, Tarcísio desponta com a perspectiva de vitória no primeiro turno.

Veja bem

Com esse cenário de primeiro turno, muita gente considera que acabou a temporada de pressionar para que o governador de São Paulo seja candidato ao Planalto. A ordem entre os conservadores é: melhor um pássaro na mão do que dois voando.

O caminho das pedras

A investigação do escândalo do Banco Master abrirá a temporada pós-carnaval com os depoimentos dos responsáveis pela contratação dos 12 influenciadores acusados de gravar vídeos com críticas ao Banco Central e defesa do banco de Daniel Vercaro. Fontes ligadas ao caso afirmaram à coluna que uma das empresas entregará aos investigadores todos contratos e nomes referente a esse episódio.

Pista quente

A partir dos documentos, a Polícia Federal terá instrumentos para abrir mais uma janela para entender melhor a teia do ex-banqueiro Daniel Vercaro na mídia e na política. À coluna, fontes afirmam que a campanha queria dar voz à versão do Banco Master sobre sua liquidação, explicar como funciona o processo, e não se tornar uma campanha contra o Banco Central.

6X1: empresariado sem consenso

Empenhadas em produzir uma nota conjunta contra a proposta de emenda à Constituição que reduz a escala de seis dias trabalhados para um de folga, o 6x1, as confederações empresariais não conseguiram, ainda, fechar um texto. É que a maioria de seus diretores foi avisada por parlamentares de que essa questão não tem marcha a ré. Tal e qual creme dental que saiu do tubo, não tem volta. Portanto, uma nota contrária ao projeto não terá qualquer efeito sobre os votos no plenário. Melhor partir para sugestão alternativa à PEC da deputada Érika Hilton.

CURTIDAS



Pressão total/ Com a perícia no telefone de Daniel Vercaro (**foto**) sujeita a vazamentos, a aposta é que muita gente não terá mais força para enterrar uma investigação parlamentar.

CPMI... / A pesquisa do Ranking dos Políticos revelou que a maioria dos congressistas apostam na instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) do Banco Master. A maior parte acredita que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), instalará a comissão de deputados e senadores para investigar o caso do Banco Master antes das eleições. Uma outra parte aposta na instalação após o pleito.

...e as narrativas/ O levantamento mostrou que o centro e a esquerda avaliam a CPMI com cautela, enquanto a direita vê a comissão como uma ferramenta política. É ali que será a largada das eleições deste ano. **Leia mais no Blog da Denise.**

Sujeitos & estilos/ Nos tempos da Lava-Jato, foi detectada uma parede oca, na casa do então diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, para guardar documentos. Agora, em meio ao caso Master, foi mala de dinheiro voando.

CARNAVAL

Justiça nega cancelar desfile

Recurso à instância errada e falta de prova de dano ao patrimônio público barram tentativa da oposição de proibir enredo sobre Lula

» LUANA PATRIOLINO

A Justiça Federal rejeitou, ontem, duas ações apresentadas contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Escola de Samba Acadêmicos de Niterói por causa do enredo escolhido pela agremiação para apresentar na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. A escola pretende contar a história de vida do presidente. O juiz federal Francisco Valle Brum justificou que os pedidos não cumprem os requisitos necessários para a abertura de processo e afirmou que não houve demonstração concreta de dano ao patrimônio público.

A escola de samba levará à Sapucaí no desfile de carnaval o enredo *Do alto do mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil*. As ações foram impetradas pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e pelo deputado federal Kim Kataguirí (União-SP). Os parlamentares alegam que o desfile promove exaltação do presidente com uso de recursos públicos, o que, segundo eles, configura desvio de finalidade e lesão à moralidade administrativa.

Os autores também pediram a proibição de imagens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no desfile e que emissoras de rádio e televisão fossem impedidas de transmitir eventuais críticas a ele. Nas decisões, o juiz destacou que a ação popular é um instrumento usado para defender o interesse público, só cabendo quando o ato questionado, além de ilegal, cause (ou possa causar) prejuízo.

O magistrado apontou ausência de requisitos legais e inadequação da via processual escolhida pelos autores para questionar o enredo e o desfile. Segundo ele, “a ação popular revela-se via processual inadequada para prestar tutela

jurisdicional diversa da desconstitutiva”, e a “tutela mandamental (obrigações de fazer e não-fazer) mostra-se juridicamente impossível por tal via processual”.

Francisco Valle Brum também afirmou que não houve demonstração concreta de dano ao patrimônio público. “Para a propositura de ação popular, não basta a alegação de ser o ato ilegal, mas é necessária a comprovação da lesividade ao Erário público”, registrou, citando precedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Justiça Eleitoral

No Tribunal Superior do Eleitoral (TSE), há outra ação sobre o mesmo tema movida pelo Partido Novo. A ministra Estela Aranha foi sorteada como a relatora do processo por propaganda eleitoral antecipada associada ao desfile da escola de Niterói. Por meio de lista tríplice enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a magistrada foi escolhida e nomeada ministra da Corte eleitoral pelo presidente Lula, em 2025.

O Novo acionou a Corte contra o presidente, o Partido dos Trabalhadores e a agremiação carnavalesca em razão do enredo escolhido para o carnaval deste ano. O partido pede, ainda, a aplicação de multa de R\$ 9,65 milhões. Segundo a sigla, o alto valor se deve ao custo econômico total envolvido na ação.

De acordo com a representação apresentada à Justiça Eleitoral, o desfile faz referência à polarização de 2022; ao uso de jingles ligados a campanhas petistas; a menção do número do PT nas urnas (13); e a expressões que, segundo o partido, equivaleriam a pedido de voto. O Novo alega que as três partes cometem crime e que o desfile extrapola os limites de uma homenagem cultural, representando uma

Divulgação/Acadêmicos de Niterói



Presidente Lula será tema da Acadêmicos de Niterói no carnaval carioca: homenagem incomoda a oposição

pré-campanha política de Lula.

Estela Aranha faz parte da classe dos juristas do TSE e foi nomeada após figurar em uma lista tríplice

totalmente composta por mulheres feita pelo Supremo. O Tribunal é formado por sete ministros titulares: três são do STF, dois do STJ e

dois oriundos da advocacia, com mandatos de dois anos que podem ser renovados por mais um período de igual duração.

Congresso esvaziado

O plenário da Câmara dos Deputados entrou em modo feriado de carnaval. A maioria dos parlamentares já deixou Brasília e retornou aos estados de origem, reduzindo a presença em plenário. Na sessão de ontem, apenas 10 deputados registraram presença. O carnaval será celebrado, oficialmente, na próxima terça-feira, com ponto facultativo na segunda-feira e na Quarta-Feira de Cinzas (até as 14h), conforme prática adotada na administração pública federal. A proximidade das datas contribuiu para a redução da movimentação no Congresso Nacional. O retorno aos trabalhos ficará para a semana seguinte.

Os trabalhos foram conduzidos pelo deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que presidiu a sessão em meio ao baixo quórum. Entre os presentes estavam Erika Kokay (PT-DF), Alberto Fraga (PL-DF), Marcel van Hattem (Novo-RS), Talíria Petrone (PSol-RJ), Luiz Lima (Novo-RJ), entre outros parlamentares.

“Por orientação da Mesa Diretora e da presidência desta Casa, está suspensa, está cancelada a Ordem do Dia por falta de acordo nas matérias que seriam apreciadas por esta Casa no dia de hoje (ontem)”, disse o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), antes de encerrar os trabalhos da semana.

No Senado, a semana inteira foi esvaziada. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), determinou regime semipresencial, sem nenhuma votação em plenário. Com isso, as duas CPIs em curso, a do INSS (mista) e a do Crime Organizado, cancelaram oitivas.

JUDICIÁRIO

TJSP tenta manter penduricalhos

Em recurso à proibição de Flávio Dino, Corte paulista pede “prazo razoável” para o Congresso aprovar regras dos supersalários

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) recorreu da decisão liminar do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), em suspender o pagamento de penduricalhos acima do teto salarial do serviço público nos Três Poderes da República, atualmente, fixado em R\$ 46 mil. Para o órgão, o magistrado deve estabelecer um “prazo razoável” para que o Congresso Nacional edite uma lei e regulamente quais verbas indenizatórias são efetivamente admissíveis como exceção ao teto constitucional.

Segundo o TJSP, em recurso assinado pelo desembargador Francisco Loureiro, a suspensão generalizada de parcelas indenizatórias, antes de lei ordinária prevista na Constituição, pode gerar “assimetria federativa”, e “comprometer irremediavelmente a administração da justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica”.

“Antes do decurso de prazo razoável a ser assegurado ao legislador para a adoção das medidas legislativas necessárias à regulamentação definitiva pendente não se mostra adequado estabelecer disciplina substitutiva geral, ou seja, não é possível à Suprema Corte, mediante decisão aditiva, fixar o regramento aplicável”, argumentou o TJSP.

O tribunal pede uma “autocontenção” do Judiciário e sustenta que os integrantes da Suprema Corte não devem impor regras gerais, aplicadas aos órgãos brasileiros, antes de o Parlamento regulamentar o tema. O

Divulgação/TJSP



Para o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Congresso Nacional é que deve regulamentar as exceções ao teto salarial previsto na Constituição

desembargador defende um período transitório no qual continuariam válidas as parcelas já previstas em legislações locais.

"Harmonia"

“Trata-se, em última análise, de preservar a harmonia entre jurisdição constitucional, separação de Poderes e segurança jurídica. Sob essa ótica, é necessário ter presente, à luz dos arts. 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito

Brasileiro, que as decisões judiciais devem levar em conta as consequências práticas, a estabilidade institucional, a segurança jurídica e a viabilidade administrativa”, diz.

Para o tribunal, a suspensão geral dos penduricalhos pelo ministro Flávio Dino foi além do objeto da reclamação. “A inclusão dessas verbas na decisão ora agravada representa imensa ampliação reflexa do objeto do controle constitucional, incompatível com o sistema”, afirma o recurso.

No início do mês, Dino determinou que os Três Poderes, em todos os níveis da Federação — federal, estadual e municipal — revisem e suspendam, em até 60 dias, o pagamento de verbas remuneratórias ou indenizatórias que não têm fundamento legal específico, os chamados penduricalhos. O plenário do Supremo Tribunal Federal marcou para 25 de fevereiro o julgamento definitivo da decisão do magistrado.

A liminar visa garantir o

cumprimento do teto constitucional do funcionalismo, atualmente de R\$ 46.366,19, valor correspondente ao salário de ministros da Corte. O ministro classificou a situação atual de “império dos penduricalhos”. A decisão vem dois dias depois de o Congresso ter aprovado projetos que reajustam salários de servidores da Câmara e do Senado.

Dino analisou uma ação da Associação de Procuradores Municipais de São Paulo e ampliou



A suspensão generalizada de parcelas indenizatórias, antes da lei ordinária nacional prevista na Constituição, pode gerar assimetria federativa, comprometer irremediavelmente a administração da justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica”

Trecho do recurso do TJSP

os efeitos, ao observar descumprimento reiterado de entendimentos anteriores do próprio Supremo sobre o teto.

“O que se tem a partir daí é uma extraordinária profusão de supostas verbas de caráter indenizatório, ultrapassando em muito o que os dicionários e a doutrina especializada estabelecem sobre o que é uma indenização. Tratava-se, na realidade, de vantagens remuneratórias dissimuladas”, afirmou o ministro do STF.

MARATONA BRASÍLIA

20
26

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

A MARATONA BRASÍLIA INTEGRA O CALENDÁRIO OFICIAL DO ANIVERSÁRIO DA CAPITAL.

FAÇA PARTE DESSA FESTA!

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional
Esplanada dos Ministérios

PROGRAMAÇÃO

18/4: CORRIDA KIDS E 5KM
19/4: 5KM E 10KM
20/4: 5KM E 21KM
21/4: 3KM, 5KM, 10KM, 21KM E 42KM

INSCREVA-SE JÁ!

Apoio:

Apoio Gráfico:

Promoção:

Realização:



SEGURANÇA

PF ataca rede de estupro de mulheres vulneráveis

Quadrilha que age em mais de 20 países distribuía imagens de abusos sexuais em que as vítimas eram sedadas e violentadas

» CAETANO YAMAMOTO*
» GABRIELLA BRAZ

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação para desmontar uma rede internacional de disseminação de conteúdos que mostram abusos sexuais a mulheres em estado de sedação. A Operação Somnus cumpriu três mandados de prisão temporária e sete de busca e apreensão em São Paulo, Ceará, Pará, Santa Catarina e Bahia.

A ação investiga a participação de sete brasileiros no esquema criminoso que atua em mais de 20 países. Segundo a PF, o trabalho policial começou em 2025, com informações obtidas em cooperação internacional por meio do Europol, agência de inteligência da União Europeia. Em mensagens obtidas pela polícia, os envolvidos discutem os tipos de substâncias sedativas usadas nos estupros e os efeitos adversos.

As equipes da Operação Somnus apreenderam equipamentos eletrônicos, dispositivos de armazenamento de dados, celulares, computadores e “outros materiais potencialmente relacionados às atividades criminosas”. As condutas podem ser enquadradas nos crimes de estupro de vulnerável e de divulgação de cena de estupro.

O especialista em crimes cibernéticos Rodrigo Fragola ressaltou pontos delicados investigações desse gênero. No recolhimento de provas, o material digital é extremamente volátil e pode ser apagado remotamente, criptografado ou alterado em segundos. “Por isso, o maior desafio é garantir que todas as provas sejam coletadas e preservadas de forma tecnicamente impecável. O elemento central, aqui, é a cadeia de custódia, ou seja, documentar rigorosamente quem coletou cada evidência, como ela foi armazenada, lacrada, transportada e analisada. Sem esse cuidado, a defesa pode tentar contestar a integridade ou autenticidade do material obtido”, observa.

Na avaliação de Fragola, a cooperação internacional é central

Divulgação/PF



Policiais apreenderam equipamentos eletrônicos e dispositivos de armazenamento de imagens “potencialmente relacionados à atividade criminosa”

nesse tipo de investigação. Esse tipo de colaboração funciona por meio de redes formais de inteligência e mecanismos jurídicos de preservação e troca de provas digitais, porque o material pode desaparecer rapidamente. Ele explica que esses grupos tentam se esconder em ambientes como a deep web ou aplicativos criptografados, mas não ficam totalmente invisíveis. “Muitas vezes, não é o conteúdo em si que entrega os envolvidos, mas, sim, os metadados: horários de acesso, padrões de comportamento, conexões repetidas e a infraestrutura usada para armazenar ou distribuir arquivos. Além disso, erros operacionais são muito comuns.”

O advogado criminal especialista em direito digital Lourival Tenório de Albuquerque explica sobre as consequências penais para criminosos sexuais. Segundo a legislação, o que importa é se o crime trouxe consequências na vida da vítima. “O cálculo de pena é único e seus parâmetros estão no Código Penal. Para que a dosagem certa da pena seja encontrada, são levadas em consideração as circunstâncias e consequências do crime, além de outras características”, disse.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que criminaliza quem oferece, troca, disponibiliza, transmite, distribui, publica, divulga, armazena ou facilita o acesso a conteúdo de sexo

ou pornografia envolvendo criança ou adolescente.

“Infelizmente, não podemos dizer que existe a mesma proibição para quem assistiu, em um grupo, a cenas de um estupro de vulnerável, de mulheres sedadas. Só responderá aquele que divulgou, disponibilizou, ofereceu, vendeu ou expôs à venda”, lamenta Lourival Albuquerque.

Além dos crimes citados, a PF destaca que os indícios apontam para “expressão manifesta de ódio, repulsa e objetificação da mulher”, o que requer ação estatal integrada.

Segundo Albuquerque, a resposta estatal integrada se trata da união das forças de segurança pública no combate ao crime.

“Entretanto, nesse contexto, é preciso ter o máximo de cuidado com os meios de obtenção de provas, sob pena de torná-las ilícitas, se não forem observados critérios de utilização, uma vez que são de fontes internacionais”, frisa.

Recorde de casos

O Brasil registrou, em 2024, o maior número de estupros e estupro de vulneráveis da história, com 87.545 vítimas, sendo 67.204 consideradas vulneráveis. Os dados foram divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025.

O crime de estupro de vulnerável se configura, em três hipóteses:



Infelizmente, não podemos dizer que existe a mesma proibição para quem assistiu, em um grupo, a cenas de estupro de vulnerável, de mulheres sedadas. Só responderá (pelos crimes) aquele que divulgou, disponibilizou, ofereceu, vendeu ou expôs à venda”

Lourival Tenório de Albuquerque,
advogado criminal

quando há conjunção carnal (sexo) ou prática de outro ato libidinoso com menores de 14 anos; quando há conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato e; quando há a conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com pessoa que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

De acordo com o levantamento do Fórum Brasileiro, 45,5% dos autores dos estupros são parentes das vítimas, e 20,3% são parceiros ou ex-parceiros íntimos, sendo crianças e adolescentes os principais alvos dos abusadores.

Violência sexual lidera denúncias de cibercrimes

» PEDRO JOSÉ*

O Brasil registrou 87.689 denúncias de crimes em ambiente digital em 2025, crescimento de 28,4% em relação a 2024, segundo dados da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, mantida pela organização não governamental SaferNet. O aumento representa 19.403 notificações a mais em comparação com o ano anterior e reforça a consolidação da violência digital como um problema estrutural no país.

A maior parte das ocorrências está relacionada a imagens de abuso e exploração sexual infantil, que somaram 63.214 denúncias ao longo do ano. O volume é o segundo maior já registrado pela organização, abaixo apenas de 2023, quando foram contabilizados 71.867 casos. De acordo com a SaferNet, a disseminação de ferramentas de inteligência artificial tem contribuído para a expansão desse tipo de crime no ambiente on-line.

As denúncias de misoginia, violência ou discriminação contra mulheres apareceram na segunda posição, com 8.728 registros. Esse foi o tipo de crime que apresentou o maior crescimento proporcional em 2025, com alta de 224,9%

em relação ao ano anterior. Na sequência, figuram as ocorrências de apologia e incitação a crimes contra a vida, com 4.752 denúncias, e os casos de racismo, que totalizaram 3.220 registros.

Entre os crimes monitorados pela central, apenas as denúncias de xenofobia apresentaram queda, passando de 3.449 em 2024 para 755 em 2025. Os registros de tráfico de pessoas permaneceram estáveis, com 442 casos, enquanto houve aumento nas notificações de intolerância religiosa, LGBTfobia, neonazismo e maus-tratos contra animais.

Discord

A plataforma Discord anunciou, recentemente, que vai ampliar, a partir de março, suas ferramentas globais de segurança voltadas à proteção de crianças e adolescentes. As medidas incluem verificação obrigatória de idade, restrições de acesso por faixa etária, reforço na privacidade e ajustes automáticos de conteúdo conforme o perfil do usuário.

Com as novas regras, adolescentes a partir de 13 anos, sejam novos ou antigos usuários, precisarão comprovar a idade para acessar

determinadas áreas da plataforma. A comprovação poderá ser feita por meio de reconhecimento facial por foto ou pelo envio de documento que ateste a idade.

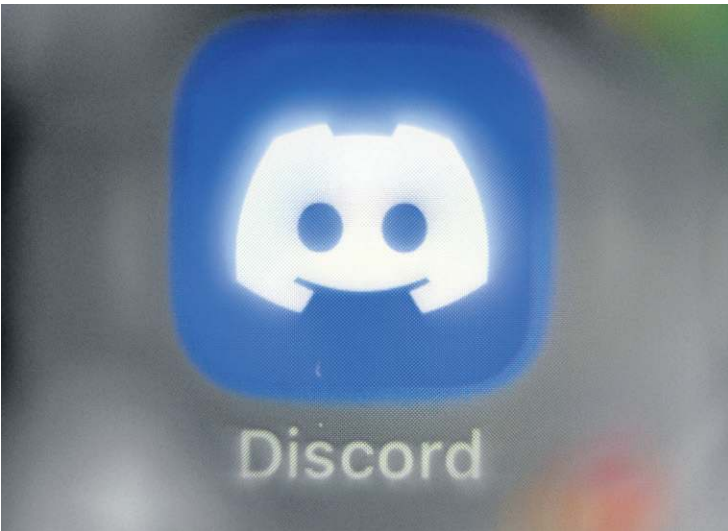
O Discord assegura que o documento será descartado após a validação. Confirmada a faixa etária, o sistema ajustará automaticamente o tipo de conteúdo acessível ao usuário adolescente. De acordo com o Windows Central, as buscas no Google por “alternativas ao Discord” aumentaram em cerca de 10.000% nos EUA após o anúncio.

Além das mudanças técnicas, o Discord informou que criará um conselho de adolescentes, formado por 10 a 12 jovens, com a função de contribuir com sugestões relacionadas à segurança e à experiência de uso da plataforma.

Fundado em 2015 por Jason Citron e Stanislav Vishnevskiy, o Discord surgiu como ferramenta de comunicação para jogadores on-line, permitindo transmissões ao vivo, interações por áudio e vídeo e troca de mensagens em comunidades públicas ou privadas.

Nos últimos anos, a plataforma passou a ser alvo de investigações relacionadas ao uso indevido por criminosos. Em julho de 2024, a Justiça

Kirill Kudryavtsev/AFP



Discord vai limitar acesso de menores e criar “conselho de adolescentes”

do Rio de Janeiro condenou Pedro Ricardo Conceição da Rocha, conhecido como “King”, a 24 anos de prisão por associação criminosa, estupro qualificado e coletivo, estupro de vulnerável e corrupção de menores. Segundo as investigações, ele utilizava o Discord para incentivar jovens a cometer crimes.

Os crimes ocorreram entre agosto de 2021 e março de 2023. Pedro Ricardo, que tinha 19 anos à época, foi

preso na segunda fase da operação “Dark Room”, realizada pela Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav) nas cidades de Cachoeiras de Macacu e Teresópolis.

Para a advogada Daiana Sousa, professora do curso de direito do Centro Universitário Uniceplac e orientadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da instituição, o crescimento expressivo das denúncias está ligado, principalmente, à intensificação da

violência digital contra mulheres, meninas e crianças. “Em 2025, 64% das denúncias recebidas pela SaferNet envolveram abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, o que evidencia a centralidade dessa violência no ambiente digital”, afirmou.

Ela chama a atenção para casos recentes de violência política de gênero e transfobia on-line, especialmente, contra mulheres que ocupam espaços públicos. “Esses episódios revelam padrões estruturais de violência mediada pela internet, que se intensificam em contextos de polarização e tornam os ataques mais organizados e agressivos”, afirmou.

Sobre a legislação brasileira, Daiana Sousa reconhece avanços, como o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e normas específicas de proteção de crianças e adolescentes, mas avalia que o arcabouço atual é insuficiente diante do uso de inteligência artificial (IA). “A velocidade das tecnologias supera a capacidade normativa. Há lacunas na responsabilização das plataformas, na remoção rápida de conteúdos e na tipificação da pornografia sintética não consentida”, disse.

* Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,03% São Paulo	0,13% Nova York		R\$ 1.621	R\$ 6,163	14,90%	14,82%	
	182.127 6/2	R\$ 5,187 (- 0,18%)	5/fevereiro 5,253 6/fevereiro 5,220 9/fevereiro 5,188 10/fevereiro 5,196				Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33

BANCOS

BRB pode vender R\$ 970 milhões em crédito

Valor terá garantia total da União. Instituição pública divulga, também, plano de comunicação com redução de patrocínios em 60%

» RAPHAEL PATI
» MILA FERREIRA

O Tesouro Nacional autorizou o Banco de Brasília (BRB) a vender carteiras de crédito que continham empréstimos com aval da União. Desde a primeira fase da Operação Compliance Zero, que prendeu o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e determinou a liquidação extrajudicial da instituição, o BRB enfrenta uma crise institucional. Com a venda das carteiras, que somam R\$ 970 milhões, o objetivo seria aumentar a liquidez do banco do Distrito Federal.

A venda de carteiras é uma das ações que o BRB busca levar à frente para recuperar o prejuízo com a compra de ativos do Master. De acordo com o depoimento do diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton Aquino, à Polícia Federal, no final de 2025, o banco estatal perdeu cerca de R\$ 5 bilhões com esses papéis. A instituição também estuda uma linha de financiamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), além de um empréstimo concedido por um consórcio de bancos e a criação de um fundo imobiliário com ativos do governo local como garantia.

Com as cartas na mesa, o BRB tem até o dia 31 de março para apresentar o balanço do ano passado, que também representa a data limite para o banco definir o valor exato a ser reservado. Outra opção considerada pelo banco seria a concessão de uma garantia da União a um eventual empréstimo a ser captado pelo governo do DF para capitalizar a instituição.

Essa alternativa, no entanto, já está fora da mesa de negociação, devido, principalmente, ao fato de o Distrito Federal não ter nota de crédito suficiente no Tesouro Nacional para permitir esse tipo de operação.

O plano de recapitalização da empresa foi entregue pelo presidente Nelson Antônio de Souza ao Banco Central na semana passada. A instituição preferiu não publicar valores e ressaltou, em nota, que estes só serão definidos após a conclusão das investigações em andamento.

Joédson Alves/Agência Brasil



O banco público obteve autorização do Tesouro Nacional para vender carteiras de crédito que continham empréstimos com o aval da União

Após a entrega, o BRB tem 180 dias para implementar as ações preventivas de recomposição de capital entregues ao diretor de Regulação, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, e ao secretário-executivo do Banco Central, Rogério Antônio Lucca.

Em conversa com o **Correio** após a reunião com os diretores do BC no último dia 6, o presidente do banco disse que foi apresentado o plano de atividades da instituição, além do plano de capital e o que foram denominadas como “propostas firmes” de três bancos nacionais e um internacional, com interesse nos ativos que o BRB pretende realizar. É necessário lembrar, no entanto, que as medidas apresentadas ainda necessitam de aprovação dos deputados distritais.

No último dia 10, os líderes da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) decidiram que o secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, será convidado para participar de reunião no próximo dia 24 de fevereiro com a presença de todos os deputados. O objetivo seria discutir a ação de medidas positivas para o banco estatal. Na mesma casa, uma Comissão de Investigação sobre o caso BRB-Master pode ser instaurada, após pedido da deputada Paula Belmonte (PSDB). A definição, no entanto, deve vir apenas após a reunião de líderes.

Menos publicidade

Além da estratégia de vender ativos, o BRB também vai reduzir o montante de recursos para

patrocínios e publicidade neste ano. De acordo com o Plano Anual de Comunicação 2026 da empresa, publicado ontem no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), o total disponibilizado para patrocínios é de R\$ 50 milhões, o que representa 60% menos verbas para esse setor na comparação com o último exercício. Também houve queda nas despesas com propaganda e publicidade, que caiu para R\$ 29,3 milhões.

No futebol, além de ser o patrocinador master do Candangão 2026, o BRB também estampa a camisa do Clube de Regatas Flamengo desde 2020. O contrato atual do banco com a equipe esportiva prevê um aporte de R\$ 25 milhões anuais ao clube, o que equivale a metade de toda a verba reservada para patrocínios em 2026. No

entanto, de acordo com fontes próximas à direção do banco, a ideia é abrir uma empresa própria sob a marca do BRB para manter a parceria com o time carioca.

Outro patrocínio que também chamou a atenção dos novos administradores do BRB é com a equipe de barco a vela Mubadala Brazil SailGP Team, no valor de R\$ 26 milhões para as temporadas 2025 a 2027. A Mubadala é o mesmo grupo de investimento com o qual Daniel Vorcaro negociava a aquisição do Master pelo Grupo Fictor, antes do banco sofrer liquidação extrajudicial. A medalhista olímpica Martine Graef — primeira mulher a comandar um barco na competição — é uma das integrantes da equipe, além de Marco Graef e Mateus Isaac.



O Banco reafirma seu compromisso em concentrar investimentos em Brasília, apoiando iniciativas de esporte e cultura que gerem impacto social, promovam cidadania e contribuam para o desenvolvimento econômico do DF"

Banco de Brasília (BRB),
em comunicado

Critérios

Além do esporte, o BRB também mantém parcerias nos setores artístico e cultural, entretenimento, negócios e relacionamento institucional. Em nota à imprensa, a instituição afirma que as decisões relacionadas a patrocínios consideram “critérios técnicos e estratégicos”, além de observar princípios de economicidade, transparência e governança.

“Nesse contexto, todos os contratos vigentes estão sendo reavaliados de forma criteriosa para garantir aderência às prioridades institucionais e conformidade com normas e boas práticas”, comunica a instituição, que conclui: “O Banco reafirma seu compromisso em concentrar investimentos em Brasília, apoiando iniciativas de esporte e cultura que gerem impacto social, promovam cidadania e contribuam para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal”. Sobre a autorização do Tesouro, o BRB informou que não comentaria sobre o assunto.

Lucro do BB cai 45,4% em 2025

O Banco do Brasil teve lucro líquido ajustado de R\$ 20,685 bilhões em 2025, queda de 45,4% em relação ao ano anterior, segundo balanço divulgado na noite de ontem pela instituição. As novas regras contábeis e aumento da inadimplência pressionaram o resultado.

De outubro a dezembro, o BB lucrou R\$ 5,742 bilhões, recuo de 47,2% em relação ao último trimestre de 2024. Em relação ao terceiro trimestre, no entanto, o lucro subiu 51,7%.

Em nota, o BB destacou que a geração de receitas está aumentando, apesar das pressões provocadas pela inadimplência. Segundo o banco, as receitas financeiras com crédito a pessoas físicas e com o Programa Crédito do Trabalhador, que unifica a contratação de crédito consignado de trabalhadores de

empresas privadas, têm ajudado o banco.

“Foram desembolsados R\$ 13 bilhões no crédito do trabalhador, uma demonstração que reafirma nossa expectativa declarada de que iríamos crescer em linhas com melhor retorno ajustado ao risco”, ressaltou a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Em janeiro do ano passado, entrou em vigor uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que alterou a contabilidade das instituições financeiras e interferiu no resultado. Aprovadas em 2021, as novas regras só entraram em vigor em 2025.

A resolução muda o modelo de provisões (reservas financeiras para cobrir possíveis calotes) para perda esperada, feita com base em estimativas. Isso afetou a maneira como algumas despesas e

receitas são reconhecidas, fazendo com que o banco deixasse de reconhecer R\$ 1 bilhão em receitas de crédito.

Inadimplência

O índice de inadimplência, que considera atrasos de mais de 90 dias, subiu de 3,16% em dezembro de 2024 para 5,17% no fim de 2025. O resultado é influenciado, principalmente, pelo agronegócio, segmento em que o banco lidera na concessão de crédito, e na linha de cartões de crédito.

A inadimplência da carteira de crédito do agronegócio encerrou o ano passado em 6,09%, aumento de 1,25 ponto percentual no último trimestre de 2025.

A inadimplência da carteira de pessoas físicas encerrou o período em 6,56%, elevação de 0,55 ponto percentual.

Mesmo com o aumento dos juros, o BB emprestou mais em 2025, puxado principalmente pelo crédito às pessoas físicas. A carteira de crédito ampliada encerrou o ano passado em R\$ 1,296 trilhão, alta de 1,4% no último trimestre e de 2,5% no ano.

O crédito ao agronegócio, apesar da inadimplência, cresceu 2,1% no ano, chegando a R\$ 406,13 bilhões.

Nas projeções para 2026, o BB prevê a recuperação dos ganhos neste ano. O lucro líquido ajustado é estimado entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões. O crescimento da carteira de crédito deverá ficar entre 0,5% a 4,5%; com alta de 6% a 10% para pessoas físicas e alta de 2% para o agronegócio. Nas receitas com prestação de serviços a previsão é de crescimento de 2% a 6%. (Com Agência Brasil)

Reprodução/YouTube



Segundo Tarciana, foram desembolsados R\$ 13 bi no crédito do trabalhador

INFRAESTRUTURA

R\$ 5,7 bilhões para aeroportos

Considerado o maior da história, investimento será destinado a obras de ampliação e modernização de 11 terminais no país

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem um pacote de investimento federal de R\$ 5,7 bilhões em obras de ampliação e modernização em 11 aeroportos. Do total investido, R\$ 4,6 bilhões sairão por meio de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (BNDES) para a Aena Brasil, concessionária responsável pelos terminais. O banco Santander vai aportar mais R\$ 1,1 bilhão.

O anúncio ocorreu durante cerimônia no Palácio do Planalto, na parte da manhã. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, será o maior aporte da história brasileira no setor. O principal beneficiado será o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, um dos mais importantes do país. O local receberá, sozinho, R\$ 2 bilhões em recursos.

“É o maior volume de investimentos no setor de aviação brasileira em projetos de maneira objetiva. Hoje nós estamos anunciando um montante de R\$ 5,7 bilhões”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a jornalistas após o evento. Ele disse que o montante investido chegará a R\$ 9 bilhões. “O Brasil tem uma dívida histórica com o Aeroporto de Congonhas, que hoje é um hub da aviação brasileira. A gente sabe a importância que tem, sobretudo, para o turismo de negócio”, enfatizou o ministro.

O projeto inclui um novo terminal de passageiros, aumentando a área dos atuais 40 mil m² para 105 mil m². Serão ampliados também o pátio de aeronaves, o número de pontes de embarque de 12 para 19,

Ricardo Stuckert / PR



À plateria lotada, Mercadante, presidente do BNDES, destacou que o investimento de R\$ 4,6 bilhões vai gerar “mais viagens e novos negócios”

e área comercial, que passará de 20 mil m². Também serão beneficiados os aeroportos de: Campo Grande (MS), Ponta Porã (MS) e Corumbá (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA) e Altamira (PA), além de Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). Em Congonhas, a entrega das obras está prevista para junho de 2028. Nos demais aeroportos, o prazo é de junho de 2026.

Silvio Costa Filho destacou os resultados já entregues pelo governo no setor da aviação. Segundo

Queratose é uma lesão causada pela exposição da pele ao sol, formada por um excesso de pele no local. O procedimento de cauterização é simples e dura pouco mais de um minuto. A área é queimada com um equipamento elétrico. Segundo a Secom, não há nenhuma contraindicação para Lula após o tratamento, e ele pode trabalhar normalmente.

ele, o número de passageiros por ano saiu de 97 milhões em 2022, para 130 milhões em 2025, salto de 33 milhões. “Isso dialoga com a agenda do desenvolvimento do

Exposição ao sol

Brasil. A cada quatro turistas que chegam a uma cidade, é uma oportunidade de emprego e de trabalho que é gerado para a população”, comentou.

Segundo o Planalto, os aeroportos beneficiados movimentam atualmente 29 milhões de passageiros por ano, número que pode chegar a 40 milhões após as obras. A ampliação em Congonhas deverá ser entregue em junho de 2028. Para os demais aeroportos, o prazo é junho de 2026.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante destacou que, ao melhorar as condições para receber os passageiros, os aeroportos contribuem para gerar mais



O Brasil tem uma dívida histórica com o Aeroporto de Congonhas, que hoje é um hub da aviação brasileira. A gente sabe a importância que tem sobretudo para o turismo de negócio”

Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos

viagens e novos negócios. “Vai permitir que as pessoas possam voar mais e possam ter mais conforto. E vai aumentar a competitividade, dar maior eficiência à economia e agilizar decisões de negócios”, disse.

Queratose

Durante o evento, Lula chamou a atenção dos presentes ao aparecer com uma marca escura no topo da cabeça. Questionada sobre a mancha, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) informou a jornalistas que o presidente passou por um procedimento de cauterização para tratar uma queratose no couro cabeludo, no domingo, em uma clínica dermatológica de São Paulo.

O procedimento ocorreu cerca de 10 dias após o presidente passar por uma cirurgia de remoção de catarata no olho direito. Também foi uma cirurgia simples.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 751

Conheça melhor os principais testes aplicados aos processos seletivos dos programas de estágio e aprendizagem

Personalidade, habilidades técnicas, comportamentais e analíticas são algumas das avaliações solicitadas

A entrevista final de um processo seletivo significa que o candidato passou por diversas etapas anteriores, como provas e dinâmicas. Essas atividades, definidas pelas áreas de recrutamento e seleção, têm como objetivo identificar o perfil mais alinhado à vaga e à cultura da empresa.

Nos programas de aprendizagem e estágio as avaliações ocorrem geralmente nas primeiras fases e incluem testes de personalidade, habilidades técnicas, aptidão cognitiva, entrevistas comportamentais e análises de valores e cultura organizacional.

Os testes de personalidade avaliam características comportamentais como perfil analítico, empatia e formas de interação interpessoal, enquanto as avaliações técnicas medem competências práticas necessárias para a função. Os testes cognitivos analisam raciocínio lógico, matemática e compreensão verbal. Já as avaliações de valores verificam o alinhamento ético e a capacidade de trabalho em equipe.

No Portal CIEE, da maior ONG de inclusão social e trabalho jovem da América Latina, é possível encontrar mais informações sobre cada tipo de teste na aba Universo CIEE, além de conferir as diversas vagas nos programas de estágio e aprendizagem.



Expo CIEE 2025 em São Paulo/SP.



portal.ciee.org.br/universo-ciee/

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL

MERCADO FINANCEIRO

Ibovespa atinge novo recorde

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ*

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) atingiu um novo recorde, ontem. Pela primeira vez na história, o principal índice da B3 chegou ao patamar de 190 mil pontos durante o dia de operações, em uma sessão em que a bolsa subiu 2,03%, encerrando o pregão aos 189.699 pontos. Desde o primeiro dia do ano, o Ibovespa acumula uma alta de 17,73%. No mês, a alta é de 4,6%.

As principais ações do índice fecharam com altas consistentes. Os papéis da Vale (VALE3) subiram 3,5%, cotadas a R\$ 90,08, enquanto as da Petrobras (PETR3) avançaram 3,16%. Entre as instituições financeiras, o destaque foram as ações do Bradesco (BBDC3), que valorizaram 2,96%, cotadas a R\$ 21,50.

No cenário internacional, a publicação do payroll — dados sobre o mercado de trabalho dos EUA — veio com um resultado melhor do que o esperado para o mês de janeiro. Mesmo assim, o mercado tratou o relatório como insuficiente para reverter a tendência de entrada de capitais para países emergentes, como o Brasil, o que permitiu que o real permanecesse forte em relação ao dólar, na avaliação de Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad.

“O ambiente externo ainda favorável a mercados emergentes, com fluxo global relevante de capitais em direção a ativos de maior retorno — movimento que segue beneficiando o real, apesar do payroll mais forte nos EUA”, avalia o especialista. Ontem, o dólar voltou a cair, com queda de 0,17%, cotado a R\$ 5,18. Já as bolsas nos EUA fecharam em leve queda, com Dow Jones fechando com 0,13% de baixa, enquanto que S&P e Nasdaq encerraram o pregão com -0,01% e -0,16%.

O economista Tomás Cordeiro, da Finance Consultoria, avalia que os movimentos recentes do câmbio e da Bolsa estão ligados principalmente ao ingresso de capital estrangeiro. De acordo com

Agência Brasil



As ações da Petrobras contribuíram com a forte alta da Bovespa

Cordeiro, o cenário internacional tem estimulado a diversificação de ativos, diante das incertezas geradas pela política econômica dos Estados Unidos. “Esse ambiente afeta o papel do dólar como reserva de valor global e contribui para um aumento do fluxo de capitais para mercados emergentes”, disse.

Nesse contexto, o Brasil tem se destacado como destino desses recursos, impulsionado também pelo diferencial de juros reais. Para ele, ao observar o câmbio real ajustado pela inflação brasileira e norte-americana nos últimos 10 ou 15 anos, o real ainda se encontra em patamar desvalorizado. Contudo, na avaliação de Cordeiro, existe espaço para continuidade desse movimento.

“Alguns analistas acreditam que o dólar possa chegar a R\$ 4,50. Não significa que isso vá acontecer, mas é uma tendência possível”, disse Cordeiro.

Risco de correção

Em relação ao Ibovespa, que caminha para os 200 mil pontos, a considerar o ritmo atual de

valorização, o gestor da Hike Capital, Ângelo Belitardo, alerta que há um risco de correção violenta, sobretudo porque alta puxada por fluxo de capitais tende a amplificar movimentos na reversão.

“Quando o comprador marginal é concentrado (não residente) e o mercado local não recompõe demanda na mesma intensidade, a queda pode ser rápida via realização, redução de risco e efeito câmbio, ou seja, real mais fraco costuma piorar o retorno em dólar e acelerar saídas”, considera.

O Ibovespa teve o melhor resultado para o mês de janeiro em 20 anos, com uma alta acumulada de 13%, mantendo o ritmo de valorização do ano anterior. Apesar disso, o especialista da Hike explica que o “gatilho” típico de reversão seria uma piora súbita nas condições financeiras globais, com dólar forte e juros longos mais altos, além de uma frustração com a trajetória da política fiscal doméstica. Segundo ele, em ano de eleição, é praticamente impossível prever o rumo da bolsa.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula



AMÉRICA DO NORTE

Paz rompida pelo horror no Canadá

Tiroteio em massa mata nove pessoas, seis delas em escola secundária, e choca a cidade de Tumbler Ridge, no centro-oeste do país. Professor brasileiro utilizou bancos de metal para montar barricada e proteger 15 alunos

» RODRIGO CRAVEIRO

Desde que a paz e a tranquilidade foram rompidas em Tumbler Ridge, localizada aos pés das Montanhas Rochosas do centro-oeste do Canadá, os 2 mil moradores tentam se unir para lidar com uma tragédia pouco comum no país: assassinatos em massa. Visivelmente emocionado, o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, anunciou: “A nação está de luto”. “Nesta manhã, pais, avós, irmãs e irmãos em Tumbler Ridge acordarão sem alguém que eles amam. O Canadá está com vocês”, acrescentou, ao dirigir-se à população da pequena cidade. O chefe de governo cancelou parte de sua agenda de ontem, além de uma viagem à Europa, e ordenou que todas as bandeiras do país fossem hasteadas a meio-mastro pelos próximos sete dias, em sinal de respeito pelas vítimas de um dos maiores tiroteios da história do Canadá.

Às 14h20 de terça-feira no horário local (18h20 em Brasília), a Polícia Real Montada Canadense recebeu um alerta sobre um atirador dentro da Escola Secundária de Tumbler Ridge, que abriga 175 estudantes. O atentado deixou seis mortos na escola (uma professora de 39 anos; três alunas, todas com 12; e dois alunos, de 12 e 13). Pelo menos 25 estudantes e funcionários ficaram feridos, dois deles em estado crítico. Dois corpos foram encontrados em uma casa próxima.

No fim da tarde de ontem, a polícia confirmou que o atirador é uma mulher transgênero de 18 anos identificada como Jesse van Rootselaar. Ela matou a mãe e o irmão, antes de atacar a escola. “O que posso dizer é que a suspeita nasceu com o sexo masculino e, seis anos depois, começou a transição para o gênero feminino”, explicou o vice-chefe de polícia Dwayne McDonald. Mais cedo, as autoridades tinham alertado que a suspeita seria “uma mulher de cabelo castanho usando um vestido”. Depois de cometer o assassinato em massa, Jesse se matou. A atiradora frequentou a instituição até 2022.

Duas armas foram encontradas na escola — uma longa e uma pistola modificada. McDonald disse que os policiais estiveram na casa de Jesse em várias ocasiões, ao longo dos últimos anos, em ocorrências associadas a preocupações com a saúde mental da suspeita. Jesse foi detida algumas vezes para avaliação e acompanhamento no âmbito da Lei de Saúde Mental.

Natural de Monteiro Lobato (SP), o professor brasileiro Jarbas Noronha (**leia Três perguntas para**), 58 anos, lecionava mecânica automotiva para um grupo de 15 alunos no momento do atentado. “Comecei a aula

Eagle Vision Agency/AFP



A Escola Secundária de Tumbler Ridge, na Colúmbia Britânica, palco de uma tragédia sem precedentes na região: além dos mortos, 25 feridos

Três perguntas para...

JARBAS NORONHA, 58 anos, paulista, professor de mecânica automotiva e de ciências aplicadas na Escola Secundária de Tumbler Ridge

Algumas pessoas o consideram um herói. Como o senhor reage a essa comparação?

Sou um professor. Meus alunos são minha responsabilidade durante minha aula. Só isso. Sinto por eles. Não merecem esse tipo

de trauma em um lugar que deveria ser um porto seguro para eles.

De tudo o que o senhor viveu nessa terça-feira, o que ficou mais marcado em sua memória?

Eu tinha uma missão: retirar meus 15 alunos com vida de lá. Isso me manteve o foco. Assim que

Arquivo pessoal



cheguei ao centro de recuperação, onde alunos e famílias se reuniram, comecei a ver a seriedade da situação. Somente fiquei sabendo dos números hoje pela manhã. A gente sempre vê isso como algo distante, na televisão ou no celular. De repente, você está lá, sendo escoltado para fora da escola com seus alunos por equipes da Swat. É surreal.

contra a porta, como se fossem barricadas, para ganhar tempo e prepararmos um plano de fuga, caso alguém tentasse invadir a oficina”, relatou. A ideia do brasileiro era correr através das portas de garagem da oficina, que dão acesso ao pátio, e utilizar o estacionamento como um ponto de encontro do grupo. O professor vive em Tumbler Ridge desde 2022 e trabalha na escola secundária há um ano e meio.

Pai de aluno

“Minha esposa falou ao telefone com nosso filho, Darian, o tempo todo, enquanto ele estava confinado com colegas. Ela descobriu que algo acontecia pois trabalha no hospital da cidade. Uma colega mencionou algo

para ela. Logo depois, o alerta disparou em nossos telefones informando que havia um atirador ativo na escola”, contou ao **Correio** Shane Quist, pai de Darian Quist, 17 anos, estudante da Escola Secundária de Tumbler Ridge. “Darian não ouviu nem viu muita coisa, pois a sala de aula onde ele se trancou era do lado oposto da escola. Ele nem mesmo ficou sabendo o que era o alarme que disparou. Não creio que ele tenha processado de verdade o que ocorreu, durante um tempo, e não tenha acreditado que aquilo fosse real”.

Shane e a família mudaram-se para Tumbler Ridge há pouco mais de um ano. “Sei que a cidade se unirá e se ajudará mutuamente. Vimos isso antes, no verão passado, quando um prédio de

apartamentos sofreu um incêndio. Então, não tenho dúvidas de que superaremos isso como uma comunidade”, observou o pai de Darian.

Sobrevivente de um massacre na Escola Politécnica de Montreal, em 6 de dezembro de 1989, quando 14 mulheres foram assassinadas, a deputada canadense Nathalie Provost ofereceu condolências às vítimas de Tumbler Ridge. “Eu reflito com profunda tristeza sobre o sofrimento, a dor e o trauma que tais eventos deixam para trás — para as vítimas, seus familiares e toda a comunidade. Essa tragédia destrói brutalmente o senso de segurança que deveria envolver os locais de aprendizado e de crescimento, e marca a perda da inocência para muitos jovens”, declarou.

Chip Somodevilla/Getty Images North America/AFP



Sean Duffy, titular de Transportes: “A ameaça foi neutralizada”

Drones de cartéis fecham aeroporto

Os Estados Unidos revelaram que interceptaram e neutralizaram drones (aeronaves não tripuladas) operados pelos cartéis do narcotráfico mexicano. O anúncio ocorre dias depois de o presidente Donald Trump ameaçar uma incursão terrestre no México para combater as organizações criminosas. O incidente chegou a fechar, durante algumas horas, o Aeroporto de El Paso (Texas), na fronteira.

O secretário de Transportes dos EUA, Sean Duffy, explicou que a Administração Federal de Aviação (FAA) e o Pentágono “reagiram rapidamente para enfrentar uma incursão de drones pertencentes a um cartel”. “A ameaça foi neutralizada e não existe qualquer perigo para o tráfego comercial na região”, acrescentou.

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, negou ter recebido qualquer informação sobre a presença de drones na região de El Paso. De acordo com o jornal mexicano *El Universo*, o espaço aéreo de El Paso foi fechado por ordem de Bryan Bedord, diretor da FAA, sem que alertasse a Casa Branca, o Pentágono ou funcionários da Segurança Nacional.

Especialista em segurança e professor do Colegio de la Frontera Norte (em Tijuana), o mexicano Vicente Sánchez Munguía explicou que não é a primeira vez que o crime organizado utiliza drones na fronteira. “Eles usam esses aparelhos para enviar drogas ou para vigiar a mobilidade dos patrulheiros americanos. O incidente recente é muito mais delicado, por conta da política estabelecida dos EUA para a fronteira e para a região. Além disso, em El Paso está instalada uma base aérea norte-americana muito importante”, disse ao **Correio**. “O incidente escala a relação bilateral assimétrica e tem implicações muito delicadas para o México. Vejo com preocupação como isso será resolvido no campo da diplomacia.” (RC)

ORIENTE MÉDIO

Netanyahu pressiona Trump por ação contra o Irã

O presidente dos EUA, Donald Trump, revelou que “insistiu” em sua reunião com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, para manter vivas as negociações com o Irã. “Não se tomou nenhuma decisão definitiva, apenas insisti em que as negociações com o Irã continuariam, para ver se era possível ou não chegar a um acordo. Enquanto houver possibilidade, indiquei ao primeiro-ministro que essa será a minha preferência”, escreveu o presidente americano em sua rede Truth Social, depois de um encontro que durou

mais de duas horas. Netanyahu insistiu Trump a aumentar a pressão sobre Teerã para que encerre seus programas nuclear e balístico.

O governo norte-americano retomou as negociações na semana passada, em Omã, sobre o programa nuclear, mas mantém a ameaça militar contra a República Islâmica caso um acordo não seja alcançado. Netanyahu chegou à Casa Branca pouco antes das 11h pelo horário local (13h em Brasília). Na véspera do encontro com o israelense, Trump afirmou que estava considerando enviar um

Brendan Smialowski/AFP



Manifestante fantasiado de Netanyahu em ato perto da Casa Branca

segundo porta-aviões ao Oriente Médio para aumentar a pressão. Em visita aos Estados Unidos pela sexta vez durante o segundo mandato do republicano, Netanyahu exige que as negociações também incluam os mísseis balísticos de Teerã.

As autoridades iranianas, que denunciaram a “influência destrutiva” da visita do líder israelense, indicaram estar abertas a permitir “inspeções” para verificar a natureza pacífica de seu programa nuclear, mas alertaram que não cederão a “exigências excessivas”. “Não queremos adquirir

armas nucleares. Nós afirmamos isso repetidamente e estamos preparados para todos os tipos de inspeções”, disse o presidente Masoud Pezeshkian, no marco do 47º aniversário da Revolução Islâmica.

Embora tenha expressado esperança de um acordo, Trump alertou, em entrevista à Axios, que estava “pensando” em enviar um segundo porta-aviões para a região. “Ou chegamos a um acordo, ou teremos que fazer algo muito duro como da última vez”, afirmou. “Temos uma Marinha ali e outra pode estar a caminho.”

VISÃO DO CORREIO

A corrupção e o risco de normalidade

Nos últimos 10 anos, o Brasil está estagnado abaixo da média global de um dos principais indicadores globais sobre corrupção no setor público, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Ocupa a 107ª posição do ranking composto por 182 países e territórios, com 35 pontos, sete a menos que o desempenho médio contabilizado em 2025. Trata-se da segunda pior nota desde que a série histórica começou a ser feita, em 2012, e é equiparada à de países como a Ucrânia, em guerra há quase quatro anos.

O relatório, divulgado nesta terça-feira, chama a atenção para a dificuldade do país em “conseguir sustentar avanços estruturais capazes de alterar sua posição relativa no ranking internacional”. Também destaca a “trajetória marcada por fragilidade institucional, baixa efetividade dos mecanismos de integridade e dificuldades persistentes de controle da corrupção no setor público”, sinalizando um perigoso risco de que práticas do tipo deixem de provocar a indignação e as respostas necessárias.

A avaliação de Bruno Brandão, diretor executivo do Transparência Internacional-Brasil, que faz parte da elaboração do IPC, dá a dimensão do problema. Segundo ele, os Três Poderes têm contribuído para a inércia do país no enfrentamento à corrupção, ainda que se destaque positivamente a resposta “firme e histórica” do Supremo Tribunal Federal ao condenar os líderes da intentona golpista, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro e militares de alta patente. Em contraponto, recentes casos de “macrocorrupção em escala inédita, como INSS e Master, impunidade generalizada mesmo para corruptos confessos e condutas desmoralizantes de ministros do próprio STF” também “chocaram o mundo”.

O IPC é construído a partir de 13 fontes independentes, como organismos multilaterais e centros de pesquisa, que

avaliam percepções de especialistas e executivos sobre corrupção no setor público. A pontuação de cada país corresponde à média dessas fontes e se enquadra em uma escala de zero a 100. O Brasil nunca chegou à metade. Pontuou melhor em 2012 e 2014, com 43 pontos. O pior desempenho foi em 2024: 34 pontos, praticamente o mesmo que a situação atual.

O cenário revela-se ainda mais agravado quando se considera a análise dos países conforme a realidade democrática. A média da pontuação de países com democracias plenas em 2025 é de 71; com democracias deficitárias, 47; em regimes não democráticos, 32 — ou seja, apenas três pontos a menos que a realidade brasileira. Não é exagero, portanto, temer que vulnerabilidades tão profundas em instituições nacionais ofusquem as tentativas de fortalecimento da agenda anticorrupção.

Grandes escândalos deixam evidentes os impactos da corrupção no dia a dia da população. Mas corrupções em menor escala também precarizam os serviços públicos e acentuam as desigualdades, entre outras mazelas. Em nota, a Controladoria-Geral da União (CGU) reiterou as críticas à forma como é calculado o IPC e reafirmou que ele “não mede a ocorrência real de corrupção, nem avalia políticas públicas de enfrentamento, investigações ou resultados institucionais”.

Ainda que haja divergências metodológicas, não se pode negar que é extensa a lista de esquemas fraudulentos que chegaram ao noticiário nas últimas décadas e que a corrupção figura entre as principais preocupações dos brasileiros. Há de se reconhecer também que o controle da máquina pública exige medidas de inteligência, fortalecimento das práticas de transparência, aprimoramento dos canais de denúncia, rigor nas punições. Dá trabalho, mas é basililar. Desvios de recursos não podem cair na normalidade sob o risco de colocarem em xeque princípios civilizatórios.



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbpress.com.br

Não basta fechar a boca e malhar

O discurso da meritocracia é burro e só faria sentido em um mundo sem desigualdade, o que é impossível. O engraçado é que, enquanto muita gente empunha a bandeira do “fazer para acontecer”, poucos se lembram de que a palavra foi cunhada como sátira pelo sociólogo britânico Michael Young, em um ensaio de 1958. No texto, ele criticava, adivinhe, uma civilização que preferia o QI alto e o “esforço” à justiça social.

Se esse conceito não funciona para comparar a trajetória de pessoas com oportunidades socioeconômicas disparatadas, tampouco deveria ser aplicado em relação a doenças. Ninguém, é claro, defende que basta força de vontade e determinação para uma pessoa sem pernas chegar em primeiro lugar na corrida de São Silvestre. Porém, quando o assunto é obesidade, adoramos repetir a fórmula da boa forma física: “Basta malhar e fechar a boca”.

Isso pode ser verdade para a maioria de nós, que estamos em eterna luta contra a balança, mas não abrimos mão do docinho diário e adiamos a atividade física para uma suposta segunda-feira que não chega nunca. Porém, exigir que a receita funcione para pessoas com obesidade, uma doença reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é tão cruel quando querer que o filho da diarista compita no mercado de trabalho com o nosso filho bem nutrido e diplomado em

inglês-espanhol-mandarin.

Há décadas, cientistas estudam os mecanismos da obesidade e, com o aprimoramento de técnicas de rastreamento cerebral, já se sabe que o órgão de pessoas com a doença tem estrutura e funcionamento diferentes, especialmente nas redes neuronais associadas à impulsividade e à saciedade. Sejam essas alterações causa ou consequência, não se pode ignorar que “malhar e fechar a boca” aqui não se aplicam.

Evidentemente, há pessoas com obesidade que conseguem emagrecer sem medicamentos ou cirurgia. Assim como há aquelas que, submetidas a uma infância de fome, trabalho e pouca instrução, ingressam cursos concorridos nas melhores universidades. São, claro, exceções.

Considerados revolucionários, os análogos de GLP1 funcionam induzindo o organismo da pessoa com obesidade a funcionar como o dos magros. Comer menos e colher os benefícios da atividade física, então, torna-se uma missão possível.

Esses medicamentos, porém, não devem ser encarados como canetas mágicas, como se bastasse uma picadinha para a gente voltar ao manequim 38 depois dos exageros natalinos. Evidentemente, qualquer substância externa não age sem custos — financeiros e orgânicos. Quanto mais gente usar os análogos de GLP1, com ou sem necessidade real, mais se descobrirão efeitos colaterais em potencial.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Segurança

Alguns fatos são incontesteáveis, como o alarmante aumento da violência, em especial dos furtos e assaltos de celulares que, muitas vezes, se transformam em homicídios. A maioria dessas ocorrências não é registrada, pois a descrença na polícia e na recuperação do patrimônio furtado é total. Assim, essa praga é vista em todas as capitais e chegou no Distrito Federal pela ausência total de policiamento ostensivo e preventivo. Grande parte desses furtos e roubos são praticados por bandidos em motocicleta. Aqui na Asa sul é constante e rotineiro. Ora, por que não fazem blitz nas vias para verificar se realmente são trabalhadores? Sabemos que muitos ganham a vida como entregadores, mas até para a segurança deles uma ação efetiva, imediata e constante é mais que urgente! Aqui no DF, ainda temos o fato da população em situação de rua. É um problema social, mas também um problema de segurança. Maior vigilância e ação social e policial iriam prevenir boa parte desses crimes. Mas falta vontade política de colocar a polícia nas ruas e que acabe com as jornadas privilegiadas (descansam quatro dias e acabam fazendo bico na segurança pública). Falta um governo que quebre esse corporativismo e coloque nas ruas os policiais mais bem pagos do país! Que melhore a iluminação pública e retire os matalgal das áreas verdes das quadras 700, onde se escondem os meliantes.

» **Márcio Dias Santos**
Asa Sul

Imóveis

Pesquisa mostra que os imóveis novos valorizam 12,6% no Distrito Federal em 2025, mas o número de unidades comercializadas caiu. Não é que caiu, é muito imóvel sendo construído e não tem gente para ocupar. Aqui em Águas Claras está entupido de obra, não tem terreno vazio para aparatos públicos, só tem especulação imobiliária. Aqui não cabe mais gente. Ninguém anda, não tem estacionamento. É um verdadeiro inferno!

» **Manuella Albuquerque**
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A ANTT afirma que as tarifas do Entorno terão reajustes na segunda quinzena de fevereiro. E o ar-condicionado para a população?

Hugo Fraga — Brasília

Morar no Entorno é o barato que sai caríssimo. Sinto muita pena desse povo que é abandonado pelos governos de Goiás, do DF e federal.

Éderson Luciano — Brasília

Carnaval, Copa do Mundo e eleição. O ano só começa após o segundo turno da eleição, dia 25 de outubro.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O Brasil mantém a sua pior posição no ranking de corrupção. É um ritual anual que ninguém gosta, mas já espera. As autoridades “contestam a metodologia”, como se o problema estivesse no termômetro, não na febre.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

No ranking do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2025, elaborado pela ONG Transparência Internacional, o Brasil ocupa o 107º lugar entre 182 países, próximo de países como Sri Lanka, Argentina e Ucrânia. Enfim, esse é o nosso Brasil!

Itiro lida — Asa Norte, Brasília

A compreensão da missão que o padre Lancelotti realiza foge à perspectiva de deixar-se intimidar por provocações do inimigo, que não faz o bem e deseja que ninguém mais o faça. Siga, padre, sua missão é de Deus.

Maria Ângela dos Santos — Brasília

Cruzadas

Certa vez, ouvi do pândego Jô Soares que os apreciadores das palavras cruzadas só acrescentavam aos seus conhecimentos, na curtidão desse prazer, os conteúdos da “cultura inútil” que fluía desses entretenimentos. Pois eu, hoje, compulsando uma dessas distrações, fiquei sabendo, muitíssimo surpreso, que a bela e sedutora atriz austríaca Hedy Lamarr, que no cinema sacudia os nossos corações, foi a coinventora de um sistema de comunicações usado pelos americanos na Segunda Guerra Mundial — com os mesmos rudimentos científicos que evoluíram até o patamar atual da telefonia celular. “Cultura inútil”?

» **Lauro A. C. Pinheiro**
Asa Sul

Cotas

Há uma discussão estéril, sempre levantada pela extrema-direita, sobre a desnecessidade das cotas raciais destinadas à população negra. As cotas raciais, assim como as sociais, têm como objetivo reduzir desigualdades socioeconômicas e promover a inclusão. Curiosamente, a Lei Federal nº 5.465, de 1968, “Lei do Boi” instituída durante a ditadura militar, reservava até 50% das vagas em escolas técnicas e superiores agrícolas federais para filhos de fazendeiros, em claro favorecimento de uma população já privilegiada, revogada em 1985. As cotas, sociais e raciais, se complementam no sistema, representando uma oportunidade de corrigir erros históricos, sobretudo em relação à população negra, democratizando, no contexto geral, o ensino.

» **Marcus Aurelio de Carvalho Santos** (SP)

Pedofilia

Denúncias graves envolvendo possíveis casos de pedofilia e im-

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS* SEG a DOM R\$ 1.187,88 360 EDIÇÕES (promocional)
Localidade	SEG/SÁB	DOM	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.

ANJ WZ
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

Endereço na Internet: <http://www.correioweib.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Enfrentar a impunidade é fortalecer a democracia



» **GLEND MEZAROBBA**
Conselheira do Instituto Vladimir Herzog e cientista política

» **ROGÉRIO SOTTILI**
Diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog. Foi Secretário Especial de Direitos Humanos do governo federal

O julgamento que o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciará em 13 de fevereiro, para definir o alcance da Lei de Anistia em casos de desaparecimento forçado e ocultação de cadáver durante a ditadura militar, recoloca o Brasil diante de uma questão que atravessa décadas: até quando um país pode adiar o enfrentamento de graves crimes cometidos por agentes do próprio Estado sem comprometer a qualidade de sua democracia?

Não se trata apenas de um debate jurídico, embora a responsabilização criminal esteja no centro desse debate. Trata-se de um debate sobre memória e futuro. Sociedades que não enfrentam a violência do passado tendem a conviver com suas permanências, muitas vezes, invisibilizadas e naturalizadas.

O desaparecimento forçado, talvez, seja a expressão mais radical dessa permanência. Diferentemente de outros crimes, ele não se encerra no momento em que é cometido. Enquanto não há resposta sobre o destino da vítima, o crime continua em curso. Continua para as famílias que aguardam a volta do ente querido, para o Estado que não presta contas de seus atos, para a sociedade que não sabe os detalhes da barbárie que aconteceu “em nome da cidadania”. O tempo, nesses casos, não apaga a violência. Ao contrário, aprofunda.

O direito internacional reconheceu há muito essa dimensão. Cortes e organismos

internacionais estabeleceram de forma clara que crimes como tortura, execução e desaparecimento forçado não são passíveis de anistia. Tal dimensão extrapola o aspecto punitivista, porque a própria ideia de humanidade compartilhada se esvai quando tais crimes são tolerados.

No Brasil, entretanto, o STF tem tido dificuldade em acompanhar o desenvolvimento da normativa internacional, assim como juízes têm se omitido na aplicação do controle de convencionalidade. Com a ajuda de malabarismos jurídicos, a Lei de Anistia segue sendo usada como escudo para bloquear a responsabilização de autores de graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. Familiares de mortos e desaparecidos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e instâncias internacionais insistem, há mais de meio século, que a Lei Nº 6.683/79 constitui obstáculo à justiça e ao direito à verdade.

O julgamento que agora se anuncia apresenta, ainda que tardiamente, a oportunidade de revisão desse entendimento. É preciso repetir: não se trata de revisitar o passado por ressentimento, mas de reconhecê-lo por dever e responsabilidade. Mais do que um regime de eleições periódicas, a democracia constitui pacto ético sobre o que uma sociedade considera aceitável e sobre os limites que a cidadania impõe aos que exercem o poder.

Nesse sentido, o debate sobre a Lei de Anistia dialoga diretamente com o presente. O Brasil vive, neste momento, um importante processo de responsabilização daqueles que recentemente atentaram contra a ordem democrática. Esse movimento, com todas as suas complexidades, revela que instituições só se fortalecem quando demonstram que todos os cidadãos são iguais em direitos e deveres e que, portanto, ninguém está acima da lei. A violência política não pode ser naturalizada.

Há uma linha que conecta a impunidade do passado à ousadia autoritária recente. Quando crimes cometidos por agentes de Estado não são investigados, quando torturadores não são responsabilizados, quando desaparecimentos políticos permanecem sem resposta, reafirma-se a mensagem, ainda que de forma silenciosa, de

que é possível recorrer à violência na solução de conflitos. Em uma democracia, isso é inaceitável. Romper essa lógica constitui tarefa política. Neste momento, cabe a uma de suas mais importantes instituições, o Judiciário, desempenhá-la.

Enfrentar a impunidade não significa apenas identificar os responsáveis e punir os reconhecida-mente culpados. Significa reafirmar valores. E confirmar que a dignidade humana não é negociável, que o poder tem limites e que a democracia é incompatível com a violência de agentes do Estado.

O caso da Guerrilha do Araguaia é emblemático. Décadas depois, famílias ainda buscam informações sobre o destino de integrantes desse movimento de resistência. A ausência de respostas é uma dívida do Estado com a cidadania e com a própria história do país. Confiança cívica não se constrói na opacidade. A não repetição de horrores como os perpetrados durante a ditadura militar depende do pleno conhecimento dos fatos.

É importante lembrar que esforços para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos, mundo afora, não enfraquecem as instituições. Ao contrário, podem constituir oportunidade de seu fortalecimento. No caso do Brasil, o reconhecimento público dos crimes e a aplicação da justiça podem estabelecer, de forma concreta, que o limite da dignidade humana não voltará a ser ultrapassado.

Embora venha sendo considerada referência global na defesa da nossa jovem democracia, o Poder Judiciário ainda não desempenhou o papel que lhe cabe em relação ao legado da ditadura militar. Por isso, o julgamento que se aproxima deve ser acompanhado com atenção por toda a sociedade. Não se trata de um tema restrito a juristas ou especialistas porque diz respeito ao tipo de país que desejamos ser. Um país que aceita a violência de seus agentes, que convive com a impunidade ou um país que quer aprimorar suas instituições?

Memória, verdade e justiça não são conceitos abstratos. São alicerces que ainda precisam ser bem sedimentados no processo de construção da democracia brasileira. Enfrentar o passado é proteger o futuro.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circocunha@adabr.com.br

República personalista

Em pleno século 21, quando a democracia liberal enfrenta questionamentos no mundo inteiro, o Brasil revive um debate que deveria estar superado desde o século 18: é possível consolidar instituições que sejam maiores do que os homens que as ocupam? A pergunta não é trivial. Ao contrário, ela revela a raiz de nossa crise permanente. Desde a proclamação da República, em 1889, o país parece oscilar entre promessas modernizantes e recaídas personalistas. Derubou-se um imperador sob a bandeira do republicanismo, mas o que se viu, nas décadas seguintes, foi a consolidação de oligarquias regionais. Superou-se a política do café com leite, mas emergiu o centralismo varguista. A ditadura militar prometeu ordem e progresso, mas legou um trauma institucional profundo. A redemocratização reacendeu esperanças, mas não extinguiu o vício da personalização do poder.

Há mais de um século, o Brasil vive entre reformas e remendos. A teoria de Montesquieu, ao propor a separação e o equilíbrio entre os poderes, parte de uma premissa essencial: o poder deve conter o poder. Não se trata de confiar na virtude dos governantes, mas de criar mecanismos institucionais que limitem seus impulsos. A democracia não é o governo dos bons; é o sistema que presume a imperfeição humana e, por isso mesmo, estabelece freios, contrapesos e regras claras.

O resultado é previsível: instabilidade. Vivemos um tempo de radicalização política, judicialização excessiva da vida pública e descrédito generalizado. Parte da sociedade desconfia do Executivo; outra parte acusa o Legislativo de omissão ou fisiologismo; muitos veem no Judiciário um protagonismo que ultrapassa seus limites tradicionais. Cada Poder acusa o outro de extrapolação. E a população, assistindo a esse embate, sente-se órfã de representação. A nação entendida como o conjunto vivo da sociedade não se reconhece plenamente no Estado entendido como a máquina institucional que deveria expressar a vontade geral.

Quando a representação falha, cresce o espaço para discursos salvacionistas. A cada crise, ressurgem a tentação de apostar em um líder forte, capaz de “colocar ordem na casa”. Mas a história ensina que líderes fortes raramente produzem instituições fortes. Pelo contrário: costumam enfraquecê-las ainda mais. O paradoxo brasileiro é este: queremos estabilidade institucional, mas buscamos soluções personalistas.

A própria Constituição de 1988, embora tenha ampliado direitos e consolidado garantias fundamentais, criou um sistema complexo e, por vezes, disfuncional. A fragmentação partidária dificulta maiorias estáveis. O presidencialismo de coalizão, necessário para governabilidade, abre espaço para negociações pouco transparentes. O Judiciário, chamado a arbitrar conflitos políticos, assume um papel que ultrapassa a simples aplicação da lei. Assim, o equilíbrio entre Poderes torna-se frágil e sujeito a tensões constantes.

Não se trata de afirmar que as instituições brasileiras inexistem ou que a democracia esteja formalmente rompida. O problema é mais sutil e, por isso mesmo, mais grave: a erosão da confiança. Sem confiança institucional, a democracia transforma-se em disputa permanente de narrativas. Cada decisão é vista como manobra; cada interpretação constitucional é tratada como escolha ideológica; cada eleição é acompanhada de suspeitas. A política deixa de ser mediação de conflitos para tornar-se campo de batalha moral.

Nesse ambiente, ética e razão se distanciam. A ética pública baseada em princípios universais cede espaço à moral tribal, em que o certo e o errado dependem de quem pratica o ato. A razão institucional fundada em procedimentos é substituída pela emoção coletiva. O debate público degrada-se, e o diálogo torna-se raro. O Brasil parece, então, preso em um beco sem saída. Se aposta no fortalecimento de lideranças carismáticas, arrisca enfraquecer as instituições. Se transfere excessiva responsabilidade às instituições sem reformá-las, perpetua sua ineficiência. Se radicaliza o discurso político, aprofunda o distanciamento entre sociedade e Estado. E se busca consensos superficiais, apenas adia conflitos estruturais.

Como sair desse impasse, então? A resposta não está em soluções mágicas, nem em rupturas abruptas. O caminho lento e menos sedutor passa pela reconstrução da cultura institucional. Isso implica fortalecer partidos programáticos, reduzir a fragmentação política, aprimorar mecanismos de transparência e responsabilização e delimitar, com clareza, as competências de cada Poder. Implica também um esforço educativo e cultural. Democracia não é apenas procedimento jurídico; é hábito.

» **A frase que foi pronunciada**

“Na minha opinião, existem dois tipos de viajantes: os que viajam para fugir e os que viajam para buscar.”

Érico Veríssimo

» **História de Brasília**

Há quase um mês, não há aula no curso médio de Brasília. Os estudantes serão os prejudicados, e as autoridades não se interessam por uma solução. Enquanto isso, os pais aprensivos vêem seus filhos sem ensinamentos, e os professores sem querer sair das casas invadidas. (Publicada em 15.5.1962)

O compromisso do GDF com a educação



» **HÊLVIA PARANAGUÁ**
Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

Nesta semana, 448 mil estudantes começam um novo ano letivo na rede pública de ensino do Distrito Federal. Ao cruzarem os portões de nossas escolas, esses jovens, com o apoio de suas famílias, carregam expectativas, planos e a confiança de que a educação é o caminho mais seguro para transformar a própria história. E nós, no Governo do Distrito Federal, assumimos um compromisso com cada um deles: sonhem, e sonhem alto, porque a rede pública do DF está preparada para sustentar esses sonhos com trabalho, planejamento e resultados concretos.

No Distrito Federal, o ensino público é a ponte que permite a qualquer jovem alcançar seus objetivos, seja ele cursar medicina em uma universidade federal, dominar um novo idioma, empreender, conquistar um emprego qualificado ou estudar no exterior. Essa visão tem amparo sólido na realidade. São muitos os dados que comprovam que, com políticas públicas consistentes

e investimentos permanentes, o DF conquistou, nos últimos anos, posição de referência nacional em educação pública de qualidade.

A base dessa transformação começa na primeira infância, etapa decisiva para o desenvolvimento cognitivo e social. Em 2019, a fila de espera por creches tinha 24 mil crianças. Atualmente, o número de vagas disponíveis já é maior que a demanda. Sobram vagas porque, desde o início desta gestão, inauguramos 26 novas creches e temos outras oito em construção. Paralelamente, o Cartão Creche assegurou atendimento a mais de 87 mil beneficiários em instituições conveniadas, garantindo que nenhuma criança fique para trás no momento mais importante do aprendizado.

Não há como priorizar a educação sem investir em professores. Por isso, no fim do ano passado, realizamos a contratação de 3 mil novos docentes para reforçar o quadro da rede pública. Trata-se de um passo decisivo para assegurar continuidade no aprendizado, melhorar o acompanhamento individual dos estudantes e fortalecer o vínculo entre professores, alunos e comunidades escolares.

Também sabemos que existem condições básicas que precisam ser atendidas para uma educação de qualidade. Um aluno que tem material adequado, uniforme, alimentação e segurança emocional consegue se concentrar no que realmente importa: estudar. Por isso, fortalecemos políticas que promovem autonomia às famílias

e igualdade de oportunidades dentro da rede. O Cartão Material Escolar, por exemplo, já beneficia cerca de 200 mil estudantes, permitindo que escolham os próprios itens em papelarias credenciadas, valorizando o comércio local e respeitando as necessidades de cada um. Em 2026, avançamos com a vigência plena do Cartão Uniforme Escolar, que atenderá todos os alunos da rede, injetando R\$ 125 milhões na economia do DF e reforçando o sentimento de pertencimento que a escola deve proporcionar.

Nosso compromisso também é com horizontes mais amplos. O programa Pontes para o Mundo mostra que a escola pública do DF pode levar seus estudantes para além das fronteiras do país. Em 2025, 102 jovens vivenciaram intercâmbio no Reino Unido. Em 2026, ampliaremos para 400 vagas, incluindo destinos como Canadá, França e Espanha. Não se trata apenas de aprender um idioma, mas de ampliar repertórios culturais, fortalecer a autoestima e provar que nossos estudantes podem ocupar qualquer espaço no mundo.

O compromisso do GDF é com uma educação pública tecnológica, inclusiva, eficiente e, acima de tudo, humana. Iniciamos este ano letivo com a certeza de que oferecemos oportunidades reais de mobilidade social e cidadania. Cada matrícula representa uma história que pode ser transformada e uma família que deposita confiança no poder da escola.

REMÉDIO evita DESTRUIÇÃO de NEURÔNIOS

Medicamento de baixo custo usado para pacientes de epilepsia mostra-se promissor no combate à formação de partículas tóxicas associadas ao Alzheimer. Se testes confirmarem a descoberta, a substância poderá prevenir demência em pacientes de alto risco

» PALOMA OLIVETO

Um medicamento amplamente usado contra epilepsia pode atuar em uma etapa crítica do desenvolvimento da doença de Alzheimer: a produção do principal componente de placas que se acumulam no cérebro ao longo dos anos. Publicado na revista *Science Translational Medicine*, o estudo com o levetiracetam mostrou que o anticonvulsivante reduz a formação de um subproduto tóxico da proteína beta-amiloide (AB), que, em excesso, provoca a morte dos neurônios.

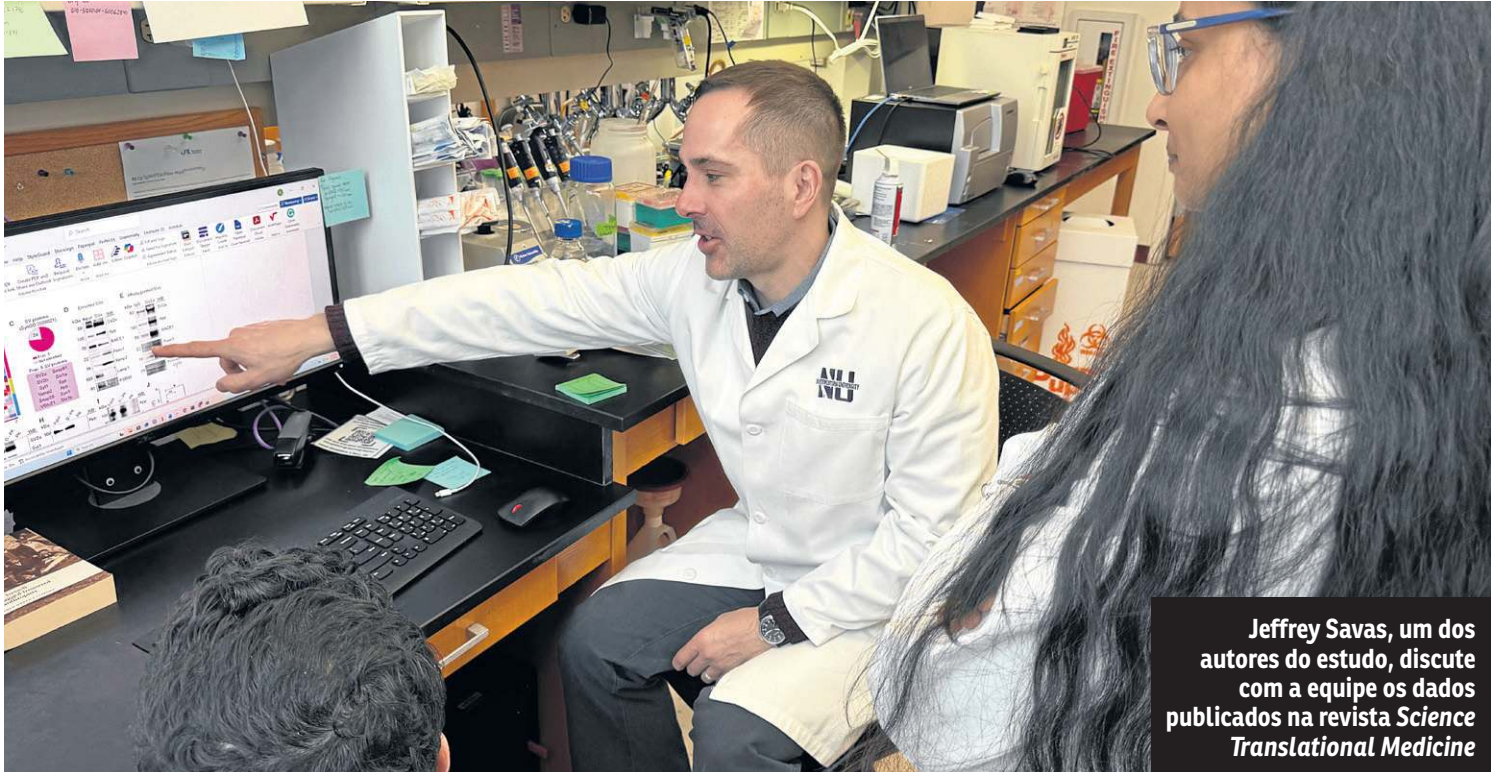
Caracterizado pela destruição gradual das células cerebrais, o Alzheimer deve afetar 130 milhões de pessoas em 2050, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente, as opções de tratamento são restritas aos sintomas, e os medicamentos específicos são para fases muito iniciais, além de poderem causar efeitos colaterais graves, como edema e sangramento cerebral.

As terapias aprovadas, hoje, atuam na remoção das placas já formadas e, por isso, têm resultados limitados. Diferentemente, o levetiracetam parece impedir a produção excessiva da beta-amiloide, evitando que cause danos nos neurônios. O estudo, porém, está em fases iniciais, e ainda não há previsão de quando será clinicamente viável. Por enquanto, os cientistas da Universidade de Northwestern, nos Estados Unidos, fizeram experimentos em modelos animais, em neurônios humanos e no tecido cerebral de pacientes de alto risco.

“Pacotinhos”

No estudo, os pesquisadores descobriram um fragmento da proteína beta-amiloide particularmente tóxico chamado AB42 acumulado dentro das vesículas sinápticas — “pacotinhos” usados pelos neurônios para se comunicarem. Quando administraram o levetiracetam, um anticonvulsivante de baixo custo, o medicamento impediu a formação das partículas nocivas pelas células cerebrais. Segundo os cientistas, caso o resultado se confirme, essa poderá ser uma estratégia preventiva da doença.

Universidade Northwestern/Divulgação



Jeffrey Savas, um dos autores do estudo, discute com a equipe os dados publicados na revista *Science Translational Medicine*

Três perguntas para

BRUNO IEPSSEN, médico neurologista e integrante da Comissão Científica da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ).

O que significa, na prática, a descoberta de que o levetiracetam pode reduzir a produção de A42?

A doença de Alzheimer está associada ao acúmulo de uma proteína tóxica no cérebro chamada beta-amiloide, especialmente uma forma chamada A42. Essa substância se acumula ao longo dos anos e está ligada ao dano às células nervosas. O que esse estudo mostra é que o levetiracetam — um medicamento já usado há muitos anos para tratar epilepsia — pode ajudar a reduzir a produção dessa proteína desde o início do processo, e não apenas tentar remover o que já

se acumulou. De forma simplificada: o remédio parece “orientar” a célula a processar uma proteína chamada APP (proteína precursora amiloide) de uma maneira mais segura, que não gera a forma tóxica A42. Isso é importante porque atuar na produção pode ser uma estratégia mais eficaz nas fases iniciais da doença.

O estudo fala de uma proteína chamada SV2a e do funcionamento das vesículas sinápticas. Por que isso é importante?

O levetiracetam atua em uma proteína chamada SV2a, fundamental para o funcionamento das sinapses — as conexões entre os neurônios. De acordo com o estudo, o efeito do medicamento está diretamente relacionado à

presença dessa proteína, o que traz relevância para o entendimento do mecanismo de ação do remédio. Isso significa que, ao interferir na SV2a, o levetiracetam pode estar modulando de maneira mais natural o funcionamento das células cerebrais, diferente de abordagens anteriores que buscavam bloquear diretamente enzimas essenciais para outros processos do organismo, muitas vezes resultando em efeitos colaterais indesejados. Nesse contexto, esse mecanismo representa uma forma mais refinada e potencialmente mais segura de atuar sobre os processos neurológicos ligados ao Alzheimer, oferecendo uma esperança de que intervenções futuras possam ser mais eficazes e menos agressivas ao organismo.

O fato de o levetiracetam já ser um remédio aprovado ajuda?

Sem dúvida, isso representa uma vantagem significativa. Por ser um medicamento já utilizado há muitos anos no tratamento da epilepsia, temos amplo conhecimento sobre seu perfil de segurança, possíveis efeitos colaterais e seu comportamento no organismo. Esse histórico pode facilitar e agilizar o início de estudos clínicos para avaliar o uso do levetiracetam nas fases iniciais do Alzheimer. No entanto, é fundamental esclarecer: o fato de já conhecermos o medicamento não significa que ele possa ser usado imediatamente para prevenir o Alzheimer. Mesmo remédios consagrados precisam passar por estudos específicos para essa nova finalidade antes de serem liberados para esse tipo de tratamento. **(PO)**

“Em termos práticos, isso aponta para um uso do levetiracetam não só para lidar com crises epilépticas em pessoas com Alzheimer, mas possivelmente

para ‘fechar a torneira’ da produção de AB42 antes que se formem muitas placas e ocorram danos irreversíveis”, explica Philippe Marques

da Cunha, professor da pós-graduação em neurologia na Afiya Educação Médica Belo Horizonte. “Não é uma cura, mas uma estratégia potencial de

prevenção ou de retardar a progressão, agindo muito cedo no processo da doença e posteriormente nos seus sinais e sintomas”, esclarece.

Atividades intelectuais reduzem comprometimento da mente

Desafiar a mente com atividades intelectuais, como ler, escrever e aprender um idioma, está associado a uma redução de até 38% do risco de desenvolver Alzheimer e de 36% na probabilidade de sofrer comprometimento cognitivo leve. Segundo um estudo publicado ontem na revista *Neurology*, pessoas com maior nível de aprendizado ao longo da vida podem adiar entre cinco e sete anos a neurodegeneração, comparado àquelas submetidas a poucos estímulos do tipo.

“Nosso estudo analisou o enriquecimento cognitivo desde a infância até a idade adulta, com foco em atividades e recursos que estimulam a mente”, disse, em nota, a autora do artigo, Andrea Zammit, do Rush

University Medical Center, em Chicago. “Nossos resultados sugerem que a saúde cognitiva na idade adulta é fortemente influenciada pela exposição ao longo da vida a ambientes intelectualmente estimulantes.” A pesquisa foi realizada com 1.939 pessoas com idade média de 80 anos, neurologicamente saudáveis no início e acompanhadas por cerca de oito anos.

Os participantes responderam a questionários sobre atividades cognitivas e recursos de aprendizagem em três fases. O enriquecimento precoce, antes dos 18 anos, incluiu a frequência com que ouviam histórias e liam livros, o acesso a jornais e atlas em casa e o estudo de um idioma estrangeiro por mais de cinco anos.

Giovanna Rodrigues CB/DA Press



Leitura e contação de histórias ajudam na defesa da cognição

Biblioteca

O enriquecimento na meia-idade incluiu o nível de renda aos 40 anos, recursos domésticos, como assinaturas de revistas, dicionários e carteiras de biblioteca, e a frequência de atividades como visitar um museu. A partir de 80 anos, foram incluídas a frequência de leitura, escrita e jogos, e a renda total proveniente da Previdência Social, aposentadoria e outras fontes.

Após ajustes para fatores como idade, sexo e escolaridade, os pesquisadores descobriram que pontuações mais altas em atividades enriquecedoras ao longo da vida estavam associadas à redução significativa de risco de desenvolvimento da doença

na velhice. “Investimentos públicos que ampliem o acesso a ambientes enriquecedores, como bibliotecas e programas de educação infantil projetados para despertar o amor pelo aprendizado ao longo da vida, podem ajudar a reduzir a incidência de demência, acredita Zammit.

O neurocirurgião Marcelo Valadares, pesquisador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) reforça a importância de se desenvolver ao longo da vida a chamada “reserva cognitiva”. “Crianças expostas a estímulos intelectuais, leitura e resolução de problemas tendem a formar uma reserva maior. Quanto mais estímulo intelectual e afetivo recebe, maior será sua capacidade de lidar com lesões e declínios no futuro”, afirma. **(PO)**

Cafeína preserva funções cerebrais

O consumo moderado de café com cafeína (duas a três xícaras por dia) ou chá (uma a duas xícaras por dia) reduz o risco de demência, retarda o declínio cognitivo e preserva a função cognitiva, segundo um estudo da Universidade de Harvard, que avaliou dados de 131.821 pessoas. Publicado na revista *Jama*, o artigo, porém, é observacional, ou seja, não estabelece relação de causa e efeito.

“Ao buscarmos possíveis

ferramentas para a prevenção da demência, pensamos que algo tão comum quanto o café poderia ser uma intervenção dietética promissora — e nosso acesso privilegiado a dados de alta qualidade, obtidos por meio de estudos que vêm sendo realizados há mais de 40 anos, nos permitiu levar essa ideia adiante”, disse o autor sênior Daniel Wang, do Departamento de Medicina do Mass General Brigham “Embora nossos

resultados sejam encorajadores, é importante lembrar que o tamanho do efeito é pequeno e que existem muitas maneiras importantes de proteger a função cognitiva à medida que envelhecemos. Nosso estudo sugere que o consumo de café ou chá com cafeína pode ser uma peça desse quebra-cabeça.”

O café e o chá contêm ingredientes bioativos como polifenóis e cafeína, que têm se destacado como possíveis fatores

neuroprotetores capazes de reduzir a inflamação e os danos celulares, além de proteger contra o declínio cognitivo. Embora promissoras, as descobertas sobre a relação entre café e demência têm sido inconsistentes, pois os estudos apresentaram acompanhamento limitado e detalhes insuficientes para captar padrões de consumo a longo prazo, diferenças entre os tipos de bebida ou todo o espectro de desfechos.

Quantidade

Os benefícios cognitivos foram mais pronunciados nos participantes que consumiam de duas a três xícaras de café com cafeína ou de uma a duas xícaras de chá diariamente. Porém, contrariamente a diversos estudos anteriores, uma ingestão maior de cafeína não apresentou efeitos negativos; pelo contrário, proporcionou benefícios neuroprotetores semelhantes à dosagem ideal.

“Também comparamos pessoas com diferentes predisposições genéticas para desenvolver demência e observamos os mesmos resultados — o que significa que o café ou a cafeína provavelmente são igualmente benéficos para pessoas com alto e baixo risco genético de desenvolver demência”, disse o autor principal, Yu Zhang, MBBS, MS, estudante de doutorado na Harvard Chan School e pesquisador em treinamento no Mass General Brigham.

VIOLÊNCIA

Pedro Turra é denunciado por homicídio doloso

Ministério Público sustenta que ex-piloto assumiu o risco de matar ao agredir Rodrigo Castanheira com socos na cabeça e solicita reparação por danos morais causados à família da vítima no valor de R\$ 400 mil

» PAULO GONTIJO
» CARLOS SILVA

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ofereceu denúncia contra o ex-piloto de Fórmula Delta Pedro Arthur Turra Basso, de 19 anos, por homicídio doloso (com intenção) pela morte do adolescente Rodrigo Castanheira, de 16 anos. Segundo o documento ao qual o Correio teve acesso a alguns trechos, o investigado assumiu o risco de matar ao desferir uma sequência de agressões violentas no rosto e na cabeça de Rodrigo Castanheira, de 16 anos, na saída de uma festa em Vicente Pires.

A denúncia foi protocolada após a conclusão do inquérito policial conduzido pela 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires) e se baseia em vídeos, laudos médicos, depoimentos de testemunhas e no histórico de conduta do acusado. O caso ganhou ampla repercussão no Distrito Federal e mobilizou a sociedade ao longo de mais de duas semanas, período em que Rodrigo permaneceu internado em estado gravíssimo na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Brasília de Águas Claras, até a confirmação da morte cerebral em 7 de fevereiro.

A acusação foi apresentada por um promotor de Justiça que atua perante o Tribunal do Júri de Ceilândia designado para o caso pela 1ª Promotoria Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras. A denúncia foi ajuizada na tarde de ontem e tramitará sob o rito dos crimes dolosos contra a vida.

O integrante do MPDFT responsável pela peça acusatória acompanhou o entendimento do promotor que atua na Promotoria Criminal de Taguatinga, que apontou a ocorrência de homicídio doloso, ao menos na modalidade de dolo eventual, quando não há intenção direta de matar, mas o agente assume o risco de produzir o resultado morte. O processo corre sob segredo de Justiça.

Para o advogado criminalista Gabriel Vicente, o homicídio qualificado é considerado mais grave. “É um crime de maior gravidade, principalmente pela repulsa que gera na sociedade como um todo. Sua pena mínima ultrapassa 10 anos de prisão e, por ter sido considerado fútil, o Ministério Público deverá demonstrar o caráter desproporcional da conduta realizada pelo denunciado”, explicou.

Com o oferecimento da denúncia, caberá ao juiz decidir se a recebe ou não. Caso seja aceita, terá início a fase de instrução processual, com produção de provas pelas partes, depoimento de testemunhas e interrogatório do réu. Ao final, o magistrado decidirá se o acusado será submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. O Ministério Público também requereu a fixação de indenização mínima de R\$ 400 mil por danos morais à família da vítima.

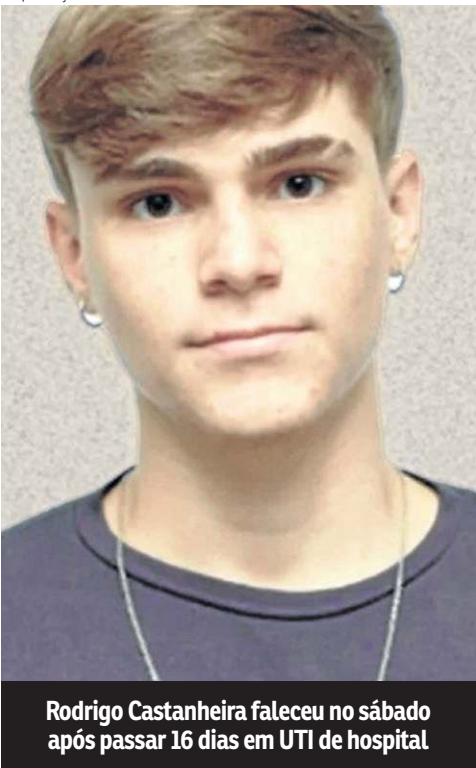
O advogado da família da vítima afirma que a atuação da assistência de acusação tem sido conduzida com rigor técnico e respeito ao devido processo legal, com o objetivo de esclarecer integralmente os fatos. Segundo ele, há indícios que justificam a ampliação da investigação para apurar a eventual participação de outras pessoas.

Reprodução



Imagem de vídeo da briga entre Pedro Turra e Rodrigo Castanheira, na saída de uma festa, em Vicente Pires

Reprodução redes sociais



Rodrigo Castanheira faleceu no sábado após passar 16 dias em UTI de hospital

Reprodução redes sociais



Pedro está preso na Papuda, em cela individual, desde 2 de fevereiro

Ed Alves/CB/D.A Press



Flávio Fleury, tio de Rodrigo: "É uma dor profunda que não vai passar"

intracraniano, o adolescente permaneceu em coma, entubado e sob ventilação mecânica. Durante o período de internação, sofreu uma parada cardíaca e ficou cerca de 12 minutos sem batimentos antes de ser reanimado. Os boletins médicos apontaram lesões neurológicas extensas e progressivas, indicando um quadro de extrema gravidade.

Com a confirmação da morte cerebral, em 7 de fevereiro, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) remeteu o inquérito da Promotoria Criminal de Taguatinga para a 1ª Promotoria Criminal e do Júri de Águas Claras. O entendimento é de que, ao menos em tese, há indícios de dolo eventual, quando o agente assume o risco de provocar a morte, ainda que não tenha a intenção direta de matar. O caso segue sob apreciação do Tribunal do Júri.

O advogado da família, Albert Halex, afirmou que o prontuário médico “indica ausência de relação entre a causa do falecimento e o veículo mencionado” e sustenta que “o soco desferido pelo agressor apresentou impacto de altíssima intensidade, com força considerada descomunal”. A declaração foi dada em meio às discussões sobre a dinâmica das lesões e a responsabilidade direta pela morte. Segundo a defesa da família, Rodrigo “morreu várias vezes” ao longo dos dias de internação, em referência às sucessivas intercorrências clínicas que abalaram familiares e amigos até a confirmação da morte cerebral.

Comção

A luta do adolescente pela vida mobilizou familiares, colegas, professores e até desconhecidos. Vigílias foram organizadas em Águas Claras, e campanhas de doação de sangue circularam pelas redes sociais. Em um dos atos, mais de 200 pessoas se reuniram em frente ao hospital em um gesto coletivo de apoio.

Pessoas próximas à família relataram uma rotina marcada por esperança e frustração a cada boletim médico. A confirmação do quadro irreversível trouxe uma dor descrita como permanente.

Ontem, o tio de Rodrigo, Flávio Fleury, resumiu o sentimento da família: “Dói. É uma dor profunda que não vai passar. É uma dor que dilacera”.

O sepultamento ocorreu sob forte comção. Escolas e instituições divulgaram notas destacando a personalidade carismática e afetuosos do jovem, lembrado por amigos como alguém alegre e querido.

Debate

O caso também reacendeu discussões sobre a escalada de violência entre jovens, a cultura de confrontos motivados por desentendimentos banais e a exposição de agressões em vídeos compartilhados nas redes sociais. Especialistas ouvidos ao longo da repercussão apontam que a combinação de impulsividade, busca por reconhecimento e sensação de impunidade pode contribuir para episódios de extrema violência.

A Polícia Civil segue apurando as circunstâncias do crime e a participação dos demais envolvidos.

Procurada, a família de Pedro Turra não se manifestou até o fechamento desta edição.

Justiça

O habeas corpus em que a defesa de Turra pede liberdade será julgado hoje pela 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O ex-piloto está preso preventivamente desde 30 de janeiro. Em 2 de fevereiro a defesa do acusado entrou com um pedido de habeas corpus, sobre o qual o desembargador Diaulas Costa Ribeiro, negou a primeira soltura.

Para o magistrado, o vídeo que instrui os autos “demonstra violência contundente, desproporcional e absolutamente incompatível com qualquer padrão mínimo de convivência civilizada”.

Agora o colegiado do tribunal vai julgar vai julgar o pedido apresentado pela defesa. A análise

ocorre em paralelo ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, que formaliza a acusação e abre caminho para a fase judicial do processo.

De acordo com a defesa da família, a expectativa é de que todos que estavam presentes durante a briga que resultou na internação e morte do adolescente sejam responsabilizados judicialmente conforme a gravidade dos fatos.

Crime

Rodrigo Castanheira foi agredido por Pedro Turra na madrugada de 23 de janeiro, na saída de uma festa em Vicente Pires. Ainda na manhã do mesmo dia, o ex-piloto foi preso em flagrante, mas acabou solto após pagar fiança de R\$ 24,3 mil.

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação



Paula Belmonte assume presidência do PSDB-DF

A posse da deputada distrital Paula Belmonte na presidência do PSDB-DF, oficializada nesta terça-feira, na residência do presidente tucano, Aécio Neves, sinaliza a intenção de candidatura própria ao Palácio do Buriti. Ao lado do ex-senador Reguffe e do ex-governador Marconi Perillo, Aécio deu o tom da campanha ao falar em “vida inteligente entre os extremos” e defender o projeto que começa a ser desenhado para 2026 no Distrito Federal.

Transição no partido

A transição no comando regional, costurada com participação direta do secretário de Segurança, Sandro Avelar, que deixa o comando da sigla no DF, indica que o PSDB aposta em um reposicionamento estratégico. A legenda quer ocupar o espaço do centro político, dialogando tanto com eleitores insatisfeitos com a polarização quanto com setores que buscam uma alternativa à disputa ideológica mais radicalizada.

Dobradinha

Ao mencionar que Paula Belmonte e Perillo levarão o número 45 “para mostrar que existe vida inteligente entre os extremos”, Aécio sinalizou que o partido pretende reeditar seu discurso histórico de equilíbrio fiscal, responsabilidade administrativa e moderação política. O PSDB tenta reorganizar seu protagonismo a partir de Brasília, com uma candidatura que dialogue com diferentes campos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Sandro fica e deve concorrer

Ex-presidente do PSDB, o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, continua no partido e deve concorrer à Câmara Federal.

Ed Alves CB/DA Press



Candidatura

O governador Ibaneis Rocha (MDB) marcou a data para desincompatibilização: 28 de março. Segundo ele, esta é a data para deixar o governo. Assume Celina Leão (PP).

Bolada

Segundo quem acompanha as negociações para aportar recursos no BRB, o BTG estuda investir uma bolada para ajudar na recuperação do banco.

USP e Inas firmam parceria para estudo inédito sobre doença renal crônica

Pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto Nacional de Assistência à Saúde (Inas), está viabilizando a realização de um estudo científico inédito voltado exclusivamente aos beneficiários do Inas diagnosticados com Doença Renal Crônica (DRC) e que já se encontram em terapia renal substitutiva por hemodiálise. O estudo está sendo desenhado especificamente para avaliar, de forma comparativa, os desfechos clínicos de dois grupos de pacientes ao longo de um período de 12 meses: um grupo submetido à Hemodiálise convencional (HD) e outro tratado por Hemodiafiltração (HDF), uma modalidade considerada mais avançada do ponto de vista tecnológico e terapêutico.



Impacto na qualidade de vida

A proposta da pesquisa é analisar retrospectivamente os últimos 12 meses de tratamento desses pacientes, observando indicadores clínicos relevantes que impactam diretamente a qualidade de vida, a segurança assistencial e a sobrevida dos indivíduos em diálise. Entre os principais desfechos clínicos avaliados estão a taxa de internações hospitalares, tempo e frequência de hospitalização, mortalidade, complicações cardiovasculares, bem-estar após a sessão de diálise, controle de anemia e inflamação sistêmica.

Adoção de tecnologias

Além disso, o estudo também poderá considerar indicadores complementares, como redução de eventos adversos relacionados ao tratamento, necessidade de uso de medicamentos de alto custo, manutenção do estado nutricional, preservação da função residual renal e impossível global na qualidade de vida dos pacientes. Com essa iniciativa, busca-se produzir evidências científicas sólidas que contribuam para a tomada de decisão clínica e institucional, além de apoiar políticas de saúde baseadas em dados, especialmente no cuidado de pacientes com DRC. Os resultados poderão reforçar a importância da adoção de tecnologias mais avançadas no tratamento dialítico, sempre com foco na segurança, na eficiência assistencial e nos melhores desfechos para os pacientes.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Novo projeto

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira, anunciou ontem que está deixando o cargo para se preparar para a pré-candidatura a deputado federal pelo PT. “Hoje encerro um ciclo muito importante da minha vida pública no Ministério da Justiça. Foram anos de muito trabalho, aprendizado e compromisso com a construção de políticas públicas voltadas para a justiça social, a democracia e a proteção de direitos”, afirmou. Ele chegou como diretor de Política Judiciária e foi o primeiro negro a ocupar o cargo de ministro da Justiça — ainda que interinamente.



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Podcast do Correio | RODRIGO BADARÓ | CONSELHEIRO DO CNJ

“Sem cuidados, não teremos Justiça”

Indicado ao cargo de presidente do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Poder Judiciário, o advogado detalha as próximas etapas para blindar tribunais de fraudes tecnológicas

» ARTUR MALDANER*

Com a popularização do uso da inteligência artificial (IA), surgem preocupações quanto ao impacto da tecnologia no Poder Judiciário, que lida com a vida e patrimônio da população, apontou Rodrigo Badaró, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Podcast do Correio. Indicado à presidência do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Poder Judiciário, o advogado aponta como objetivo o fortalecimento da segurança processual, mas sem descartar a modernização da Justiça brasileira. Criado pela Resolução nº 615, o comitê deve garantir que tribunais sigam padrões éticos no uso da tecnologia. Rodrigo comenta que a primeira medida será a capacitação dos magistrados, que precisam conhecer a forma correta de fazer perguntas à IA generativa, por meio de prompts, e se comprometer a checar todas

as informações disponibilizadas. Apesar da medida, ele destaca que a IA deve continuar tendo uma função complementar no trabalho do juiz, que nunca deve delegar a decisão à máquina. Segundo o conselheiro, aqueles que não souberem usar as novas ferramentas poderão ser diretamente prejudicados por defesas mal-intencionadas, por meio da prática de Prompt Injection, quando um instruções ocultas são fornecidas à IA com comentários HTML, CSS ou Markdown, caracteres de largura zero, campos de metadados, entre outras medidas inicialmente invisíveis. “Com essa prática, se o juiz julgar o processo usando a IA ela vai levá-lo ao entendimento do advogado. Se não tivermos cuidados, não vamos ter mais justiça”, alerta. Outros objetivos do Comitê inclui a atualização do Sinapses, que é uma plataforma que agrupa os diferentes modelos de inteligência artificial, desenvolvido pelos

Ana Dubeux/CB/D.A Press



Escaneie o QR CODE e assista ao podcast na íntegra

tribunais para cumprir demandas particulares. Rodrigo explica que, atualmente, o Sinapses possui 174 projetos cadastrados, que são analisados pelos riscos que podem trazer ao processo legal. Ele destaca que a catalogação é essencial para a popularização de modelos já testados em tribunais, como o Berna, um sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)

que analisa petições iniciais que chegam às Cortes, identificando padrões no uso inadequado da Justiça. “Nós vamos a todos os tribunais, pegar as ideias boas, juntar todas elas, respeitando a autonomia das instituições. Esse vai ser o papel do CNJ”, disse o entrevistado. De acordo com o advogado, o cenário ideal seria que cada órgão tivesse a sua própria ferramenta institucional de IA, assim criando uma maior segurança para as atividades dos magistrados, para que não corram riscos ao utilizarem plataformas comerciais, que poderiam ser eventualmente

manipuladas com a prática de Prompt Injection. Ele explica que, além de servirem ao regime interno do tribunal, os sistemas passariam pelo CNJ, que garantiria a transparência da ferramenta: “É muito melhor para o cidadão saber que o próprio tribunal disponibilizou uma ferramenta, que é auditada pelo CNJ, para prestar o serviço”. A criação de ferramentas institucionais também evitam problemas éticos, presentes nos sistemas mais conhecidos como ChatGPT ou Gemini. O advogado cita um estudo de Oxford, que observou que os algoritmos treinados na Internet

costumam refletir vieses sem fundamento empírico, como o preconceito em relação a povos nordestinos. Ele afirma que as IAs também podem apresentar uma análise racistas, com base em estatísticas. “A ferramenta vê que pessoas negras têm maiores taxas de prisão no Brasil, mas não pensa no aspecto estrutural do país. Então isso acaba refletindo um racismo e pode prejudicar um promotor a oferecer uma denúncia”, comentou. Rodrigo afirma que as fraudes tecnológicas atingiram patamares epidêmicos, tanto os golpes com inteligência artificial, quanto os mais simples, como os “falsos advogados”. Diante desses casos, a CNJ lançou uma campanha institucional de alerta a população, em conjunto com a OAB, que mostra aos consumidores algumas medidas que devem ser consideradas ao procurar defesa, como ligar para o advogado e identificar o timbre da voz, tomar cuidado ao realizar transferências Pix e desconfiar de contatos por mensagem, já que, de acordo com o conselheiro, podem ser golpistas que obtiveram dado de processos públicos. “É uma situação que prejudica muitas pessoas, mas também os advogados, já que a profissão perde credibilidade”, afirma.

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado

EXECUTIVO / Parlamentares protocolaram requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa. Governador adianta que declinará. Ontem, ele anunciou expansão do BRT Sul, uma obra que terá investimentos de R\$ 13,5 milhões

Ibaneis diz que não irá ao Senado

» MILA FERREIRA

Os três senadores do Distrito Federal protocolaram um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) solicitando que o governador Ibaneis Rocha (MDB) seja convidado a prestar esclarecimentos sobre as negociações envolvendo a operação de compra do Banco Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB).

A ideia é que o governador preste esclarecimentos ao Grupo de Trabalho montado na comissão para acompanhar e analisar os desdobramentos da liquidação do Master. Ao **Correio**, o governador afirmou que irá declinar do convite, que deve ser avaliado na próxima sessão da comissão, marcada para o dia 24.

O texto do requerimento, assinado pelos senadoras Leila Barros (PDT), Damares Alves (Republicanos) e também por Izalci Lucas (PL) foi protocolado na CAE na última terça-feira, e destaca que “foi o governador do Distrito Federal quem decidiu politicamente pela aquisição do Banco Master pelo BRB, banco público pertencente à população do Distrito Federal, assumindo protagonismo direto na condução do processo”. Como o chamamento deve ser feito em forma de convite, não há

obrigação de comparecimento por parte do governador.

Impeachment

Além do pedido de impeachment de Ibaneis Rocha arquivado, na última segunda-feira, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), outros cinco aguardam análise na Casa. Os pedidos serão avaliados pela Procuradoria-Geral da CLDF em ordem cronológica, mas não há um prazo estabelecido para finalizar a análise.

O pedido arquivado foi protocolado pelo jornalista Antônio Vitor Leitão, alegando que o governo teria cometido crimes de responsabilidade, no âmbito do caso BRB-Master. O parecer pelo arquivamento foi expedido pela Procuradoria da Casa em 4 de fevereiro, e o presidente da CLDF, deputado Wellington Luiz (MDB), acolheu a manifestação na última segunda-feira.

Ao **Correio**, o governador Ibaneis Rocha afirmou que permanece des preocupado. “Como a motivação é só política, esse será o caminho de todos os pedidos”, disse. “Permaneço tranquilo com minha consciência e com a certeza de que só fiz, ao longo desses anos, o melhor para Brasília. Ao contrário dos meus antecessores, que são classificados como os piores governadores de Brasília”, acrescentou.

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília



Ibaneis e Celina visitaram UBS recém-inaugurada em Santa Maria e anunciaram investimentos na cidade

Os outros cinco pedidos que aguardam análise foram os seguintes: um pedido apresentado pelo partido Psol-DF; um pedido apresentado em conjunto pelos partidos PSB-DF, Cidadania-DF e PDT-DF; um pedido apócrifo, autodenominado como “População do DF”; um pedido apresentado pelo advogado Ivan Pereira

de Souza e um pedido apresentado em conjunto pelos partidos PT-DF, Rede Sustentabilidade-DF, PDT-DF, PC do B-DF e Partido Verde-DF.

Agenda cheia

O governador Ibaneis Rocha (MDB) e a vice-governadora

Celina Leão (PP) realizaram visitas e inaugurações ontem em Santa Maria. Eles visitaram a Unidade Básica de Saúde (UBS 9), recém-inaugurada, entregaram pavimentação asfáltica e Rede de Esgoto na QR 119. Além disso, o chefe do Executivo assinou ordem de serviço para a pavimentação do

Residencial Santa Maria, na via marginal da DF-290 e para expansão do BRT Sul.

A obra do BRT vai dobrar a capacidade operacional da estação de integração, com a construção de duas plataformas de embarque, com 12 boxes em cada uma, e um novo estacionamento para carros, motos e bicicletas. O investimento é de R\$ 13,5 milhões.

Segundo o chefe do Executivo, a Rodoviária de Santa Maria atende não apenas a população da própria região, mas também moradores do Entorno. “É uma população pela qual temos um enorme carinho, porque todos trabalham em Brasília, tiram seu sustento na nossa capital e, por isso, precisamos melhorar a qualidade desse serviço. A ampliação do Terminal de Santa Maria será fundamental para oferecer mais conforto e qualidade no transporte público”, lembrou Ibaneis.

O secretário de Transporte e Mobilidade, Zeno Gonçalves, destacou que a obra vai dobrar a capacidade da estação, passando a contar com duas plataformas e 24 baias de embarque e desembarque. “Hoje atendemos a cerca de 80 mil passageiros por dia e esse número deve crescer nos próximos anos. A expectativa é concluir os projetos em até 60 dias e iniciar a obra física na sequência, para que ela seja finalizada até o fim do próximo ano”, acrescentou.

Escola pública se destaca em vestibulares

» IAN VIEIRA*

O Centro de Ensino Médio 3 (CEM 3) de Taguatinga volta a se destacar pelo expressivo número de aprovação em vestibulares, no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e no Programa de Avaliação Seriada (PAS). Até agora, a direção do colégio conta 92 alunos selecionados nas chamadas regulares da Universidade de Brasília (UnB) e de outras universidades federais.

O jovem Marcelo Henrique de Souza, 18 anos, foi aprovado em geografia na Universidade de São Paulo (USP), ciência da computação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e engenharia mecânica na UnB, pelo PAS e vestibular tradicional. Filho de mãe cuidadora, o estudante comentou sobre a importância da atenção especial dos professores. “Além de serem ótimos profissionais, eles se conectam com o lado mais humano do aluno e te apoiam no que você realmente quer”.

Diferencial

Além do trabalho conjunto entre professores, equipe pedagógica e família para o sucesso acadêmico dos alunos, a escola conta com o suporte do projeto Núcleo de Apoio aos Vestibulandos (Nave), criado em 2023. O projeto é focado na aprovação dos estudantes no ensino superior. Coordenado pela professora Regina Cotrim, 55 anos, com participação de toda

a equipe pedagógica e famílias, o Nave contribuiu com a aprovação de mais de 330 aprovações de ex-alunos. De acordo com Regina, o objetivo é criar oportunidades para os estudantes ingressarem no ensino superior. “Sempre falei sobre a importância da universidade pública, como eu estudei na UnB e sou muito fã, eu tinha a vontade de que os alunos também tivessem a chance de estar lá”.

Geovanna Gabrielly Oliveira, 18 anos, moradora da Colônia Agrícola

CB/D.A.Press/Ian Vieira



A direção do CEM 03 de Taguatinga conta 92 alunos aprovados até o momento

CB/D.A.Press/Ian Vieira



Lucas Augusto usou apostilas emprestadas para passar na UnB

projeto foi crucial para a conquista da vaga no ensino superior. “Antes do Nave, minhas notas eram baixas, e depois que eu entrei e a Regina começou a apoiar e direcionar os meus estudos, as minhas notas praticamente duplicaram durante o ensino médio”, afirmou.

Lucas Augusto, 18 anos, é outro aluno que atingiu o objetivo de ingressar no ensino superior no curso de relações internacionais por meio do vestibular tradicional da UnB. O morador da Samambaia Norte contou que o empréstimo das apostilas foi essencial na aprovação: “Nem todos têm condições de pagar um cursinho caro, e a professora Regina sempre emprestou livros desses cursinhos, então, com certeza, ela tem parcela da minha conquista”.

Lucas Augusto, 18 anos, é outro aluno que atingiu o objetivo de ingressar no ensino superior no curso de relações internacionais por meio do vestibular tradicional da UnB. O morador da Samambaia Norte contou que o empréstimo das apostilas foi essencial na aprovação: “Nem todos têm condições de pagar um cursinho caro, e a professora Regina sempre emprestou livros desses cursinhos, então, com certeza, ela tem parcela da minha conquista”.

Início do Nave

A criação do projeto veio após o afastamento da professora Regina da sala de aula, provocado por um problema na voz. Focada em ajudar os alunos de escola pública a ingressarem na universidade pública, a educadora criou o projeto Nave, que foi abraçado por toda a escola. O projeto oferece atividades que auxiliam os alunos na jornada até a faculdade, mentoria individual, visita às universidades, permitindo que os alunos se familiarizem com o ambiente acadêmico, grupo de estudos, palestras e orientações sobre inscrições dos processos seletivos.

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 11 de fevereiro de 2026

» Campo da Esperança

Alfredo de Gouvea Torres Filho, 81 anos
Florência Leite Lima da Fonseca, 93 anos
Francisco André Ribeiro Lima, 48 anos
Jussara de Fátima Gomes Andrade, 63 anos
Maria Nilsa de Souza, 69 anos
Marina Timburiba de Medeiros Guimarães, 17 anos
Merci Arend, 76 anos
Paulo Emílio Rodrigues Ferreira, 75 anos
Suzana do Nascimento Lisboa, 57 anos
Waldomir Rostrol Biacchi, 97 anos

» Taguatinga

Aderivalda Alves de Almeida Rodrigues, 54 anos

Antônia Xavier Moreira, 84 anos
Delza Francisca Lemos, 80 anos
Elizeu Batista de Sousa Júnior, 34 anos
Felipe Neves de Oliveira, 33 anos
Francisco Itamar de Souza, 68 anos
João do Nascimento Pamplona, menos de 1 ano
José Maria Souza da Costa, 75 anos
Josimar Francisco da Cruz, 59 anos
Lana Marnie Santos de Lima de Almeida, 41 anos
Lino Mortágua da Costa e Souza, 82 anos
Maria de Lourdes dos Santos, 83 anos
Maria de Nazaré Rodrigues da Cunha, 70 anos
Maria Rufina da Costa, 76 anos
Patrícia Sousa de Andrade, 49 anos

» Gama

Alice Ferreira da Silva, menos de 1 ano
Francisca Ferreira de Oliveira, 97 anos
Judite Lopes Lima, 59 anos
Raimundo Gomes Barros, 82 anos

» Planaltina

Ana Carolina de Almeida Franca, menos de 1 ano
Neuder Francino Bastos, 53 anos

» Sobradinho

Daniele Gonçalves de Jesus, menos de 1 ano
Francisco Severiano Cardoso, 96 anos
Inayz Baeza Manteiga, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

Luiz Gonzaga da Silva, 71 anos



ANTONIO LINS GUIMARÃES (PIONEIRO)

Nota de Falecimento

É com pesar que a família de Antonio Lins Guimarães, advogado pioneiro na cidade, comunica à sociedade e aos amigos o seu falecimento. **O corpo será velado no Cemitério Campo da Boa Esperança, hoje, dia 12 de fevereiro de 2026, às 14h, na Capela 05, com sepultamento às 17h.**



“A mediocridade nada enxerga além de seus confins, mas o talento reconhece imediatamente o gênio.”

Arthur Conan Doyle



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Sebastião Abritta é reeleito presidente do Sindivarejista



Cristiano Costa - Fecomércio DF

Mais um sindicato empresarial da base da Fecomércio no DF definiu sua liderança para os próximos quatro anos. Até março, 26 entidades terão escolhido seus presidentes. Treze já concluíram o processo. As eleições antecedem a escolha para o comando da Federação, que será em maio. Até agora não ocorreram surpresas. A maioria das lideranças estão sendo reeleitas ou fazem aliados como sucessores. À frente da chapa Rumo Certo, o empresário Sebastião Abritta foi reeleito, ontem, presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF. O pleito teve chapa única e o novo mandato vai até 2030. Os vices-presidentes são Talal Abu Allan, Antônio Matias de Sousa e Geraldo César de Araújo. A posse administrativa será em 1º de abril.

Suporte para NR1 e reforma tributária

“Nós temos um desafio muito grande, que é a implantação da NR1 até abril e, também, a reforma tributária, que vai estar entrando em vigor. Então, a nossa missão, este ano, é oferecer suporte aos lojistas, aos associados, para que saibam como proceder”, disse Abritta à coluna.

Atenção à saúde metal de trabalhadores

Em vigor desde maio do ano passado com caráter orientativo, a Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que passou a tratar dos riscos psicossociais no trabalho, como assédio e sobrecarga, entrará em uma nova fase a partir de maio deste ano, quando começam as fiscalizações e a aplicação de eventuais multas.

Defesa da loja física

O empresário, que também é o atual 1º vice-presidente da Fecomércio, destacou que outra importante frente de atuação é a defesa da loja física. “Queremos aumentar o número de lojistas em Brasília no comércio presencial, a loja física. Esta é a nossa missão: defender esse tipo de comércio que sofre a concorrência do e-commerce de produtos importados. Fortalecer o varejo local e presencial vai aumentar os empregos e a arrecadação para o Distrito Federal. Agradeço a confiança dos associados em minha recondução para dar continuidade a esse trabalho.”

“Vivemos um ambiente de máxima insegurança legislativa”, afirma presidente da FPN

A Frente Parlamentar do Ambiente de Negócios (FPN) promoveu evento de abertura dos trabalhos legislativos de 2026, com o apoio do Instituto Unidos Brasil (IUB) e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A cerimônia reuniu parlamentares, representantes do setor produtivo e integrantes da imprensa, marcando o início das articulações da frente para o ano. Durante o encontro, o presidente da FPN, Mendonça Filho (União/PE), fez um alerta sobre o cenário político e econômico do país. Segundo ele, o Congresso vive, atualmente, um ambiente de instabilidade que dificulta o planejamento das empresas. “Hoje, nós vivemos um ambiente de máxima insegurança legislativa. Falta previsibilidade, falta estabilidade, e isso impacta diretamente quem investe, quem gera emprego e quem movimenta a economia”, afirmou.

Divulgação



Antonio Castilho, vice-presidente do IUB; Nara de Deus, diretora de Relações Institucionais da CNC; Dep. Mendonça Filho, presidente da FPN; Nabil Sahyoun, presidente IUB e Disraeli Galvão, vice-presidente de políticas públicas IUB

Modelo tributário instável

Mendonça destacou, ainda, que 2026 será um ano legislativo mais curto, em razão do calendário eleitoral, o que torna o primeiro semestre decisivo para o avanço das pautas econômicas. Segundo ele, sem regras claras e estabilidade institucional, empresas e entidades representativas ficam expostas a riscos e a incertezas. “O Brasil continua convivendo com um modelo tributário instável, no qual o governo busca arrecadar mais, de forma surpreendente. Isso afeta diretamente a competitividade”, avaliou. Mendonça comparou a situação do país em grande desvantagem em relação a países como a China.

Dobradinha política e empresarial

A vice-governadora Celina Leão fez questão de prestigiar o evento em homenagem aos 50 anos do Grupo PauloOctavio, no Shopping Iguatemi. No discurso, enalteceu a trajetória do empresário Paulo Octávio, relacionando-a com a história de Brasília, pioneirismo e o sonho de JK. A empolgação da fala reforçou, também, a união política para as eleições deste ano. Paulo Octávio, além de presidente do Grupo de Lideranças Empresariais do DF, é também do PSD regional. Mas a entrada de José Roberto Arruda no partido, com intenção de sair candidato ao GDF, deixou o empresário desconfortável, já que a intenção dele é apoiar Celina Leão (PP). A vice-governadora até já convidou Paulo Octávio para assumir o PP no DF. Celina Leão também reforçou que está preparada para assumir o GDF em abril. “Tudo certo!”, ressaltou à coluna. O encontro aconteceu no coquetel de lançamento da última edição da GPS dedicada ao aniversário do grupo PauloOctavio.

Divulgação



» Entrevista | ROSE RAINHA | SUPERINTENDENTE DO SEBRAE-DF

Evento reunirá empreendedoras

Movimente 2026 trará especialistas de 10 países e lideranças nacionais para articular políticas públicas e independência econômica

» LETÍCIA MOUHAMAD

A superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae-DF), Rose Rainha, afirmou, no CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília — de ontem, que a capital federal será o palco, em 3 e 4 de março, do Movimente 2026, um debate global e gratuito sobre o empreendedorismo feminino. Às jornalistas Mariana Niederauer e Ana Maria Campos, Rose contou que a segunda edição do evento nasce de um diagnóstico realizado em 17 regiões administrativas para identificar as barreiras reais das empreendedoras. Confira, a seguir, os principais pontos da entrevista.

Como surgiu a ideia da segunda edição do Movimente e do enfoque deste ano, que vai do regional ao internacional?

Abrimos o Mês da Mulher trazendo ao debate as dificuldades, as soluções e as coisas boas que as mulheres têm feito. O Movimente é um evento que nasceu no Distrito Federal a

partir de um debate interno no Sebrae, sobre a necessidade de irmos além das capacitações e mentorias. Fizemos uma grande pesquisa qualitativa, primeiro com grandes empresárias e depois em todas as regiões administrativas, para entender os desafios das mulheres para empreender. Vimos que precisamos fortalecer as políticas públicas para essa mulher ter menos dificuldade e mais sucesso.

O que vocês identificaram como as maiores dificuldades aqui no DF?

Identificamos desde dificuldades com networking e tempo limitado até questões de segurança. A Secretaria de Segurança nos procurou porque vimos que, em uma mesma quadra, uma mulher com um salão de beleza fechava às 18h por medo, enquanto uma barbearia ao lado funcionava até as 20h. Essa pesquisa deu subsídio para um fórum com 97 especialistas que discutiram desde saúde até segurança. Um exemplo: não temos políticas públicas que ajudem a mulher a congelar óvulos para uma maternidade retardada. A mulher precisa desse apoio para

Bruna Gaston CB/DA Press



Escaneie o QR Code e confira a íntegra da entrevista

escolher o momento em que estiver mais estável profissionalmente.

Fala-se muito que a independência econômica é a melhor forma de proteger a mulher da violência doméstica. O empreendedorismo seria esse caminho para a segurança?

Sem dúvida, o empreendedorismo é uma das formas — talvez a melhor — para que a mulher tenha

independência econômica e oportunidade de escolha. Não é admissível, com o nível de tecnologia e organização que temos, que uma mulher ainda morra por ser mulher. A Maria da Penha (que vai participar do evento) vem recordar a situação em que ela chegou para que toda a sociedade, homens e mulheres, debata saídas.

Como será o evento?

O evento é um grande hub. Teremos reuniões fechadas de secretários de Segurança, Educação, Mulher e defensores públicos de todo o país para tirar pautas comuns. No auditório principal, teremos palestrantes como Neil Redding, especialista em futuro e inteligência artificial, e o encontro de mulheres do Brics, coordenado pela Mônica Monteiro, com a presença da atual presidente do bloco, que é da Índia. Teremos rodadas de negócios e shows abertos aos inscritos.

O Movimente foi construído coletivamente com as regiões administrativas. Como foi esse aprendizado nas RAs?

O decreto do GDF facilitou nossa ida às 17 regiões administrativas. Mobilizamos mais de 3 mil empresárias em encontros onde elas iam ao palco contar suas histórias. Foi um aprendizado de vida para nós. Vimos que a mulher costuma fazer tudo muito sozinha. Conseguimos conectar redes e fazer negócios acontecerem dentro das próprias regiões.

Serviço

Movimente 2026

- » Evento gratuito
- » Datas: 3 e 4 de março
- » Horários: das 8h às 20h
- » Local: Royal Tulip Brasília Alvorada | SHTN Trecho 1 Conjunto 1B Bloco C – Asa Norte, Brasília/DF
- » Informações e inscrições: movimente.df.sebrae.com.br

Essas mulheres, agora, vêm para o grande evento.

O evento contará com um fórum mediado pela ONU Mulheres?

Exatamente. Teremos cerca de 120 especialistas e, com a mediação da ONU Mulheres, vamos tirar uma agenda de empreendedorismo feminino até 2030. Será uma agenda que a ONU também trabalhará nos países participantes. Além disso, o Movimente se torna, agora, um evento itinerante do Centro-Oeste.

TRANSPORTE PÚBLICO

Tarifas do Entorno terão reajuste

» DAVI CRUZ

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou, ontem, que as passagens dos ônibus do Entorno terão um novo reajuste. Segundo a agência, o aumento está previsto para a segunda quinzena deste mês. O percentual de reajuste ainda não foi definido. O índice está em fase de cálculo e depende da consolidação de informações e indicadores que incluem dados referentes ao mês de dezembro do ano passado.

Após a finalização dessa etapa, será possível determinar os novos valores que serão aplicados, informou a ANTT. O último reajuste, de 2,9%, entrou em vigor em 23 de setembro do ano passado, apesar dos pedidos de adiamento dos governos do Distrito Federal e de Goiás.

O Governo de Goiás se posicionou contra o novo reajuste proposto pela ANTT. Em nota, afirmou que, “embora Goiás e o DF estejam atuando conjuntamente para solucionar os problemas do sistema, não

têm encontrado respaldo da União”, responsável pela regulação do serviço por meio da agência.

Segundo o governo goiano, a proposta de criação de um consórcio interferido entre União, Goiás e Distrito Federal foi barrada pela ANTT. “Na prática, a decisão obriga Goiás e o DF a assumirem, sozinhos, custos e responsabilidades, inclusive passivos, o que onera de forma exagerada os entes e rompe o equilíbrio federativo”, acrescentou a nota.

A Secretaria do Entorno do

Distrito Federal também divulgou nota informando que está em tratativas, desde o ano passado. O objetivo é a criação de um consórcio de mobilidade com a participação do Governo do Distrito Federal, do Governo de Goiás e com previsão de participação da União, para a gestão do transporte público na região. Segundo a pasta, o protocolo de intenções, após aprovação do GDF, encontra-se em análise pelo governo goiano e depende de aprovação legislativa em ambas as unidades da Federação.

ônibus entorno



Valor do aumento está sendo calculado pela ANTT



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

A morte de Braga

Quando o amigo Vinicius de Moraes morreu, Rubem Braga lembrou-se de que achou estranho ler os versos do livro *Hora íntima*: “Quem pagará o enterro e as flores/Se eu morrer de amores?”. Porque naquele tempo nenhum dos dois acreditava que fosse morrer. Os versos foram escritos em tom de brincadeira, e Braga continuou achando que a morte do

amigo era piada: “Eu conheço Vinicius há muito tempo, ele não morre, não, ele nunca morre!”.

Ao receber a notícia de que estava com câncer na laringe e sentir muito próxima a presença e a iminência da morte, Braga baqueou. Mas, com pragmatismo e realismo de capricorniano, logo em seguida decidiu tomar as providências cabíveis. Queria ser cremado e, dissimuladamente, viajou até São Paulo para encomendar o serviço a uma empresa especializada. A certa altura, a diligente funcionária da firma indagou: “Mas quem é o cadáver?” Ao que Braga replicou: “O cadáver sou eu”.

O capítulo derradeiro de Rubem

Braga — *Um cigano fazendeiro do ar*, de Marco Antonio Carvalho — traz o relato pungente dos últimos dias do cronista capixaba. Acompanhemos a narrativa. Depois de estar ciente de sua condição, Braga só queria morrer com dignidade, sem se submeter ao deinhamento humilhante imposto pela doença: “Quero arranjar um jeito rápido e indolor de acabar com isso”, confidenciou a um amigo, o jornalista e deputado Roberto D’Ávila: “Se eu sentir dor, vou para a Holanda”, país onde a eutanásia era legal.

A par das providências pragmáticas, ele tomava as sentimentais e líricas para com os amigos e os familiares. Douu parte dos seus livros ao crítico de arte

cachoeirense Paulo Herkenhoff, em troca de um robalo pescado no Rio Itapemirim, que a irmã Yeda preparou com camarão de Marataízes. Despediu-se do sobrinho Álvaro e da mulher, Carolina, oferecendo uma goiaba do quintal de sua cobertura em Ipanema a cada um deles.

Ao filho Roberto, redigiu o seguinte bilhete: “Após a cremação do meu corpo, providencie para que as cinzas sejam lançadas no Rio Itapemirim, de maneira discreta, sem cortejo e sem quaisquer cerimônias, por pouquíssimas pessoas da família e, de preferência, no local que só a sua tia Gracinha, a minha irmã Anna Graça, tenha conhecimento. Nem o dia deve ser divulgado, tudo isso para evitar

ferir suscetibilidades de pessoas religiosas, amigos e parentes”.

E tudo foi feito segundo as ordens expressas do desconcertantemente bravo e delicado caboclo, que, ao sentir o hálito de gelo da morte, a detestou e compôs os seguintes votos e orações: “Que o mistério que existe em toda morte fosse na minha dignificado pela simplicidade. E meu velório fosse assim como uma festinha de despedida, onde mesmo as pessoas que ficassem com os olhos vermelhos pudessem rir sem remorso. Que tudo o que disse por tédio ou afetação pudesse ser esquecido e minha lição obscura fosse uma lição de insaciável liberdade e gosto de viver”.



Reforço no policiamento e adoção de protocolos estratégicos, como revistas em locais de grande fluxo, marcarão a folia no DF. Plano de segurança foi definido ontem pela Secretaria de Segurança Pública

Carnaval mais seguro

» DARCIANNE DIOGO

Uma das datas mais aguardadas do calendário, o carnaval atrai milhares de foliões em uma diversidade de culturas, ritmos e territórios. Tradicionais na capital federal, 183 bloquinhos foram cadastrados, distribuídos por todas as regiões administrativas. É nesses pontos que se concentram também os esforços dos agentes das forças de segurança, mobilizados para monitorar aqueles que, em vez de dançar, circulam atentos aos que relaxam a vigilância corporal. Representantes das corporações reúnem-se, todos os anos, para alinhar estratégias para a operação. São mantidos os protocolos que funcionaram em edições anteriores, ajustadas as rotas de patrulhamento e incorporadas novas medidas conforme o diagnóstico criminal.

Ontem, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) divulgou o plano de segurança, que prevê a atuação conjunta de policiais, além de estratégias especiais para o trânsito e o transporte público.

De acordo com a SSP-DF, eventos próximos a áreas residenciais não poderão ultrapassar as 23h. Em áreas não residenciais, os blocos de rua poderão funcionar até a 1h da manhã, sempre com encerramento rigorosamente acompanhado pelas equipes de segurança e fiscalização. Não há autorização para folia em áreas estritamente residenciais, conforme recomendação do Ministério Público (MP-DF), priorizando espaços amplos e previamente planejados.

O major Rapha Broocke, porta-voz da Polícia Militar, explicou que, desde 2023, a PM segue uma mesma linha de esforço, com adaptações e melhorias. O pontapé é a convocação de todos os militares ao serviço ostensivo. Isso alcança até aqueles lotados nos setores administrativos. “Fazemos uma distribuição do efetivo aos eventos oficiais registrados. Isso ocorre em todas as regiões, mas sabemos que o Plano Piloto concentra o maior número de festividades e de público. Esse reforço não impacta ou prejudica o policiamento diário”, frisa.

Barreira

A chamada linha de revista e segurança é um dos mecanismos adotados pela PM em grandes eventos da capital — de manifestações a shows, passando pelas festas carnavalescas. Na prática, os militares se posicionam lado a lado para uma revista minuciosa em busca de objetos perfurocortantes (facas, tesouras, garrafas de vidro), entorpecentes e qualquer item capaz de comprometer a integridade física dos foliões.

Neste ano, o protocolo permanece. Duas áreas de fluxo intenso foram escolhidas como primeiro “filtro”: a Estação Central, na Rodoviária do Plano Piloto, e a estação de metrô Galeria. A estratégia é interceptar o público antes que ele

PCDF/Divulgação



Operações da Polícia Civil combatem roubos e furtos de celulares durante grandes eventos

se disperse pelos blocos. “É uma medida eficaz, que vai na raiz do problema”, avalia o major Broocke. Ele orienta a população: “Deixamos avisados sobre os itens permitidos e proibidos. Desodorantes, por exemplo, podem parecer inofensivos, mas aliados ao isqueiro podem se transformar em artefato incendiário”.

Furtos

Aproveitando-se do excesso de álcool dos foliões ou, até mesmo, do desleixo, criminosos não perdem tempo em cometer pequenos furtos. A fama de que o carnaval é epicentro para as “mãos leves” não é à toa. Furto de celular está no topo das ocorrências registradas em blocos carnavalescos, afirma o major. No ano passado, foram ao menos 106 ocorrências, sendo 72,6% delas relacionadas a furtos diversos, como de celulares.

Ele elenca uma série de orientações. De preferência, segundo Broocke, guardar o celular em um local seguro e de difícil visualização, como a pochete interna. Ao retirar o aparelho para o manuseio, o ideal é que seja longe do fluxo intenso de pessoas. O cuidado também deve ser redobrado para os cartões de crédito ou débito. Com a função de aproximação, os criminosos ficam mais aguçados. “Há como estipular um limite de valor a ser usado na modalidade aproximação. É sempre o mais indicado.”

A PM deu seguimento à campanha de identificação infantil da Polícia Militar. A ação visa a evitar desaparecimentos e garantir a segurança. A principal orientação da PMDF é que os responsáveis identifiquem as crianças de forma visível e segura, utilizando a Carteirinha de Identificação Infantil, que pode ser impressa no site da corporação e anexada à roupa da criança ou utilizada como crachá. O documento contém o nome da criança e o telefone de contato dos responsáveis.

Além das carteirinhas, a PM-DF estará em pontos estratégicos

de blocos voltados ao público infantil, realizando a identificação das crianças por meio de pulseiras.

Locais da folia

Com base no planejamento, os principais pontos de concentração de público serão as vias N1 e S1, na Esplanada dos Ministérios, especialmente nas proximidades do Teatro Nacional e do Museu da República; e o Setor Carnavalesco Sul, no Setor Comercial Sul e na Avenida S2, além de eventos programados no Parque da Cidade.

Durante todo o carnaval, as vias N1 e S1, entre a Rodoviária do Plano Piloto e o Museu da República, na Esplanada dos Ministérios, permanecerão interditadas ao tráfego de veículos. A via S2 também terá trechos fechados, assim como o entorno da Galeria dos Estados, para eliminar a

circulação de veículos em áreas de grande concentração de pessoas e reduzir o risco de acidentes.

Este ano, haverá o fechamento de uma via próxima ao Hotel Nacional, direcionando o fluxo para rotas alternativas. Eixão, Eixinhos e demais paralelas permanecerão liberadas, com exceção do Eixão no domingo, quando já ocorre o tradicional fechamento para lazer.

Toda a operação será monitorada, 24 horas por dia, pelo Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob), composto por 31 órgãos e instituições do GDF voltados à segurança, mobilidade, saúde, fiscalização e prestação de serviços públicos.

O monitoramento contará com uso de câmeras de reconhecimento facial, drones e sistemas integrados de vigilância. “Esse reforço amplia nossa capacidade de acompanhamento em tempo real,

Ed Alves CB/DA Press



Policiamento durante a folia incluirá revistas de objetos pessoais

permitindo respostas mais rápidas e assertivas a qualquer situação”, ressalta Sandro Avelar, secretário da SSP-DF.

A orientação do órgão é que o público evite o uso de veículos

particulares e dê preferência ao transporte público ou por aplicativos. O transporte coletivo contará com reforço de linhas e horários, e a fiscalização de trânsito será intensificada.



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CNPJ 00.000.000/0001-91

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em Onze de Dezembro de Dois Mil e Vinte e Cinco

2025/31

Em onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e cinquenta minutos, realizou-se reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), CEP 70040-912, sob a presidência da Sra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida, com participação presencial dos Conselheiros Elisa Vieira Leonel, Fabio Franco Barbosa Fernandes, Fernando Florêncio Campos, Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Selma Cristina Alves Siqueira e Valmir Pedro Rossi. Também estiveram presentes, como assessores do Conselho, o Sr. Alexandre Bocchetti Nunes, Diretor Jurídico, e o Sr. Iram Alves de Souza, Auditor Geral, nos termos do art. 18 de seu Regimento Interno. O Conselho de Administração (CA): • PLANEJAMENTO DA AUDITORIA INTERNA (PAINT) – aprovou o Planejamento da Auditoria Interna para o exercício 2026. (...) Reunião realizada sem a participação da Conselheira que exerce o cargo de Presidente do Banco do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 14 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião às dezesseis horas, da qual eu, Rodrigo Nunes Gurgel, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Conselheiros. Ass.) Anelize Lenzi Ruas de Almeida, Elisa Vieira Leonel, Fabio Franco Barbosa Fernandes, Fernando Florêncio Campos, Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Selma Cristina Alves Siqueira e Valmir Pedro Rossi. Rodrigo Nunes Gurgel - Secretário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 28/01/2026 sob o número 2931474 - Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.



Nossas Ações são negociadas nas Bolsas de Valores



AÇÃO



GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CNPJ 00.000.000/0001-91

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em Onze de Dezembro de Dois Mil e Vinte e Cinco

2025/29

Em onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e vinte minutos, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), CEP 70040-912, sob a presidência da Sra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida, com participação presencial dos Conselheiros Elisa Vieira Leonel, Fabio Franco Barbosa Fernandes, Fernando Florêncio Campos, Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Selma Cristina Alves Siqueira, Tarciana Paula Gomes Medeiros e Valmir Pedro Rossi. Também estiveram presentes, como assessores do Conselho, o Sr. Alexandre Bocchetti Nunes, Diretor Jurídico, e o Sr. Iram Alves de Souza, Auditor Geral, nos termos do art. 18 de seu Regimento Interno. O COMITÊ DE RISCOS E DE CAPITAL (CORIS) – tomou conhecimento dos informes do Coris referentes a out/dez 2025, apresentado pela Coordenadora do Comitê, Sra. Márcia Ghetle. • ESTRATÉGIA CORPORATIVA BANCO DO BRASIL (ECBB) 2026/2030 – aprovou a Estratégia Corporativa BB 2026/2030, compreendendo a revisão dos indicadores do Plano Diretor. • ORÇAMENTO CORPORATIVO 2026 – aprovou o Orçamento do Conglomerado BB para o exercício 2026. (...) • SUMÁRIO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da Auditoria Interna no Brasil e no exterior para o exercício 2026. (...) • PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a nov/2025, apresentado pelo Auditor Geral. • (...) • PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ (PCL) – aprovou a Revisão do Plano de Contingência de Liquidez (PCL) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2027, arts. 38, II, §3º e 48, II, c. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE DADOS E MODELOS – aprovou a criação da Política Específica de Dados e Modelos, com o objetivo de estabelecer diretrizes, responsabilidades e ações necessárias para garantir o tratamento seguro, ético, legal e eficaz dos modelos e dados da Companhia. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (TPR) – aprovou a revisão da Política Específica de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 8º, VII, e o Decreto nº 8.945/2016, art. 13, VII. (...) • PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE – aprovou a revisão do Programa de Compliance e Integridade em atendimento ao Decreto nº 11.129/2022. (...) • POLÍTICA ESPECÍFICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSA) – aprovou a revisão da Política Específica de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do BB e do Conglomerado Prudencial, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/2021, art. 7º, §1º. (...) • ORÇAMENTO AUDIT 2026 – aprovou a proposta orçamentária da

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

BRASILEIRÃO Fluminense e Botafogo se enfrentam às 19h30, no Maracanã, pela terceira rodada da Série A, em novo capítulo da rivalidade Zubeldía x Anselmi. À beira do gramado, líder tricolor leva vantagem grande diante do alvinegro

À moda argentina

DANILO QUEIROZ

O Clássico Vovô de hoje, pela terceira rodada da Série A do Campeonato Brasileiro, está apimentado por uma rivalidade extra de um tempo internacional. Às 19h30, no Estádio do Maracanã, Fluminense e Botafogo medem forças não apenas pelo peso histórico da duelo carioca, mas, também, por um confronto particular entre dois técnicos argentinos acostumados a decisões. Adversários antigos, o tricolor Luis Zubeldía e o alvinegro Martín Anselmi voltam a dividir o mesmo campo após capítulos intensos escritos no futebol equatoriano. A Record transmite o jogo.

Em 2023, quando comandavam LDU e Independiente del Valle, respectivamente, os treinadores protagonizaram uma sequência marcante de duelos diretos valendo títulos e domínio no futebol do Equador. Naquela temporada, Zubeldía levou vantagem clara sobre o compatriota. Foram três vitórias do atual técnico do Fluminense e dois empates, sendo um deles decidido nos pênaltis, também favorável ao comandante tricolor. O alvinegro, portanto, jamais saiu vencedor em uma partida diante do adversário de hoje.

O retrospecto reforça o peso psicológico do embate. Nos cinco encontros oficiais entre os técnicos argentinos, as equipes de Zubeldía marcaram sete gols, contra três dos times de Anselmi. O domínio incluiu vitórias por 3 x 2 e 2 x 0, além de empate sem gols fora de casa e triunfo nos pênaltis após igualdade por 1 x 1. Já no Brasil, há duas semanas, o Fluminense venceu o Botafogo por 1 x 0 no Campeonato Carioca, no Nilton Santos, ampliando a sequência invicta do treinador diante do rival.

Na temporada equatoriana de 2023, o cenário teve ainda mais simbolismo. Zubeldía conduziu a LDU ao título nacional, com o Independiente del Valle, de Anselmi, amargando a segunda colocação. A sequência de duelos importantes rendeu análises da imprensa local. Os periódicos equatorianos

Montagem com fotos de Lucas Merçon/Fluminense e Vitor Silva/Botafogo



Zubeldía e Anselmi são velhos conhecidos do futebol equatoriano: em 2023, argentinos travaram duelos animados na disputa pelo título nacional

PLACAR

SÉRIE A	LIBERTADORES		P	J	V	E	D	GP	GC	SG
		1º São Paulo	7	3	2	1	0	5	2	3
		2º Bahia	7	3	2	1	0	4	2	2
		3º Bragantino	6	2	2	0	0	2	0	2
		4º Chapecoense	5	3	1	2	0	8	6	2
		5º Mirassol	5	3	1	2	0	6	5	1
		6º Palmeiras	4	2	1	1	0	7	3	4
		7º Fluminense	4	2	1	1	0	3	2	1
		8º Coritiba	4	3	1	1	1	5	5	0
		9º Flamengo	4	3	1	1	1	4	4	0
REBAIXADOS	3ª RODADA	10º Botafogo	3	2	1	0	1	7	5	2
		11º Athletico-PR	3	1	1	0	0	1	0	1
		12º Grêmio	3	3	1	0	2	6	7	-1
		13º Vitória	3	3	1	0	2	4	7	-3
		14º Atlético-MG	2	3	0	2	1	5	6	-1
		15º Remo	2	3	0	2	1	5	7	-2
		16º Internacional	1	2	0	1	1	1	2	-1
		17º Santos	1	2	0	1	1	3	5	-2
		18º Vasco	1	3	0	1	2	2	4	-2
		19º Cruzeiro	1	3	0	1	2	3	8	-5
		20º Corinthians	0	1	0	0	1	1	2	-1

destacaram, à época, as vantagens táticas do técnico campeão nos duelos diretos, apontando controle de meio-campo e leitura estratégica como diferenciais constantes do comandante tricolor nas vitórias para cima do rival, agora alvinegro.

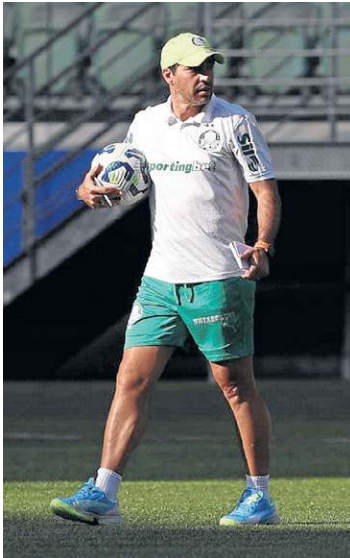
A rivalidade entre Fluminense e Botafogo vive ciclos semelhantes de domínio alternado, alimentando em Anselmi a possibilidade de virar o jogo para cima de Zubeldía. No recorte atual, o tricolor chega embalado por duas vitórias

consecutivas no clássico, incluindo a do primeiro enfrentamento da temporada 2026. Antes disso, no entanto, o time acumulou nove partidas sem superar o alvinegro. Em período anterior, o cenário foi inverso, com oito jogos de

invencibilidade do time das Laranjeiras diante do rival de General Severiano.

O encontro desta noite, portanto, une duas camadas de disputa. De um lado, a tradição centenária do Clássico Vovô, um dos mais importantes do futebol carioca e brasileiro. Do outro, a disputa estratégica entre dois treinadores jovens, estudiosos e orgulhosos do próprio trabalho. O histórico recente favorece Zubeldía, mas o Brasileiro costuma reescrever narrativas em ritmo acelerado. Se a bola confirmar o retrospecto, o Fluminense amplia a sequência positiva no clássico e mantém o domínio do treinador argentino sobre o compatriota. Caso o Botafogo vença, Anselmi terá a chance de encerrar um incômodo tabu pessoal e reacender o equilíbrio em uma rivalidade construída além das fronteiras.

Palmeiras pega o Internacional e mira a ponta



Abel Ferreira deve repetir formação das últimas partidas

Embalado pela goleada sobre o Vitória e o triunfo no dérbi em Itaquera que trouxe paz e confiança, o Palmeiras visita o Internacional, em Porto Alegre, hoje. O duelo de 21h30, no Beira-Rio, é válido pela terceira rodada do Brasileirão.

O time paulista está invicto há três jogos como visitante diante do Inter (empates por 0 x 0, em 2023, e 1 x 1, em 2024 e vitória por 1 x 0, em 2025, todos no Beira-Rio). Com mais uma partida sem derrota, alcança o recorde registrado entre 1978 e 1979. No último encontro entre os dois, em outubro do ano passado, goleada palmeirense: 5 x 1 no Allianz Parque.

“A gente vem conseguindo evoluir, mesmo com poucos treinos e mesmo com uma sequência grande de jogos. É só um mês de trabalho e a gente vem conseguindo evoluir, vem conseguindo fazer aquilo que o Abel está pedindo. Ainda falta, claro, mais ritmo e mais entrosamento, mas a gente vem evoluindo e crescendo”, afirmou o zagueiro Murilo.

A tendência é de que Abel Ferreira repita a escalação pela terceira vez consecutiva. Até porque, como está classificado às quartas do Paulistão, poderá dar descanso aos titulares na última rodada da primeira fase do estadual. As baixas são Paulinho e Felipe Anderson, machucados. O segundo está mais perto de voltar. O atacante não atua desde o Mundial de Clubes, em julho de 2025. A previsão é de que volte a jogar em março.

O Inter foi derrotado pelo Athletico-PR em casa na estreia e depois arrancou empate com o Flamengo no Maracanã. Tem um ponto somado e joga para conquistar a primeira vitória na competição. O técnico Paulo Pezzola não tem força máxima e deve repetir a escalação da última rodada.

Corinthians encara o Bragantino

Derrotado por 1 x 0 pelo rival Palmeiras, no domingo, o Corinthians volta à Neo Química Arena, hoje, para enfrentar o Red Bull Bragantino, a partir das 20h. No jogo da terceira rodada do Brasileirão, a equipe do Parque São Jorge tenta voltar a vencer o time do interior, para o qual perdeu os últimos três duelos.

Desta vez, o Corinthians entra em campo precisando se redimir com a torcida, depois de perder o Dérbi em jogo com pênalti desperdiçado por Memphis. A frustração pela derrota, além do fato de se tratar de um clássico, foi acentuada em razão da boa atuação da equipe.

O foco, agora, é pontuar pela primeira vez no Brasileiro, já que a estreia foi com derrota para o Bahia. Na segunda rodada, os corintianos jogariam contra o Athletico-PR, mas a partida foi adiada para 19 de fevereiro por causa da Supercopa.

Mesmo precisando confirmar a classificação às quartas do Paulistão na última rodada da primeira fase, no final de semana, Dorival vai priorizar a competição nacional e deve ter força máxima. “Não vou mudar o que vinha pensando e desenhando para as partidas. Vou cumprir com o que planejamos, porque acredito no que estamos fazendo”, afirmou.

O Red Bull Bragantino já está classificado para a próxima fase do estadual, portanto pode dar atenção ao Brasileiro — competição pela qual venceu Atlético-MG e Coritiba nas duas primeiras rodadas —, sem correr maiores riscos.

“Tem sido muito bom. Acho que nossa equipe vem desempenhando muito bem nos jogos. Agora é continuar trabalhando para não deixar esse bom momento acabar”, disse o meia Gustavo Neves. “Jogar contra o Corinthians é sempre difícil. Eles têm uma equipe muito qualificada, mas nós trabalhamos bastante no dia a dia para sair de lá com a vitória.”

Rodrigo Coca/Agência Corinthians



Dorival Júnior defende planejamento para time deslanchar na Série A

NO MAIÃO

O Cruzeiro arrancou o primeiro ponto no Campeonato Brasileiro e diminuiu um pouco a pressão sobre o técnico Tite. Diante do invicto Mirassol, o time mineiro sofreu a virada, mas, com um pênalti na reta final, Kaio Jorge garantiu o empate por 2 x 2, ontem, pela terceira rodada, no estádio Campos Maia.

NA ARENA CONDÁ

A Arena Condá, mais uma vez, presenciou uma noite mágica. Ontem, a Chapecoense voltou para casa para encerrar o Coritiba, pela terceira rodada do Brasileirão e, com gol no final, garantiu o empate por 3 x 3 com o rival paranaense, e se manteve invicta no torneio nacional, se mantendo na parte de cima da tabela.

NA ARENA MRV

Em atuação irregular, o Atlético empatou com o Remo por 3 x 3, ontem, na Arena MRV, e segue sem vencer na Série A. Em primeiro tempo de domínio, o alvinegro marcou com Hulk. Na segunda etapa, começou mal, ganhou força com gol de Tressoldi, mas levou a virada com Pikachu e Alef Manga. No último minuto, empatou com Dudu.

EM SÃO JANUÁRIO

Com vaías da torcida em São Januário, o Vasco tropeçou mais uma vez no Campeonato Brasileiro. Ineficiente, o cruzmaltino não fez frente ao organizado Bahia e foi derrotado, por 1 x 0. Luciano Juba marcou o gol da vitória tricolor. Com o resultado, o time baiano chegou aos sete pontos e assumiu a vice-liderança.

NO MORUMBIS

O São Paulo emplacou o quinto jogo sem derrota, o terceiro pelo Brasileirão. Depois de vencer o Flamengo e empatar com o Santos, o tricolor paulista derrotou o Grêmio por 2 x 0. Calleri e Lucas Moura marcaram os gols. O time de Hernán Crespo volta a campo no domingo, às 20h30, contra a Ponte Preta, pela última rodada do Paulistão.

NA BAIXADA

Na zona de rebaixamento e sem vencer no Campeonato Brasileiro, o Santos visita o Athletico-PR, às 19h, na Arena da Baixada, buscando recuperação. O time alvinegro ainda não terá Neymar. Do outro lado, o Furacão conta com a força de casa para entrar na primeira página da classificação. O Premiere transmite ao vivo.

ESPORTES



Fundador do projeto Anjos Corredores, Epitácio Júnior conta ao Correio por que abraçou as corridas de rua na contagem regressiva para os 66 anos da capital

A primeira de muitas

MEL KAROLINE*

O movimento de corredores de rua deu um “boom” nos últimos anos no Distrito Federal. A capital está entre os principais polos do país. Em 2025, o Distrito Federal registrou média de 80 a 100 competições oficiais. Natural de Porto Alegre, Epitácio Júnior, de 52 anos, é um dos adeptos. Ele abraçou o atletismo quando mudou-se para o Quadradinho e se dedica há mais de 15 anos. Em abril, o gaúcho participará pela primeira vez da Maratona Brasília com um grupo formado por calouros em disputas com essa quilometragem.

Houve uma “ponte” entre Epitácio e a corrida. O advogado costumava acompanhar a mãe Denise Britto nas caminhadas e percebeu o crescimento das corridas. Com o tempo, conheceu pessoas do meio e se interessou pelo esporte.

De forma natural, migrou das caminhadas para a corrida. “Brasília nos chama para o esporte”, definiu o atleta. Morador do bairro Jardim Botânico, ele se encantou com a facilidade encontrada para a prática, como o clima agradável, a arquitetura e os lugares planos. Segundo ele, facilitam ainda mais para se desenvolver.

“Eu acho que a corrida é um esporte democrático. Você pode fazer sozinho e no coletivo. É muito gratificante, principalmente porque no dia a dia você constrói o pódio pessoal. Então, eu não corro por performance, para ser um atleta de alto rendimento. Eu corro por prazer, por saúde, mas principalmente por qualidade de vida”, destacou.

Em 2023, Epitácio idealizou o movimento Anjos Corredores, um projeto social para ajudar esportistas em situação de vulnerabilidade social. O corredor se deparava com muitos atletas sem condição

Bruna Gaston/CB/DA Press



O Parque da Cidade é o centro de treinamento ao ar livre de Epitácio Júnior, que disputará a principal prova do país pela primeira vez em 2026

para arcar com custos de compra de equipamentos ou custear competições e realizavam rifas de diversos tipos para juntar dinheiro. Com isso, nasceu o Anjos Corredores, com o intuito de unir pessoas e empresas para apoiar quem sonha em viver do esporte. O movimento conta com aproximadamente 500 pessoas e 40 parceiros.

Há dois anos, o projeto arrecadou uma quantia significativa para

ajudar Emanuel Enzo, atleta de jiu-jitsu com 11 anos à época, a ir ao Rio de Janeiro disputar o Campeonato Sul-Americano da categoria. O Anjos Corredores juntou o valor necessário para que Enzo e a mãe conseguissem se hospedar durante os dias do torneio.

“Vai ser emblemático”, vislumbra. Neste ano, Epitácio participará pela primeira vez da Maratona Brasília. Além de celebrar o

aniversário de 66 anos da capital, o evento terá outros significados importantes para o advogado. Há quase um ano e meio sem correr por conta de uma lesão na região lombar, a prova de 5km marcará o retorno do gaúcho às pistas. Com ele, a estreia do “Primeira Corrida”, um grupo composto por mais nove pessoas que estão iniciando ou retornando ao esporte e farão a primeira prova de rua.

“Nós somos um grupo de corredores que transforma vidas por meio do esporte, inspirando pessoas a superarem os limites. Nós guiamos pessoas que estão dando os primeiros passos no mundo da corrida. Para nós, cada passo conta, cada conquista é celebrada e cada pessoa importa”, destacou.

* Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

Do asfalto à neve olímpica

VICTOR PARRINI

O Brasil se adaptou à ausência de neve e encontrou solução para manter o desenvolvimento de atletas do esqui cross-country. A modalidade exige resistência dos competidores ao percorrerem variadas distâncias sobre a neve, com esquis e impulsionados por bastões. Porém, quando não conseguem se preparar nas condições ideais, aprimoram-se no asfalto por meio do rollerski, a versão sobre rodas e um dos elementos que impulsionam o sonho olímpico de Bruna Moura e Eduarda Ribera, hoje, a partir das 9h, na prova dos 10km no tapete branco em Milão-Cortina.

Duda Ribera está, aos 21 anos, na segunda participação em Jogos Olímpicos de Inverno. Estreou em Pequim-2022, justamente como substituta de Bruna Moura, gravemente ferida após acidente de carro. A paulista de Jundiá iniciou na modalidade por meio do projeto social Ski na Rua, que atletas paralímpicos na

Igo Bione/CBDN



Duda treina a maior parte do ano em SP, no rollerski, a versão no asfalto

região. Irmã do multicampeão Cristian Ribera, ela foi no embalo e treinou escondida no asfalto com autorização de um treinador.

O rollerski é mais compacto do que o tradicional, com duas rodas e também exige bota para fixação. Os bastões também são semelhantes, mas com reforço para melhor aderência no asfalto.

Duda só foi ver neve seis meses depois do primeiro contato com a versão sobre rodas. Curtiu a experiência. Aos 15 anos, disputou os Jogos Olímpicos de Inverno da Juventude, em Lausanne-2020, na Suíça. Perdeu as contas de quantos títulos nacionais de rollerski

conquistou. Também celebra ser a brasileira com melhor resultado em uma prova no Mundial de cross-country, na Noruega, com a 65ª posição na categoria sprint.

A prova de 10km é a segunda de três de Duda Ribera em Milão-Cortina. Ela estreou na terça-feira, com a 72ª posição na categoria sprint. Com a marca de 4min17s05, foi a melhor sul-americana. No dia 18, terá pela frente a competição por equipes.

Embora as medalhas ainda não

Gabriel Heusi/COB



Bruna vive na Holanda, está habituada com neve, mas começou no roller

tenham vindo, Duda enxerga evolução e gostaria de mais suporte. “Não tem como conseguirmos medalha na neve, se não temos neve. Essa realidade está bem longe, pelo menos de nós, que treinamos no Brasil. Se pudéssemos ter mais estrutura e apoio maior para ficarmos muito mais tempo na neve, talvez um dia daria”, desabafou em entrevista ao **Correio**.

Bruna Moura sempre foi do esporte. Iniciou no mountain bike e chegou a integrar a Seleção Bra-

sileira, mas o diagnóstico de um problema cardíaco em 2011 forçou o rompimento com a modalidade. No ano seguinte, interessou-se pelo rollerski. Devido à condição de saúde, não podia treinar com intensidade, mas se familiarizou com as técnicas e equipamentos. Em abril de 2013, passou por cirurgia e foi liberada para treinar gradualmente.

Hoje, aos 31 anos, Bruna Moura mora na Holanda e tem mais acesso à neve. Mesmo assim, não finge costume e emociona-se a escada treino ou prova, sobretudo depois do acidente a caminho do aeroporto, antes do embarque para a Olimpíada de 2022, na China.

CANDANGÃO

Gama vence, segue invicto e vai à semi



Felipe Clemente tem sete gols em sete jogos em 2026

Três dos quatro integrantes da zona de classificação à semifinal do Campeonato Candango 2026 venceram na abertura da 7ª rodada. Destaque para o líder Gama, aplicado ao fazer o dever de casa contra o Ceilândia e vencer por 2 x 1 no Estádio Bezerrão, com gols do artilheiro isolado da competição, Felipe Clemente, com sete bolas na rede nesta edição. Cleyton, de falta, descontou para o Gato Preto.

A vitória diante de 6 mil presentes foi extremamente importante, pois classificou o clube recordista de títulos da elite do Distrito Federal e atual detentor do troféu para a semifinal com duas rodadas de antecedência. Com 19 pontos somados, o alviverde pode ser ultrapassado por quatro times, mas não por todos, devido aos confrontos diretos entre os candidatos ao G-4 na últimas duas rodadas da primeira fase.

A última derrota do Gama foi em 23 de fevereiro do ano passado, no 2 x 0 contra o Brasiliense pela primeira fase do Candangão. De lá para cá, são quatro empates e seis vitórias pelo Candangão. Neste ano, o alviverde voltará a ter calendário nacional, com disputas da Copa do Brasil, da Série D do Brasileirão.

O Brasiliense também está embalado. Ontem, o Jacaré derrotou o Paranoá por 1 x 0, com gol do meia Tarta, e emplacou a terceira vitória consecutiva, após início ruim, com dois empates e um triunfo.

Derrotado pelo Gama no fim de semana, o Sobradinho não desanimou e chegou aos 14 pontos, após derrotar o jovem time do Real Brasília por 3 x 0.

Hoje, o Samambaia pode consolidar o aproveitamento perfeito dos membros do G-4 na 7ª rodada, caso bata a Aruc no Rorizão. O time do Cruzeiro carrega o fardo de cinco derrotas seguidas. A única vitória foi na estreia, por 1 x 0, contra o Paranoá. **(MK)**

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	V	SG
1º Gama	19	7	6	9
2º Brasiliense	14	7	4	7
3º Sobradinho	14	7	4	5
4º Samambaia	11	6	3	4
5º Capital	10	6	3	7
6º Ceilândia	10	7	3	1
7º Paranoá	6	7	2	-7
8º Real Brasília	4	7	1	-7
9º Aruc	3	6	1	-9
10º Brasília	3	6	1	-10

7ª rodada

Ontem
Real Brasília 0 x 3 Sobradinho
Paranoá 0 x 1 Brasiliense
Gama 2 x 1 Ceilândia
Hoje
10h Brasília x Capital
16h Aruc x Samambaia



Reprodução/Instagram endrick

Destaque do dia

Mimo do Endrick

A chegada do brasiliense Endrick ao Lyon tem dado resultado em campo e fora dele. Além de boas atuações, o atacante brasileiro mostra que está entrosado com o elenco. Há algumas semanas, o jovem de 19 anos surpreendeu os companheiros com um presente especial. Cada jogador recebeu uma mala de viagem personalizada, com nome, número e a bandeira do país, além de um PlayStation 5. Endrick publicou nas redes sociais uma foto do vestiário com os presentes organizados em frente aos armários de cada atleta, compartilhando o momento com os torcedores. Em seis partidas, ele balançou as redes cinco vezes e deu uma assistência. Apesar do bom início, foi expulso no último jogo e será desfalque na próxima rodada do Campeonato Francês.

Diversão & Arte

A Bela e a Fera

O MORRO DOS VENTOS UIVANTES, DIRIGIDO POR EMERALD FENNELL, TRAZ RETRATO DE AMOR, PODER E OBSESSÃO ENTRE CATHERINE EARNSHAW E HEATHCLIFF

» MARIANA REGINATO

Emerald Fennell encarou um grande desafio em seu mais novo projeto. A diretora tomou como base para a história uma das maiores histórias de amor da literatura inglesa, *O morro dos ventos uivantes*, livro de 1847, de Emily Brontë. A grandiosa narrativa da inglesa traz Catherine Earnshaw e Heathcliff, casal que cresce junto e vive um romance quase espiritual nas quatrocentas páginas de Brontë. Já Fennell, buscou criar uma nova trajetória para os dois, com estreia marcada para essa semana, que é Dia dos Namorados nos Estados Unidos.

As aspas no título já indicam que Emerald não buscou recriar a história, mas criar a sua própria interpretação, trazendo o que ela desejava que acontecesse no clássico. Margot Robbie e Jacob Elordi, dois grandes atores da atualidade, ficaram responsáveis por passar na tela o amor visceral entre Cathy e Heathcliff, que no filme, são muito mais íntimos do que foi originalmente escrito por Emily Brontë.

Pela diferença de formato, Fennell elimina alguns personagens da história, mas o grande ponto modificado é a proximidade do casal principal. A diretora cria uma narrativa sexual e intensa para um dos maiores romances da história. No livro, Brontë descreve um casal movido pelo desejo, mas sem jamais consumar o grande amor. A mudança pode desagradar a alguns dos espectadores, mas vale ressaltar mais uma vez que não é uma adaptação fiel aos escritos de Emily.

Não é a primeira vez que *O morro dos ventos uivantes* chega às telonas. Com mais de 10 adaptações, o maior destaque é a versão de 1939, com Laurence Olivier e Merle Oberon interpretando o casal sob direção de William Wyler. O longa foi indicado a oito Oscars e venceu Melhor fotografia. O filme não adapta o livro inteiro, assim como o longa

de Emerald Fennell. Outro destaque dessa versão é que o filme inspirou Kate Bush, ícone da música, a realizar a música *Wuthering Heights*, lançada em 1978.

A trilha sonora do longa de Fennell é realizada por Charli XCX. A cantora produziu um álbum inteiro para o projeto, misturando vocais fortes e sonoridades eletrônicas que já são uma marca da artista. O disco, nomeado *Wuthering Heights*, será lançado no dia 13 de fevereiro, um dia após a estreia do filme.

O morro dos ventos uivantes de Emerald Fennell é uma aposta ousada, com belíssima fotografia e com roteiro muito similar ao livro de Emily Brontë. A história mistura a beleza de um romance com grande tensão sexual e obsessão que vai além do corpo, alcançando a alma de Catherine Earnshaw e Heathcliff.



O morro dos ventos uivantes estreia essa semana nos cinemas

FESTIVAL DE BERLIM

» RICARDO DAEHN

Com uma intensa presença brasileira, a 76ª edição do Festival de Berlim começa hoje e prossegue até 22 de fevereiro, tendo como presidente do júri do evento o alemão Wim Wenders. Ao todo, na competitiva, 28 países estarão representados em um total de 22 produções — 20 delas inéditas. Formado em Brasília, o cearense Karim Aïnouz comparece com *Rosebush pruning*, mas numa rede de coprodução que une Itália, Alemanha, Espanha e Reino Unido. Com dois recentes prêmios em Sundance, a filha de brasileiro Beth de Araújo está na disputa com Josephine, estrelado por Channing Tatum, e que mostra um episódio de trauma para uma menina que presença

um estupro, fato que deturpa sua visão de mundo.

O filme de abertura, *No good man*, traz a atriz e diretora Shahrbanoo Sadat em destaque. O longa retrata o Afeganistão de 2021, com o Talibã às vias de retorno. Funcionária de uma emissora de tevê, Naru fica TV de Cabul desiludida com homens, até o momento em que recebe uma ótima oportunidade de conquistar esperada liberdade.

Carregado de dramas, o evento abraçará a exibição do filme de Lance Hammer, *Queen at sea*, estrelado por Juliette Binoche e pelo veterano Tom Courtenay (de *O camareiro fiel*). Um destino para personagem com demência está no centro da trama. Também em ambiente familiar transcorre *Nightborn*, de Hanna Bergholm, em que Rupert Grint (Harry Potter)

vive marido em crise com uma finlandesa depois do nascimento de um bebê. Um dos destaques promete ser *Wolfram*, faroeste sobre sobrevivência e acerto de contas, na fronteira colonial da Austrália dos anos de 1930, que associa crianças a trabalho escravo, e é dirigido por Warwick Thornton.

Multifacetado, o festival terá homenagem à atriz Michelle Yeoh. Com reflexos em torno de mudanças climáticas, *Um novo amanhecer* (escalado na seleção central) é uma animação japonesa (de Yoshitoshi Shinomiya) que revela o destino de um pai dado como desaparecido. A brilhante atriz alemã Sandra Hüller estrela *Rose* (de Markus Schleizer) em que, no século 17, um segredo de misterioso soldado forasteiro promete ser revelado. Dentre jornadas engrandecedoras



O filme Wolfram é o representante da Austrália em Berlim

está o documentário *O amor é um pássaro rebelde* (da dupla Banker White e Anna Fitch) que trata da reconstrução (adulterada) de vivências entre amigas, por meio de encenações em maquete.

Brasil e outros seis países formam a ponte da produção Narciso,

de Marcelo Martinessi, na mostra Panorâmica. Também neste segmento estão os nacionais *Isabel*, de Gabe Klinger, e o longa *Se eu fosse vivo... vivia*, de André Novais Oliveira. O curta-metragem *Floresta do fim do mundo* também integra a mostra, caso do longa *Nosso segredo* (de Grace

Passô), este no segmento Perspectivas. Também brasileiras serão as participações na Mostra Generation (*Kplus/14plus*), que trará *Feito pipa* (de Allan Deberton), *Quatro meninas* (de Karen Suzanne) e *A fabulosa máquina do tempo* (de Eliza Capai).

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

“Não é não”, inclusive no carnaval

Maria Eduarda Lavocat

Carnaval é tempo de alegria, festa e liberdade, mas nunca de desrespeito. O clima de folia não suspende regras básicas de convivência, muito menos o direito das pessoas sobre o próprio corpo. Consentimento não entra em recesso: não é não, em qualquer dia do ano, com fantasia ou sem. Celebrar o carnaval também é saber reconhecer limites, respeitar escolhas e compreender que a diversão só é completa quando todos se sentem seguros e respeitados.

Nesse contexto, o *Direito & Justiça* buscou esclarecer os principais pontos de dúvida que envolvem os crimes de assédio sexual, com o objetivo de informar as mulheres sobre seus direitos e formas de proteção durante o período de festas. Segundo a advogada especialista em direitos das mulheres Bárbara Heliodora, é fundamental que as vítimas saibam identificar situações de violência e busquem a devida proteção jurídica. Para isso, o primeiro passo é compreender a diferença entre assédio sexual e importunação sexual.

De acordo com a especialista, o assédio sexual, previsto no artigo 216-A do Código Penal, ocorre quando alguém, valendo-se de sua condição de superior hierárquico ou de ascendência inerente ao exercício de emprego, constrange outrem com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual. “O elemento central aqui é o abuso de poder”, explica.

Já a importunação sexual, tipificada no artigo 215-A do Código Penal pela Lei nº 13.718/2018, consiste na prática de ato libidinoso contra alguém, sem a sua permissão, com o objetivo de satisfazer o próprio desejo sexual ou o de terceiro. Esse crime não exige qualquer relação de hierarquia entre o agressor e a vítima, sendo comum em espaços públicos, como o transporte coletivo e, especialmente, durante o carnaval.

“A grande diferença, portanto, reside na relação de poder. No assédio, o agressor se vale de sua posição superior para constranger a vítima. Na importunação, a violência se dá pela invasão do corpo e da liberdade sexual da vítima, independentemente de qualquer vínculo prévio”, detalha Bárbara.

A advogada explica que, no caso da importunação sexual, a pena prevista é de reclusão de um a cinco anos. Já para o assédio sexual, a pena é de detenção de um a dois anos. Além da esfera criminal, o agressor também pode ser condenado ao pagamento de indenização por danos morais à vítima, como forma de reparar o sofrimento e o constrangimento causados.



Orientações para curtir o carnaval em segurança

Para as mulheres que querem curtir o Carnaval com mais segurança
Bárbara Heliodora orienta:

- » Confie na sua intuição: se uma situação ou pessoa te deixar desconfortável, afaste-se.
- » Ande em grupo: procure estar sempre acompanhada de amigos de confiança.
- » Mantenha seus contatos informados: compartilhe sua localização com amigos e familiares.
- » Cuidado com sua bebida: não aceite bebidas de estranhos e fique de olho no seu copo.
- » Lembre-se de que “não é não”: você tem o direito de dizer não a qualquer momento e a sua vontade deve ser respeitada.
- » Denuncie: não se cale diante de qualquer forma de assédio. Procure a polícia, os seguranças do evento ou os canais de denúncia. Sua atitude pode ajudar a proteger outras mulheres.
- » O carnaval é uma festa de alegria e liberdade, e essa liberdade só é completa quando há respeito. Que todas as mulheres possam curtir a folia com segurança e sem medo.

“É importante que a sociedade compreenda que o corpo do outro não é território livre e que qualquer ato dessa natureza, sem consentimento expresso, é crime e deve ser denunciado”, ressalta.

Em relação às cantadas desconfortáveis ou insistentes, Bárbara explica que elas também podem configurar crime. “Quando ocorrem no contexto de uma relação de trabalho, com o objetivo de obter favores sexuais, podem caracterizar o crime de assédio sexual, previsto no artigo 216-A do Código Penal”, esclarece.

‘não’, qualquer insistência passa a configurar uma forma de violência”, afirma.

Caso a pessoa sofra assédio ou importunação sexual em um bloco de carnaval ou em uma festa, a advogada orienta que a primeira atitude, se a vítima se sentir segura, seja reagir verbalmente, de forma clara e firme, dizendo “não”. Em seguida, é fundamental buscar ajuda imediata, seja de amigos, seja de seguranças do evento ou de policiais que estejam no local. “É essencial que a vítima se afaste do agressor e procure um local seguro. Em eventos que adotam o Protocolo ‘Não é Não’, é possível recorrer a funcionários treinados para acionar as medidas de proteção previstas”, explica.

Sempre que possível, também é recomendável tentar reunir o máximo de provas para fortalecer a denúncia. Podem ser úteis testemunhas que tenham presenciado o fato, fotos ou vídeos do agressor e da situação, prints de conversas em aplicativos de mensagem ou redes sociais e até gravações da própria conversa com o agressor, já que a gravação de diálogo do qual a vítima participa é considerada prova lícita.

Mesmo na ausência de provas materiais, Bárbara reforça que é extremamente importante registrar um boletim de ocorrência. “Em crimes dessa natureza, a palavra da vítima possui especial relevância para a Justiça. A denúncia é o primeiro passo para que o agressor seja investigado e responsabilizado, além de contribuir para evitar que outras mulheres se tornem vítimas”, destaca.

A prisão em flagrante é relativamente comum em casos de importunação sexual durante o Carnaval, especialmente quando há policiamento ostensivo. Se o crime for presenciado por policiais ou se a vítima conseguir identificar o agressor logo após o ocorrido, ele pode e deve ser preso em flagrante. “A Lei de Importunação Sexual, inclusive, não permite o arbitramento de fiança pela autoridade policial, o que reforça a gravidade da conduta”, afirma.

A advogada lembra ainda que organizadores de eventos privados, camarotes e blocos de Carnaval também têm responsabilidade pela segurança dos frequentadores. O Código de Defesa do Consumidor estabelece que o fornecedor de serviços responde pelos danos causados por falhas na prestação do serviço, o que inclui a ausência de medidas adequadas de segurança. Além disso, a Lei do Protocolo “Não é Não” determina que casas noturnas, boates e promotores de espetáculos musicais em locais fechados, especialmente aqueles com venda de bebidas alcoólicas, adotem medidas para prevenir e enfrentar a violência contra a mulher, incluindo mecanismos de prevenção, treinamento das equipes e assistência imediata às vítimas.

Fora desse contexto, a insistência, a perseguição e os comentários ofensivos podem enquadrar-se no crime de perseguição (stalking), tipificado no artigo 147-A do Código Penal, ou ainda no crime de importunação sexual, a depender da forma da abordagem e do grau de constrangimento causado à vítima.

Além disso, a Lei do Protocolo “Não é Não” (Lei nº 14.786/2023) define como importunação sexual toda insistência, física ou verbal, sofrida pela mulher após a manifestação expressa de sua discordância com a interação. “A partir do momento em que a mulher diz

Entrevista — Fernando Viggiano, advogado criminalista

Carnaval exige atenção redobrada contra golpes e crimes digitais

Maria Eduarda Lavocat

O carnaval é um dos períodos de maior circulação de pessoas no país e, com a festa, há um aumento expressivo de golpes, furtos e crimes digitais. A combinação de grandes aglomerações, distração, uso intenso de celulares e consumo de álcool cria um ambiente propício para a atuação de criminosos, especialmente aqueles especializados em fraudes financeiras e no uso indevido de dados pessoais.

Para orientar os foliões sobre como se proteger, agir rapidamente em caso de crime e compreender seus direitos, o Direito&Justiça ouviu o advogado criminalista Fernando Viggiano. Na entrevista a seguir, ele explica quais são os golpes mais comuns registrados durante o carnaval, quais medidas devem ser adotadas imediatamente em situações de furto ou fraude, a diferença jurídica entre furto e roubo e em que casos é possível obter ressarcimento por prejuízos financeiros.

Quais são os golpes e crimes mais comuns registrados durante o período de carnaval?

Durante o período carnavalesco, observa-se elevação significativa de delitos patrimoniais e fraudes digitais, notadamente: subtração de aparelhos celulares em meio a aglomerações; furtos de bolsas e carteiras; golpes mediante engenharia social, com envio de links falsos ou simulação de atendimento bancário; fraudes via transferências instantâneas; clonagem de cartões; utilização indevida de dados pessoais obtidos em ambientes de vulnerabilidade. Também são recorrentes os chamados golpes oportunistas, nos quais criminosos se aproveitam do estado de distração, consumo de álcool ou cansaço físico das vítimas.

Em caso de furto ou roubo de celular, quais medidas imediatas a vítima deve tomar para impedir o acesso a aplicativos bancários, e-mails ou redes sociais?

A vítima deve agir de forma absolutamente imediata: realizar bloqueio da linha telefônica junto à operadora; acessar remotamente sistemas de bloqueio ou limpeza de dados do aparelho; alterar senhas de e-mail, redes sociais e aplicativos bancários; comunicar imediatamente a instituição financeira

Divulgação



"Entre os erros mais comuns estão: demora na comunicação ao banco; não registrar ocorrência; manter senhas salvas em aplicativos ou anotações no aparelho; clicar em links enviados após o golpe e compartilhar códigos de verificação"

para bloqueio preventivo; registrar boletim de ocorrência; comunicar familiares e contatos próximos para evitar golpes subsequentes utilizando identidade da vítima.

Juridicamente, qual é a diferença entre furto e roubo, e por que essa distinção é importante para a vítima?

Furto consiste na subtração de bem sem violência ou grave ameaça. Roubo pressupõe subtração mediante violência física ou grave ameaça. A distinção possui relevância jurídica porque impacta na pena aplicável, na investigação policial e na caracterização do risco suportado pela vítima, além de influenciar eventuais responsabilidades securitárias ou bancárias.

Se criminosos invadirem a conta bancária da vítima e realizarem transações, existe possibilidade de ressarcimento? Em que situações isso costuma ocorrer?

Existe possibilidade de ressarcimento, especialmente quando demonstrada falha na segurança bancária, ausência de autenticação robusta, movimentações atípicas

não bloqueadas ou comunicação rápida do cliente. A jurisprudência tem reconhecido responsabilidade objetiva das instituições financeiras quando comprovado defeito na prestação do serviço.

Golpes envolvendo Pix, falsas cobranças e maquininhas adulteradas ainda são frequentes? Como esses esquemas costumam funcionar na prática?

Sim, permanecem extremamente frequentes. No PIX, criminosos utilizam perfis falsos, engenharia social ou sequestro de contas. Em falsas cobranças, enviam boletos ou QR Codes adulterados. Em maquininhas adulteradas, ocorre troca do visor ou manipulação do valor real da transação sem percepção imediata da vítima.

Ao perceber que caiu em um golpe financeiro, qual deve ser a primeira providência da vítima? O tempo de reação faz diferença?

A primeira providência é comunicar imediatamente o banco e solicitar bloqueio das operações, seguido do registro de ocorrência policial. O fator tempo é

absolutamente determinante, pois aumenta substancialmente a chance de rastreamento e bloqueio dos valores.

Na prática, há chances reais de recuperar valores perdidos em golpes aplicados durante o carnaval? Quais fatores influenciam nessa possibilidade?

Há possibilidade concreta de recuperação, sobretudo quando existe comunicação rápida, rastreabilidade da operação, identificação de contas receptoras e atuação diligente da instituição financeira. Quanto maior a demora, menor a probabilidade de reversão.

Em caso de perda ou furto de documentos como RG, CPF ou CNH durante a folia, quais providências devem ser tomadas imediatamente? Criminosos podem usar esses dados para abrir contas ou fazer empréstimos?

Deve-se registrar ocorrência policial, comunicar órgãos emissores, monitorar CPF junto a serviços de proteção ao crédito e, se possível, ativar alertas antifraude. Dados pessoais podem ser utilizados para abertura fraudulenta de contas, contratação de empréstimos e realização de compras em nome da vítima.

Quais são os erros mais comuns cometidos pelas vítimas após um furto ou golpe digital que acabam dificultando a investigação?

Entre os erros mais comuns estão: demora na comunicação ao banco; não registrar ocorrência; manter senhas salvas em aplicativos ou anotações no aparelho; clicar em links enviados após o golpe; e compartilhar códigos de verificação.

Que orientações gerais o senhor daria para quem quer curtir o carnaval sem cair em nenhum golpe?

Recomenda-se portar apenas o essencial; utilizar autenticação em dois fatores; evitar redes Wi-Fi públicas para operações financeiras; manter aplicativos atualizados; evitar exposição excessiva do aparelho em locais de grande circulação; revisar periodicamente extratos bancários; desconfiar de mensagens urgentes envolvendo dinheiro; priorizar meios de pagamento com autenticação biométrica ou senha dinâmica.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Liberdade de expressão para campanhas de mobilização social

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que campanhas de mobilização social promovidas por entidades da sociedade civil com base em pautas de direitos fundamentais e com o objetivo de desestimular apoio a eventos estão protegidas pela liberdade de expressão. De acordo com a decisão, a responsabilização civil só será possível se for comprovada má-fé. A matéria tem repercussão geral (Tema 837). O recurso foi apresentado pelo Projeto Esperança Animal (PEA), de defesa da causa animal que havia sido condenado por publicar em seu site uma campanha com o slogan “Quem patrocina e apoia rodeios também tortura o bicho”.

Mérito no júri

O promotor de Justiça Danilo Sodré, autor da denúncia contra o piloto Pedro Turra, por homicídio doloso qualificado, tem no currículo um feito e tanto em julgamento no Tribunal do Júri. Ele conseguiu, em 2020, a primeira condenação no Distrito Federal por feminicídio relacionada ao desprezo pela condição feminina e não a uma situação de violência doméstica. A pena foi fixada em 24 anos de prisão em regime inicialmente fechado. Na ocasião, o integrante do MPDFT considerou a decisão importante por reconhecer que o feminicídio pode ocorrer quando a simples condição de mulher da vítima é determinante para o crime.



Cresce o número de julgamentos de feminicídios no país

A Justiça brasileira julgou, em média, 42 casos de feminicídio por dia em 2025, um aumento de 17% em comparação ao ano anterior. Ao todo, foram 15.453 julgamentos enquadrados na Lei do Feminicídio, que considera a morte de mulheres por menosprezo ou discriminação à condição de gênero. No ano passado, o Poder Judiciário recebeu 11.883 novos casos, uma média de 32 por dia e um aumento de 16% em relação a 2024. Os dados são do Painel de Violência contra a Mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Prioridade para elas

Mulheres que têm processos na Justiça do Trabalho terão, de 9 a 13 de março, a oportunidade de agilizar o fim da ação trabalhista por meio da conciliação — quando o processo é encerrado de comum acordo. Para isso, basta participar do projeto “Elas em Pauta”, que será realizado pela Justiça trabalhista em todo o Brasil no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Retorno difícil

Na avaliação de advogados que atuam no STJ, só mesmo um milagre pode reverter a situação do ministro Marco Buzzi, afastado temporariamente de forma cautelar por unanimidade por denúncias de assédio e importunação sexual. Neste período, o ministro ficará impedido de utilizar seu local de trabalho, veículo oficial e demais prerrogativas inerentes ao exercício da função. A suspeita pegou muita gente de surpresa. Mas deixou, principalmente, as ministras indignadas.



Gustavo Lima/STJ

Celeridade

Uma das prioridades do presidente do STF e do CNJ, Edson Fachin, é acelerar os julgamentos nos tribunais do júri. Justiça célere para crimes contra a vida.



ROSINEI COUTINHO/STF

Missões importantes

No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o juiz Fabio Esteves, que assumiu o cargo de conselheiro, ficará responsável pelas políticas voltadas à infância e à adolescência, pela promoção dos direitos da população LGBTQIA+ e pela prevenção ao assédio moral no âmbito do Judiciário. Ele também atuará como vice-coordenador do Fórum Nacional para Equidade Racial, ao lado do conselheiro Paulo Schoucair.



Kayo Maranhães/CB/OA Press

“Se a lei ainda vale algo nesse país, o STF precisa afastar o ministro Dias Toffoli da relatoria do inquérito do Banco Master”

Senador Sergio Moro
(União-PR)



Ed Alves/CB/OA Press

Entrevista — Jaceguara Dantas, desembargadora e conselheira do CNJ

“É preciso aproximar o Judiciário das pessoas”

Ana Maria Campos

Nascida em Guajará-Mirim, município de Rondônia, a desembargadora Jaceguara Dantas, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, assumiu, neste ano, o cargo de conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por indicação do Supremo Tribunal Federal (STF). Aos 62 anos, a magistrada representa a diversidade no órgão que atua na correição do Poder Judiciário e na política do sistema de Justiça. Jaceguara é oriunda do quinto constitucional do Ministério Público, mulher, negra e com ascendência indígena. Ela foi uma das juízas que receberam apoio de entidades de defesa dos direitos humanos para a nomeação ao STF. Doutora em direito constitucional pela PUC/SP, é especialista em direito civil com concentração em direitos difusos e coletivos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A meta de seu mandato é ajudar a aproximar o Judiciário dos cidadãos, com a transformação digital aliada à inclusão e à governança de dados, além da proteção dos vulneráveis.

O que representa, pessoal e profissionalmente, assumir uma cadeira no CNJ?

É uma honra que recebo com enorme senso de responsabilidade pública. Ocupar essa cadeira representa não apenas um marco pessoal, mas também um marco para o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS). Vejo como uma oportunidade de contribuir para fortalecer políticas judiciárias nacionais com colegialidade, transparência e compromisso com direitos fundamentais, traduzindo isso em resposta concreta na vida das pessoas.

Quais experiências, como desembargadora e promotora, mais contribuirão para o trabalho no CNJ?

De minha trajetória na magistratura, trago boas soluções em gestão, rotinas e a busca de celeridade com qualidade. E mais a compreensão de que as metas devem se transformar para além de resultados formais, em resposta para o jurisdicionado e a sociedade. Do Ministério Público, trago tutela coletiva, articulação em rede e atenção permanente aos vulneráveis, com o olhar atento às desigualdades existentes. Essa vivência multifacetada permite-me compreender que o Judiciário deve ser acessível, compreensível e, sobretudo, capaz de enxergar as desigualdades que permeiam o tecido social brasileiro.

Divulgação



Qual é o papel do CNJ, hoje no fortalecimento do Judiciário brasileiro?

O CNJ contribui para o fortalecimento do Poder Judiciário quando transforma diretrizes em capacidade institucional — coordenação, integração e cooperação — para que direitos saiam do plano abstrato e cheguem à vida concreta. Com escuta ativa e atenção a grupos historicamente invisibilizados, o órgão atua como ponte entre o que a Constituição promete e o que a realidade exige. E, ao fornecer respostas sistêmicas operadas em rede, o CNJ contribui para aperfeiçoar o Poder Judiciário como um todo, com transparência, prestação de contas e cultura de integridade.

Quais devem ser as prioridades do CNJ nos próximos dois anos?

Entrelaçada às metas nacionais regularmente estabelecidas, que traçam as prioridades nacionais do Poder Judiciário, acredito no poder da eficiência humanizada. É preciso aliar a transformação digital à inclusão e a governança de dados, além da proteção dos vulneráveis. E, ao consolidar a gestão das Políticas Judiciárias, como um todo, com evidências, governança de dados e transformação digital, aproximamos o Judiciário das pessoas. Especialmente no que concerne à proteção às mulheres, a resposta precisa ser sistêmica e continuada: prevenir, proteger, responsabilizar e reparar, em rede, com cooperação do sistema de justiça e demais órgãos.

Como equilibrar o papel correicional do Conselho com a autonomia dos tribunais?

Sinto que o equilíbrio reside no respeito ao pacto federativo, concretamente de limitado pela Constituição Federal. O papel do CNJ é garantir a legalidade e a integridade administrativa. Caso seja identificada eventual ilegalidade, omissões estruturais ou violação grave, o Conselho deve agir, respeitando o devido processo. No mais, o caminho deve ser pavimentado mediante a indução de boas práticas, apoio técnico, transparência e cooperação.

O Judiciário ainda é visto como lento. Quais são os caminhos concretos para enfrentar esse desafio?

A razoável duração do processo é um direito fundamental que exige gestão estratégica. Caminhos concretos perpassam pela padronização de fluxos essenciais, triagem qualificada e interoperabilidade de sistemas, reduzindo o retrabalho e garantindo maior celeridade. Pretendo contribuir com essa agenda de forma colaborativa, porque eficiência se mede pela capacidade da entrega de solução eficaz ao jurisdicionado, especialmente quanto diz respeito a bens jurídicos como a vida e a integridade física — urgências em que o tempo temo condão de significar maior proteção.

Qual a importância da tecnologia e da inovação para tornar a Justiça mais acessível e eficiente?

Para quem procura a Justiça, o essencial

é que o serviço seja efetivo e compreensível. Nesse sentido, vejo a tecnologia como instrumento, e não um fim em si mesma. Ela é vital quando reduz burocracias e aproxima o Estado do cidadão, evitando o retrabalho, integrando fluxo e garantindo acessibilidade e segurança.

Como o CNJ pode contribuir para ampliar o acesso à Justiça, especialmente para populações vulneráveis?

Por meio da consolidação de uma linguagem simples, garantindo a presença do Poder Judiciário nos rincões mais distantes de um país de dimensão continental, de modo a possibilitar acesso à justiça às populações mais fragilizadas, a exemplo das comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Importante ainda atentar para as especificidades étnicas, raciais e de gênero, cujas interseccionalidades potencializam as vulnerabilidades.

Como políticas judiciárias nacionais podem reduzir desigualdades regionais?

Políticas nacionais reduzem desigualdades quando garantem cidadania, com proteção aos direitos fundamentais, evitando-se que essa seja geograficamente contingenciada. Desta forma, a Justiça passa a ser cada vez mais acessível e eficiente para todas as pessoas.

Qual a importância da diversidade (gênero, raça, origem social) nos espaços de decisão do Judiciário?

A diversidade é um imperativo de legitimidade democrática, especialmente considerando a constituição do povo brasileiro. Por isso, quando os espaços de decisão contam com a pluralidade de trajetórias, amplia-se a capacidade de alteridade do Poder Judiciário e, mais ainda, possibilita-se uma melhor compreensão das múltiplas realidades dos casos colocados à apreciação. Em especial, das desigualdades presentes na sociedade, desenvolvendo ferramentas para aperfeiçoar o acesso à justiça e à igualdade em sua vertente material.

Que avanços a senhora percebe e que desafios persistem?

É necessário reconhecer os avanços já alcançados, na medida em que a diversidade deixa de ser exceção e se torna compromisso institucional, com participação real nos espaços de decisão. A par disto, a realidade ainda é desafiadora e requer atenção constante. Isto porque, conforme salienta Norberto Bobbio, o processo de reconhecimento de direitos não é linear, mas fruto de lutas histórico-sociais, nascendo de forma gradual, não todos de uma vez nem de uma vez por todas.

Visão do Direito



Arthur Mendes Lobo

Advogado, doutor em direito processual civil pela PUC-SP, pesquisador de pós-doutorado em direito civil na Universidad Carlos III de Madrid e sócio fundador de Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados

Ludopatia e responsabilidade civil das casas de apostas: uma análise à luz da experiência europeia

A recente sentença proferida pela 1ª Vara Cível de Tubarão/SC (Processo n. 5005803-28.2025.8.24.0075) inaugura uma nova fase na responsabilização das plataformas de apostas online no Brasil. Ao condenar a operadora Responsa Gaming Brasil à restituição integral dos valores apostados por consumidora ludopata, acrescida de danos morais, o Judiciário brasileiro alinha-se a uma tendência consolidada na Europa: a de impor deveres efetivos de proteção ao apostador vulnerável.

O caso merece análise detida. A autora perdeu R\$ 217.835,55 em oito meses, contraindo empréstimos e endividando-se de forma expressiva. A ré, regularmente citada, tornou-se revel. Mas o fundamento da decisão transcende os efeitos processuais da revelia: o magistrado reconheceu falha na prestação do serviço por descumprimento das obrigações de jogo responsável previstas na Lei n. 14.790/2023 e na Portaria SPA/MF n. 1.231/2024.

Essa normativa impõe às operadoras o dever de implementar mecanismos de autolimitação e autoexclusão, monitorar perfis de risco, emitir alertas sobre dependência e informar claramente sobre probabilidades de perda. A omissão desses deveres, segundo o julgado, configura serviço defeituoso nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

A decisão brasileira encontra paralelo expressivo na experiência europeia. O Tribunal de Justiça da União Europeia, desde o caso Schindler (C-275/92, 1994), reconhece a peculiar nature das atividades de jogo, admitindo restrições justificadas pela proteção do consumidor e prevenção de fraudes. No caso Gambelli (C-243/01, 2003), a corte europeia estabeleceu que medidas restritivas devem ser aplicadas de forma consistente e sistemática para combater a dependência em jogos.

Em julho de 2025, a Suprema Corte da Suécia proferiu decisão emblemática no caso BML Group Ltd (Betsson) v. P.L. (T 607-24), condenando a operadora à restituição de aproximadamente 527.395 euros a um

apostador diagnosticado com transtorno do jogo. O tribunal sueco entendeu que a execução dos contratos de apostas, nas circunstâncias do caso, violaria os princípios da boa-fé e da honra (goodfaith and honour), declarando-os nulos com fundamento no § 33 da Lei Sueca de Contratos.

O elemento decisivo no caso sueco foi a constatação de que a operadora detinha dados comportamentais detalhados que evidenciavam clara perda de controle pelo apostador, especialmente após sua elevação ao status de cliente VIP em 2012. A partir desse momento, a plataforma intensificou o marketing personalizado, ofereceu bônus e designou funcionários dedicados a manter o engajamento do cliente, tudo isso em modalidade de jogo com alto potencial de dependência. A Suprema Corte concluiu que tais práticas configuravam exploração de vulnerabilidade conhecida.

Na Áustria, o Supremo Tribunal (Oberster Gerichtshof) firmou, desde 2021, o entendimento de que contratos celebrados com operadores não licenciados são nulos, gerando direito à restituição das perdas. A fundamentação reside na violação do monopólio estatal de jogos de azar e na consequente ilicitude do objeto contratual. Milhares de ações foram ajuizadas com base nesse precedente.

Na Alemanha, o Tribunal Federal de Justiça (Bundesgerichtshof) analisa, desde maio de 2024, demandas de restituição fundadas na invalidade de contratos com operadores que descumpriram requisitos do Staatsvertrag zum Glücksspielwesen (Tratado Interestadual sobre Jogos de Azar), particularmente limites mensais de apostas e segregação entre modalidades de jogo.

No Reino Unido, a Gambling Commission tem aplicado multas expressivas a operadores por falhas nas obrigações de responsabilidade social. A William Hill foi penalizada em £19,2 milhões; a Gamesys, em £6 milhões; a In Touch Games, em £6,1 milhões. Todas por não identificarem comportamentos de risco ou não intervirem adequadamente junto a clientes vulneráveis. Embora as multas revertam ao regulador, há movimento crescente pela criação de ombudsman específico para compensação direta aos consumidores lesados.

A recomendação da Comissão Europeia 2014/478/UE já estabelecia princípios de proteção ao consumidor em jogos online, incluindo mecanismos de time out e autoexclusão, limites de depósito e comunicação sobre riscos de dependência. Esses mesmos elementos foram incorporados pela legislação brasileira em 2023.

A sentença de Tubarão adota, portanto, linha de fundamentação compatível com o direito europeu mais avançado. Reconhece que a atividade de apostas, embora lícita, envolve risco inerente que impõe ao fornecedor deveres qualificados de prevenção. A ausência de mecanismos de proteção não constitui mero inadimplemento contratual, mas defeito do serviço que compromete a segurança legitimamente esperada pelo consumidor.

Sob a perspectiva da teoria do risco-proveito, a conclusão é irretorquível: quem auferir lucro de atividade potencialmente danosa deve suportar os custos da prevenção e, em caso de omissão, responder pelos danos causados. As operadoras dispõem de tecnologia para identificar padrões de comportamento compulsivo através de analytics comportamentais, inteligência artificial e

monitoramento em tempo real.

A utilização dessas ferramentas exclusivamente para maximizar o engajamento do usuário, sem empregá-las para sua proteção, configura exercício abusivo da atividade econômica.

A experiência europeia demonstra que a responsabilização civil das operadoras não inviabiliza o setor, mas adisciplina. Na Suécia, o precedente Betsson já produz efeitos: advogados antecipam multiplicação de demandas similares, e a própria operadora reconheceu necessidade de reforçar seus processos de jogo responsável.

No Brasil, a decisão de Tubarão poderá inaugurar litígios em escala, especialmente se confirmada em segunda instância. As operadoras que negligenciarem os deveres de jogo responsável expostos na Lei n. 14.790/2023 enfrentarão não apenas sanções administrativas, mas a perspectiva de restituição integral dos valores apostados por consumidores que desenvolvam transtorno do jogo.

A ludopatia é reconhecida pela OMS como transtorno mental (CID-11, código 6C50). Trata-se de patologia que compromete a capacidade de autodeterminação do indivíduo. Exigir do ludopata que se autoproteja equivale a exigir do afogado que nade até a margem. O dever de vigilância recai, portanto, sobre quem tem condições técnicas e econômicas de exercê-lo: o fornecedor do serviço.

O precedente de Tubarão não representa ruptura, mas evolução coerente do sistema brasileiro de responsabilidade civil. Insere-se na tradição de proteção ao consumidor vulnerável e alinha o Brasil à vanguarda regulatória europeia em matéria de jogos de azar. Às operadoras, cabe compreender que o lucro sustentável depende da implementação efetiva de políticas de jogo responsável.

Ao Judiciário, caberá consolidar essa orientação, corrigindo as distorções de um mercado que, até o momento, privatizou os lucros e socializou os prejuízos da dependência em jogos.

"Exigir do ludopata que se autoproteja equivale a exigir do afogado que nade até a margem, pois a ludopatia, reconhecida como transtorno mental pela OMS, compromete a autodeterminação do indivíduo"

Visão do Direito



Celeste Leite dos Santos

Promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo; doutora em direito civil; mestre em direito penal; presidente do Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima (Pró-Vítima)

O impacto penal e sanitário do mercado clandestino das canetas emagrecedoras

A crescente popularização de medicamentos destinados ao tratamento da obesidade e, também, ao emagrecimento rápido - como a Tirzepatida, comercializada no Brasil como Mounjaro, e a Retatrutida, ainda sem registro sanitário nacional -, alimenta um mercado clandestino que mistura graves riscos à saúde dos usuários com sérias consequências penais. A aparência inofensiva dos frascos coloridos e das “canetinhas” oculta a complexa engrenagem criminosa que os coloca nas mãos do consumidor final.

Embora permitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Monjauro acessou o território nacional sem o devido pagamento de tributos. Por si só, isso já configura descaminho - previsto no artigo 334 do Código Penal, com condenação que pode chegar a 4 anos de prisão.

Já a Retatrutida, por não ter registro no Brasil, enquadra-se no crime de contrabando, definido no artigo 334A, cuja pena varia de 2 a 5 anos.

Nesta esteira de raciocínio, há, ainda, a violação à Legislação de Saúde Pública. Fármacos sem registro ou comercializados sem controle adequado, afinal, podem caracterizar delito previsto no artigo 273 do Código Penal, que protege a coletividade contra produtos de procedência duvidosa, adulterados e/ou introduzidos no mercado sem supervisão técnica.

Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha afastado a pena originalmente bastante elevada, tal conduta segue tipificada e continua sendo um dos instrumentos mais importantes de enfrentamento ao mercado ilegal de remédios. Estamos falando de um crime equiparado a hediondo quando envolve falsificação ou adulteração — regime que reforça o risco

concreto que essas mercadorias destinadas a protocolos de emagrecimento representam.

Medicamentos como Tirzepatida e Retatrutida exigem transporte em cadeia fria, controle estrito de temperatura e acompanhamento médico regular para sua administração. Frascos adquiridos de forma clandestina podem ter sido expostos ao calor, armazenados sem cuidados mínimos ou até conter substâncias diferentes das exaustivamente anunciadas.

Os relatos médicos são claros e servem de alerta: o uso inadequado desses fármacos ou a utilização de frascos mal acondicionados ou adulterados pode causar pancreatite, hipoglicemia grave e distúrbios gastrointestinais severos — só para citar algumas das complicações potencialmente fatais.

E, não menos importante: quem compra estes produtos na economia subterrânea, em

geral a preços muito abaixo do que é praticado convencionalmente nas farmácias, e sem qualquer documento fiscal, pode responder por receptação — infração prevista no artigo 180 do Código Penal.

A soma destes fatores revela um cenário que ultrapassa a simples tentativa de quem busca perder peso rapidamente. Movimenta-se toda uma cadeia transgressora que envolve fronteiras, redes de distribuição clandestinas, riscos sanitários e prejuízos tributários expressivos.

A repressão penal encontra fundamento na segurança e na proteção da saúde da população, que é quem, no fim das contas, mais perde com a busca por soluções milagrosas. É fundamental que a sociedade compreenda que medicamento é coisa séria, e quando entra no país pelas vias erradas, passa a ser caso de Polícia.

Visão do Direito



Ives Gandra da Silva Martins

Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp)

A advocacia como o fôlego da democracia

Sou advogado desde 1958, mas comecei a atuar já em 1957, como solicitador acadêmico, e em 1959, fui para as áreas tributária, constitucional e econômica.

Fui conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, na época da redemocratização (1979 a 1984). Naquele período, fizemos uso da palavra com firmeza, em um momento no qual os jornais eram proibidos de publicar matérias contra o governo, pois havia censores dentro de cada jornal. Nós, advogados, éramos os únicos que falávamos, como verdadeiros pulmões da sociedade, pois defendíamos e lutávamos pela volta da normalidade constitucional por meio da nossa voz.

Fui presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) nos anos de 1985 e 1986 e, novamente, conselheiro da OAB-SP durante o período da Constituinte, em 1987 e 1988. Durante todo esse tempo — de 1979 a 1988, quando deixei o conselho da OAB-SP e assumi a presidência do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de São Paulo, cargo que ocupo desde 1989 até hoje e no qual completo 37 anos em 2026 —, sempre lutei pelo império da lei.

Entendo que, das três instituições fundamentais da justiça, a magistratura é a mais imparcial; é aquela que decide, não devendo exercer atividade política ou legislativa. Sua atuação restringe-se a decidir se a lei é ou não cumprida, fazendo-a prevalecer. De acordo com a nossa Constituição Federal, o juiz nunca deve ser um legislador positivo, um criador de leis, de princípios constitucionais, de leis complementares ou ordinárias, nem um regulador da administração. Tudo isso está em estrita sintonia com os preceitos da nossa Carta Magna.

Já o Ministério Público, como defensor da ordem jurídica, foi instituído para colaborar com o Poder Judiciário, mas também não possui função legislativa.

Nas ditaduras, não existem advogados livres. O Ministério Público submete-se às diretrizes governamentais e o Poder Judiciário torna-se uma longa manuseio Poder Executivo. Somente nas democracias a advocacia é um instrumento indispensável de defesa do cidadão.

Embora tenha deixado a administração de órgãos da classe, presido o Colégio de Ex-Presidentes do IASP e permaneço atuante no Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP,

bem como em diversas instituições jurídicas. Nas Academias Paulista e Brasileira de Letras Jurídicas, na Academia Brasileira de Direito e, principalmente, na Academia Internacional de Direito e Economia, tenho empenhado meus esforços em defender que nós, advogados, resgatemos o protagonismo da época em que a classe possuía a coragem inabalável de denunciar qualquer afronta à Constituição Federal, exigindo que cada Poder se mantivesse adstrito às suas atribuições constitucionais.

Isto é, cabe ao Poder Legislativo elaborar as leis, autorizando, apenas em caráter excepcional, a edição de medidas provisórias e leis delegadas ao Executivo — no primeiro caso, cabe-lhe aprovar ou rejeitar; no segundo, delimitar a delegação. Jamais, contudo, essa prerrogativa deve caber ao Judiciário. Enquanto o Executivo exerce a função administrativa, o Judiciário deve atuar respeitando a instituição que é o verdadeiro esteio da democracia, ou seja, a advocacia. É por essa razão que fomos consagrados no artigo 133 da Constituição Federal, como invioláveis no exercício de nossas funções.

Gostaria de ver em nossos dirigentes de classe a coragem necessária para enfrentar este momento

difícil, marcado por constantes invasões de competência, e que a voz dos advogados brasileiros voltasse a ser ouvida com o mesmo vigor de outrora.

É fundamental que nós, advogados, retomemos o protagonismo e a presença firme que marcaram nossa atuação na época da redemocratização. Que façamos da palavra o nosso instrumento para o restabelecimento da plena normalidade democrática, dialogando com os atuais detentores do poder, sem perder a altivez, lutando pelo cumprimento intransigente da Constituição Federal, pela harmonia e independência dos Poderes, sem jamais admitir a invasão de suas atribuições outorgadas pela Lei Suprema.

Enfim, na condição de um velho advogado de província (completarei 91 em fevereiro), que pretende exercer esta nobre profissão até morrer, venho apelar aos meus colegas: façamos uso do instrumento mais poderoso que possuímos: a palavra. Que por meio dela o Brasil retome o caminho da normalidade democrática, pautada pelo respeito à independência e à harmonia entre os Poderes, e que aqueles que os exercem honrem as funções relevantes que possuem no país, respeitando os limites que lhes foram outorgados pela Constituição.

Visão do Direito



Ricardo Alves

Advogado, sócio e responsável pela gestão de tecnologia e segurança da informação do escritório Fragata e Antunes Advogados

Proteção de dados completou 20 anos

No último dia 28 de janeiro, o Dia Internacional da Proteção de Dados completou 20 anos. Criada em 2006, a data marca a consolidação da proteção de dados pessoais como um direito fundamental e como um elemento central das relações econômicas e digitais. Duas décadas depois, o tema deixou de ocupar um espaço periférico no debate jurídico e passou a influenciar diretamente decisões estratégicas de negócios, políticas públicas e o desenvolvimento tecnológico.

A escolha do dia 28 de janeiro não é casual: ela remete à assinatura, em 28 de janeiro de 1981, da Convenção 108 do Conselho da Europa, primeiro tratado internacional juridicamente vinculante dedicado à proteção de dados pessoais no contexto do tratamento automatizado de informações. Criado, inicialmente, como um marco europeu, o Dia Internacional da Proteção de Dados passou a ser celebrado globalmente a partir de 2006, com o objetivo de reforçar a centralidade da privacidade e da proteção de dados como direitos fundamentais diante do avanço tecnológico e da digitalização crescente das relações sociais e econômicas.

A celebração deste ano ocorreu em um contexto especialmente simbólico para o Brasil. O

recente reconhecimento mútuo de adequação em proteção de dados entre o Brasil e a União Europeia confirma que a Lei Geral de Proteção de Dados oferece um nível de proteção considerado essencialmente equivalente ao do GDPR (General Data Protection Regulation ou Regulamento Geral de Proteção de Dados, em tradução livre, da União Europeia). Trata-se de um avanço institucional relevante, que simplifica as transferências internacionais de dados entre as duas jurisdições e reforça a credibilidade do regime brasileiro no cenário global.

Na prática, o acordo elimina, como regra geral, a necessidade de instrumentos contratuais específicos para viabilizar fluxos de dados entre Brasil e União Europeia, reduzindo burocracias e aumentando a segurança jurídica. Para muitas empresas, isso representa alívio operacional e previsibilidade regulatória. A experiência prática, no entanto, mostra que esse é apenas um dos capítulos do desafio contemporâneo da proteção de dados.

Antes mesmo do reconhecimento de adequação, era comum que empresas multinacionais buscassem soluções para manter fluxos globais de dados sem fragmentar contratos ou para criar regimes paralelos apenas para o Brasil. Em um trabalho recente que acompanhei,

a discussão começou justamente por aí: compreender se instrumentos europeus seriam suficientes para legitimar transferências envolvendo o Brasil à luz das regras então vigentes da ANPD.

Rapidamente, porém, o debate se deslocou. A preocupação central deixou de ser apenas a transferência internacional, passando a envolver o uso de decisões automatizadas e modelos algorítmicos para avaliar usuários, prevenir fraudes e, em determinados casos, encerrar relações contratuais. O foco deixou de ser o instrumento jurídico e passou a ser a governança.

Esse movimento não é isolado. A expansão do uso de inteligência artificial e de decisões automatizadas colocou a proteção de dados no centro de discussões sobre transparência, explicabilidade, responsabilidade e direitos fundamentais. A LGPD admite decisões automatizadas, inclusive no contexto pré-contratual, mas exige salvaguardas claras, informação adequada ao titular e a possibilidade de revisão humana quando solicitada. Esses requisitos ganham ainda mais relevância quando decisões são tomadas em escala e produzem efeitos concretos sobre as pessoas.

O reconhecimento de adequação entre Brasil e União Europeia resolve um problema importante, mas não reduz a complexidade do

cenário regulatório. As obrigações materiais da LGPD permanecem integralmente aplicáveis, assim como a necessidade de atenção a fluxos envolvendo países sem decisão de adequação, como os Estados Unidos. Mais do que isso, cresce a importância de alinhar contratos, políticas de privacidade, práticas operacionais e modelos de negócio a uma lógica consistente de governança de dados.

Vinte anos após a criação do Dia Internacional da Proteção de Dados, fica claro que o tema evoluiu. Proteger dados pessoais, hoje, significa também estabelecer limites responsáveis para o uso da inteligência artificial, garantir decisões automatizadas legítimas e preservar a confiança em ambientes digitais cada vez mais complexos. A proteção de dados deixou de ser um exercício formal de conformidade e passou a ser uma questão estrutural de governança e estratégia.

O acordo entre Brasil e União Europeia é um marco relevante e merece ser celebrado. Mas ele também reforça uma mensagem essencial: o futuro da proteção de dados não está apenas nas fronteiras entre países, e sim na forma como organizações lidam com dados, tecnologia e pessoas em um mundo cada vez mais orientado por algoritmos.

Visão do Direito



Gustavo Yunes

Advogado e sócio da plataforma cancelou.com

Os direitos do passageiro ante as companhias aéreas

Viajar de avião virou parte da rotina de milhões de brasileiros. O problema é que, na alta temporada surgem situações desagradáveis, que fogem de qualquer expectativa. Nesta época do ano, os atrasos, cancelamentos, extravios de bagagem e overbooking deixam de ser casos isolados e passam a ser recorrentes.

Uma projeção da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer) indica que, entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, as companhias aéreas irão disponibilizar 184 mil voos para 29,8 milhões de passageiros. Isto significa que haverá o embarque diário de 397,3 mil pessoas em algum voo no país. Estatisticamente, dá pra dizer que é impossível não haver transtornos. A pergunta que todo passageiro deve saber responder é: o que fazer diante de um problema com a companhia aérea?

Antes de tudo, é importante saber que há uma cartilha a que recorrer. A Resolução

400/2016, da Anac, a Agência Nacional de Aviação Civil, expressa todos os deveres e direitos dos passageiros e as obrigações das empresas de aviação no país. Assim, o passageiro não está desamparado para casos que envolvem atraso ou cancelamento do voo, excedente de passagens aéreas comercializadas e extravio de bagagem. O fato de as regras raramente serem apresentadas de forma espontânea pelas companhias não apaga sua existência nem tampouco a obrigação que elas têm para com o consumidor.

Começamos pelos problemas de atraso ou cancelamento dos voos. Se for um atraso, a empresa deve informar imediatamente e indicar uma nova previsão de horário de embarque. A comunicação também deve ser feita imediatamente em situações de cancelamento ou interrupção do serviço, e o passageiro deve ser mantido informado a cada trinta minutos em situações de atraso, algo que nem todas as companhias se preocupam em fazer. Aliás, a falta

de comunicação da empresa com o cliente em situações que impactam em sua viagem já pode configurar num erro passível de indenização.

Quando o atraso passar de quatro horas, se o voo for cancelado ou se o passageiro for impedido de embarcar por excesso de vendas de passagens, a companhia aérea é obrigada a oferecer a acomodação em outro voo, a reembolsar integralmente o passageiro ou a oferecer outro meio de transporte para levá-lo ao destino. Contudo, a escolha ou não por alguma dessas opções é um direito exclusivo do consumidor.

Já o overbooking, ou seja, a venda de passagens excedentes pela companhia para um mesmo voo, dá direito ao passageiro que for barrado de ser realocado em outro avião que permita seguir para o seu destino. Mas não é só isso. A Anac determina o pagamento que costumam variar entre voos domésticos e internacionais.

Se o problema for extravio de bagagem, a orientação da Resolução 400 da Anac é de que

o passageiro registre uma reclamação junto à empresa, que deverá restituir os pertences em até sete dias para o caso de voo nacional, ou 21 dias para os voos internacionais. Caso o passageiro identifique que a mala foi violada ou algum objeto foi danificado, a reclamação deve voltar a ser feita. A companhia aérea terá, então, de ressarcir o consumidor em até uma semana.

É claro que seria mais fácil dizer que viajar de avião é uma experiência incrível, e que muitos passageiros carregam experiências positivas de uma viagem aérea. Mas, na prática, a realidade não é bem essa. As companhias prestam um serviço essencial e lucrativo, e isso exige responsabilidade proporcional. O tratamento a cada passageiro deve ser adequado àquilo para o qual a companhia foi contratada. Conhecer os próprios direitos é a primeira medida necessária para coibir os abusos das companhias, principalmente na alta temporada.

Visão do Direito



Ivonete Granjeiro

Advogada, professora (UnDF), consultora legislativa de direitos humanos (CLDF), doutora em psicologia (UnB)

O caso de Maria de Lourdes e a competência para julgar

No dia 5 de dezembro de 2025, a cabo do Exército Maria de Lourdes Freire Matos, de 25 anos, foi brutalmente assassinada dentro das dependências do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília (DF). O crime, que chocou Brasília, está sendo investigado tanto pela Polícia Civil do Distrito Federal quanto pela Justiça Militar da União como feminicídio — qualificado como homicídio motivado por violência de gênero.

Segundo as investigações, Maria de Lourdes foi esfaqueada duas vezes no pescoço pelo soldado Kelvin, com quem teria tido uma relação amorosa. Após matar a jovem, o assassino ateou fogo no local onde o crime ocorreu, para destruir provas.

A vítima era saxofonista da banda militar do regimento e havia ingressado no Exército há poucos meses. O caso ganhou repercussão não apenas pela violência, mas também por levantar questões jurídicas sobre a competência para julgamento, uma vez que o crime ocorreu dentro de uma instituição militar.

O fato de o crime ter ocorrido dentro de um quartel e entre integrantes das Forças Armadas poderia, à primeira vista, sugerir a atuação da Justiça Militar. No entanto, é necessário analisar a natureza do delito e sua conexão com a atividade ou função militar. No Código Penal, o feminicídio é tipificado como crime autônomo, qualificado por razões de gênero, com pena prevista de 20 a 40 anos de prisão. Já o Código Penal Militar não traz o feminicídio como crime militar autônomo. Há previsão do homicídio qualificado, com pena de 12 a 30 anos de reclusão.

A distinção entre Justiça Comum e Justiça Militar tem efeitos concretos no processo penal e na percepção de justiça pela sociedade. Aspectos como independência do julgamento, transparência, participação da comunidade (por meio de jurados no Tribunal do Júri) e normas processuais aplicáveis variam significativamente entre os dois ramos judiciais.

Assim, dada a natureza comum do crime de feminicídio e sua desvinculação das funções militares formais, a competência para o

julgamento do assassino de Maria de Lourdes deverá ser da Justiça Comum, por meio do Tribunal do Júri. Ademais, a Justiça Comum garantirá a adequação às normas que tratam especificamente do crime de feminicídio —, incluindo a participação popular no julgamento.

O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou entendimento de que a competência da Justiça Militar ocorre apenas “nos casos em que a ofensa recaia sobre bens jurídicos vinculados à função militar, como a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”, de acordo com o ex-ministro Roberto Barroso.

A Constituição Federal determina que cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) resolver o conflito de competência entre quaisquer tribunais (art. 105, I, “d”). Assim, o STJ tem papel fundamental quando há conflito de competência entre juízos.

A atuação do STJ nessa matéria — ao julgar conflitos de competência — é essencial, porque, a ausência de uma definição clara pode gerar insegurança jurídica, atrasos processuais e possível comprometimento da efetividade da tutela

jurisdicional. Assim, cabe ao STJ estabelecer de forma definitiva a competência, assegurando a unidade do sistema judicial e prevenindo decisões contraditórias entre instâncias diversas.

O feminicídio é um crime de ódio motivado pelo fato de a vítima ser mulher, sendo um delito social enraizado em misoginia, desigualdade de gênero e estruturas de dominação que subjugam mulheres, exigindo do sistema de justiça não só punição, mas atuação interdisciplinar, sensível ao gênero e focada em políticas públicas de prevenção para transformar a cultura de violência.

Dessa forma, espera-se que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da Justiça Comum, reconhecendo que o feminicídio, ainda que praticado por militar e em ambiente militar, não se transmuta em crime militar quando desvinculado do exercício da função. A submissão do caso ao Tribunal do Júri representa não apenas fidelidade ao texto constitucional, mas também um compromisso institucional com o enfrentamento da violência contra a mulher.

Visão do Direito



Daniel D'Elia Thomaz de Aquino

Advogado e mestrando em arbitragem pela FGV Rio

Arbitragem: caminho eficaz para o Estado resolver conflitos

Adoção da arbitragem pela Administração Pública deixou de ser uma exceção e se torna um instrumento central para lidar com litígios cada vez mais complexos, sobretudo em infraestrutura, concessões e parcerias estratégicas. A arbitragem representa, hoje, uma das vias mais eficazes para conciliar eficiência, controle e segurança jurídica, especialmente após mudanças normativas que ampliaram sua utilização pelo poder público.

Segundo levantamento da Câmara de Comércio Internacional (ICC), o Brasil está entre os cinco países que mais participam de arbitragens administradas pela instituição desde 2020, o que sinaliza um amadurecimento institucional e uma maior confiança de investidores no ambiente regulatório brasileiro.

Esse avanço ocorre em um cenário em que o processo judicial tradicional, embora essencial, não acompanha a velocidade técnica exigida por disputas multibilionárias. De acordo com o Relatório Justiça em Números 2024 do CNJ, a duração média de um processo cível em grau recursal ultrapassa seis anos. Em contraste, estudos do

Comitê Brasileiro de Arbitragem indicam que procedimentos arbitrais domésticos costumam ser concluídos entre 18 e 24 meses. A diferença de tempo não é mero detalhe. Em contratos de concessão ou obras de infraestrutura, atrasos prolongados impactam serviços públicos, aumentam custos e reduzem a previsibilidade para operadores privados, o que reforça a tese de que a arbitragem pode funcionar como mecanismo de racionalização da gestão pública.

É verdade que críticas persistem, especialmente quanto ao risco de afastamento do princípio da legalidade ou à preocupação com a transparência dos procedimentos. O argumento de que a expansão da arbitragem reduziria o controle social sobre decisões envolvendo recursos públicos não se sustenta. A ideia perde força diante das garantias já incorporadas ao regime brasileiro. A Lei 13.129/2015 exige publicidade das decisões envolvendo entes públicos e mantém intactos os limites da legalidade. Além disso, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), países que ampliaram o uso de arbitragem em contratos de infraestrutura registraram aumento na

atratividade de investimentos sem prejuízo ao escrutínio público, desde que adotassem mecanismos de transparência ativa.

Outro ponto sensível diz respeito à necessidade de autorização específica para que o Estado participe de um tribunal arbitral. A jurisprudência recente mostra que esse debate não representa mais um obstáculo significativo. O Superior Tribunal de Justiça já reconheceu a compatibilidade entre arbitragem e o princípio do juiz natural, como no MS 11.308/DF, e reafirmou a validade de compromissos arbitrais celebrados pela Administração mesmo sem previsão editalícia, conforme o Resp 904.813/PR. Esses precedentes demonstram que a arbitragem não subverte o regime jurídico-administrativo, mas se integra a ele como técnica de resolução de disputas compatível com o interesse público.

É igualmente relevante observar que o Brasil se distancia do modelo de arbitragem internacional de investimentos, em que o Estado atua como parte soberana diante de investidores estrangeiros. Segundo a UNCTAD, litígios desse tipo frequentemente envolvem bilhões de dólares

e questionam políticas públicas, o que gera tensões diplomáticas.

O regime brasileiro, ao contrário, concentra-se em direitos patrimoniais disponíveis e mantém maior equilíbrio entre eficiência e autonomia regulatória. Essa diferença revela uma escolha institucional: priorizar soluções especializadas sem comprometer a prerrogativa estatal de regular setores essenciais.

A consolidação da arbitragem como ferramenta de governança pública depende agora de passos internos. O poder público precisa aprimorar sua estrutura para negociar cláusulas arbitrais de forma mais profissional, capacitar equipes e adotar práticas de compliance que garantam transparência e previsibilidade. Se esse movimento se fortalecer, a arbitragem tende a se transformar em um dos pilares de estabilidade para investimentos de longo prazo, além de um instrumento de modernização administrativa. O Brasil já avançou no marco legal e jurisprudencial; falta consolidar a cultura institucional que permita ao Estado colher, de forma plena, os benefícios desse caminho.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 12 de fevereiro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO 1 Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

109 SQS Sul "E" 3qts 1ste 137m2 gar. silenc/ desoc. Tr dir. c/prop. WhatsApp: 99986-2496

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cutes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QRSW 02/03 Kit mobiliada e decorada , c/ 35m2 suíte, sala, cozinha, americana. Zap 99109-6160 SR. Imóveis cj9417

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE

105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

1.3 ÁGUAS CLARAS

CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GAMA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QND 05 vendo excelente casa com 3 quartos sendo uma suíte, sala, cozinha, banheiro social, cerâmica, terreno 340m2, quitada, escritório, ótima localização, valor R\$ 595 mil. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNJ 42 vendo excelente casa colonial, nascente, lote 250m2, com 3 quartos sendo uma suíte, sala, banheiro social, copa, cozinha com armários, área livre nos fundos com banheiro de serviço, garagem 4 carros, porcelanato, quitada, escriturada, ótima p/ investimento, aceito financiamento. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 TAGUATINGA

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QNM40excelentecasa colonial, esquina, localização maravilhosa, 3 quartos, sendo uma suíte, sala, copa, cozinha, banheiro social, área de serviço coberta, mais um baraco nos fundos, garagem pra 4 carros, aceito financiamento. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

VENDO PRÉDIO W3 SUL
512 BL B loja subs sobrelojas. Inf 99933-3440

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 1939

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

1.4 ASA SUL

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ
QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

PARK WAY

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QNC 08 lote com 360m2 esquina avenida Sandu, nascente, desocupado, quitado, escriturado, ótimo investimento, Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QNJ23 Excelente investimento Terreno vazado com casa simples, 3qtos, quitada, escriturada e desocupada. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/ água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

INVESTIMENTO!!
PIRENÓPOLIS-GOT terrenos de 1.000 m². Próximo à Cachoeira Araras. Um local ideal para descanso Tr: (62) 98128-6425

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS
200KM DISTANTE DE BRASÍLIA 2.800ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias. > timo preço! Excelente oportunidade. Tratar diretamente com o proprietário (61) 99978-1485

FAZENDA EM GOIÁS
200KM DISTANTE DE BRASÍLIA 2.800ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias. > timo preço! Excelente oportunidade. Tratar diretamente com o proprietário (61) 99978-1485

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA SUL

1 QUARTO

ALUGO APTO W3 SUL
512 BLCO B Quarto Sala Banh Inf 99933-3440

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 GUARÁ

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

QI 07 Conj. 1 casa 64. Alugo Kit p/ mulher que trabalhe fora R\$650,00 Tr: 3567-0221

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGAR CERTO.COM. BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

ALUGO LOJA W3 SUL
512 BL B c/subsolo e outra c/sobloja 999333440

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO Salas, Loja comercial e prédio no Gama . Tr. 99976-4334

ALUGO Salas, Loja comercial e prédio no Gama . Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

318/95 Compact vermelha R\$ 45.000, reliquia Tr 99988-8183

3.1 HONDA

HONDA

CIVIC/04 1.7 cor cinza automático vidro elétrico, pintura excelente. Necessita retífica de motor 360Mkm R\$20.000 . Lago Sul Tr: 99977-1141

CIVIC 17/17 EX CVT Flex, prata, 55.530 km. ‡ nico dono. Valor da tabela fi p e . R\$ 102.000.00. 99981-3271

3.6 PEÇAS E SERVIÇOS

CONSÓRCIO

CONSÓRCIO
AUTOMÓVEIS OU IMÓVEIS . Compro sua carta de crédito contemplada, não contemplada ou cancelada. Informações Zap: (61) 98664-7280 ou (61) 98400-1681.

CONSÓRCIO
AUTOMÓVEIS OU IMÓVEIS . Compro sua carta de crédito contemplada, não contemplada ou cancelada. Informações Zap: (61) 98664-7280 ou (61) 98400-1681.

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

DIGITAÇÃO

FAÇO ARTIGOS, MONOGRAFIAS,

PROJETOS DE PESQUISA, PROJETO de qualificação para o mestrado, dissertação de mestrado, defesas, formatação c / perfeição, experiente c / universidades Projeção, UnB, Católica, USP e outras. (Passo ferramenta anti-plágio). Zap (61) 99149-8430

FAÇO ARTIGOS, MONOGRAFIAS,

PROJETOS DE PESQUISA, PROJETO de qualificação para o mestrado, dissertação de mestrado, defesas, formatação c / perfeição, experiente c / universidades Projeção, UnB, Católica, USP e outras. (Passo ferramenta anti-plágio). Zap (61) 99149-8430

SURF TELECOM S.A.
CNPJ/MF nº 10.455.746/0001-43 - NIRE 35.300.374.681
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026

Ficam convocados os acionistas da **Surf Telecom S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), quadra 601, bloco H, Edifício Ion, salas 1059 a 1062, CEP 70830-018, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 10.455.746/0001-43 ("Companhia"), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19 de fevereiro de 2026, às 10h00 ("Assembleia"), na modalidade exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa nº 79/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN DREI nº 79/2020") e do artigo 121, parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. 1 Instruções Gerais para Participação da Assembleia: 1.1 Tendo em vista que a Assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Zoom, sem a possibilidade do comparecimento físico na sede social da Companhia, nos termos da IN DREI nº 79/2020, os acionistas deverão solicitar seu cadastro prévio por meio do endereço de e-mail juridico@surf.com.br, com o assunto "*Participação em AGE de 19 de fevereiro de 2026*"; apresentando simultaneamente a documentação que comprove sua identidade ou representação legal. 1.2 Para participar da Assembleia, os acionistas deverão enviar em anexo ao e-mail indicado no item 1.1 acima, (a) no caso de acionista pessoa física: cópia autenticada ou documento de identidade original com foto; e (b) no caso de acionista pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado aplicável e procuração com firma reconhecida que evidencie a representação legal do acionista no Brasil, com poderes específicos para participação e votação na Assembleia. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. A procuração em língua estrangeira deverá estar acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato, todos devidamente traduzidos de forma juramentada para o português, notariados e consularizados. O procurador deverá apresentar juntamente com a procuração outorgada pelo acionista (i) e-mail e telefone de contato do procurador; (ii) cópia autenticada do documento de identificação com uma foto do procurador (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional, desde que contenham foto de seu titular); e (iii) os demais documentos do acionista mencionados acima. 1.3 Após comprovação dos cadastros e regularidade dos documentos, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente a sua solicitação no prazo e nas condições acima dispostos. O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. 1.4 Os documentos indicados no item 1.2 acima, devem ser enviados por e-mail à Companhia, com (3 três) dias de antecedência da data designada para a realização, em primeira convocação, da Assembleia. 1.5 O exercício do direito de voto dos acionistas nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia, serão realizados por meio de registro da atuação remota, mediante utilização do sistema eletrônico acima mencionado ou mediante uso do boletim de voto a distância. 1.5.1 O boletim de voto a distância será enviado aos acionistas na data da publicação da primeira convocação para a realização da Assembleia a que se refere e, caso qualquer acionista pretenda exercer o seu direito de voto através do boletim, deverá devolver o boletim de voto a distância à Companhia com, no mínimo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia. 1.5.2 A Companhia terá 2 (dois) dias, contados do recebimento do boletim de voto a distância, para analisar e comunicar que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do Acionista seja considerado válido, ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham. 1.6 Sem prejuízo das publicações a serem realizadas conforme prevê a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia enviará, por carta registrada, nos termos do artigo 124, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, cópia do presente edital de convocação a cada um de seus acionistas. 1.7 Para todos os fins legais, a Assembleia digital será considerada como realizada na sede social da Companhia. 1.8 Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico juridico@surf.com.br.

Brasília, 11 de fevereiro de 2026.
Yon Moreira da Silva Junior - Diretor Presidente

PESTANA®
LEILÕES

previsul
SEGURODORA

LEILÃO DE 17 IMÓVEIS | 19/02/26 às 9h | ELETRÔNICO

Lote 9 - Loja em Taguatinga/DF. Bairro Taguatinga Norte (in loco). St. H Norte, sn (Área Especial 3). Armazém 14. Área priv. de 274,6556m² e fração ideal de 0,014866. Edital completo, descrição e fotos do imóvel acesse nosso site. Lance inicial: R\$ 1.026.348,00

COND. DE PGTO: À vista c/ 10% de desconto | Comissão de 5% à Leiloeira | Parcelado: sinal mín. de 25% e saldo em 12x s/ acresc. + Taxa adm. de R\$ 2.000,00 em até 24h

Liliamar Pestana Gomes | Leiloeira Oficial - JUCISRS 168/00 | 51 3535.1010 | pestanaleiloes.com.br

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

PREZADA, VALÉRIA Silva Martins. A Marzuk Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ: 10.923.812/0001-62, informa que você está ausente desde o dia 12/12/2025, sem justificativa. Informamos que foi enviado 2 telegramas de convocação ao endereço cadastrado, porém o mesmo retornou devido à sua ausência no local. Solicita-se seu retorno ou contato em até 48 horas após o recebimento desta, para regularização da sua situação junto a empresa. A falta de retorno poderá caracterizar abandono de emprego conforme a legislação trabalhista vigente artigo 482, letra "I" da CLT. Sem mais, Marzuk.

MÍSTICOS**AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS**

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriadinhos. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

DONA PERCÍLIA

FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

DONA PERCÍLIA

FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

CACAU SOLTERINHA

20 ANOS seios furando a blusa! Faça oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

FAÇO ORAL

GINA 35 ANOS Oral até o fim, em homens ativos, deixo finalizar na boca! Só ligações. 61 98423-0109

LUANA LINDA LOIRA

ALTA e MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taquatinga 61 99230-2525

MASSAGEM RELAX**AS+TOPS DAS GALÁXIAS**

AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens. com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

MASSAGEM Tântrica à domicílio Atd homens 60 mais. 61 98149-9022

PRECISA-SE

MASSAGISTA COM OU SEM experiência p/ Asa Sul (61) 99665-7721 WhatsApp

PRECISA-SE

MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. 1timos ganhos 61 98564-2267

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego**
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE p/serviços gerais para morar, s/ casal Tr: 99903-0605.

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

CONTRATAMOS PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Diversas vagas. Enviar CV para: rh@germana.com.br

PRECISA-SE

DOMÉSTICA PARA todo serviço, na Asa Sul, que saiba cozinhar bem. Salário R\$ 2mil + passagens e carteira assinada. Exige-se referência! Tratar com Marta pelo zap (61) 99827-0505

CARRERA KART**CONTRATA**

SERVIÇOS GERAIS Para trabalhar em pista de Kart, na manutenção da pista, limpeza e atendimento ao cliente. De terça à sexta das 16:30 às 23h, e sábados, domingos e feriados das 9:30 às 21h, (carro da empresa leva na rodoviária). Folgas todas as segundas e 1 sábado ou domingo por mês. Salário líquido R\$ 2.000,00 vale transporte + refeição no local. Enviar currículo com referências e telefone para contato. Enviar para: curriculo@carrerakart.com.br

6.1 NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

SOLUÇÃO PARABRISAS

CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas. Tag/ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

URGENTE !!!

CONTRATA-SE ATENDENTE DE LANCHONETE e Caixa. Salário comercial. Segunda a segunda, um domingo por mês, folga na segunda-feira. Enviar CV: rfulodoacai@gmail.com

EMPRESA COM ESCRITÓRIO NO SIA PRECISA

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO com bom conhecimento em informática. Enviar currículo com pretensão salarial para e-mail: alessandro.santos@coperbras.com.br

PET SHOP NO**COND SOLAR DA SERRA**

JD BOTÂNICO PRECISA BANHISTA COM EXPERIÊNCIA pontual e gostar de animais, 44 hs semanais, R\$1.800 + VL Transporte e 2 folgas/mês, além dos domingos. Currículo p/ Zap 61 99606-6235.

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISO DE DOMÉSTICA boa na arrumação quarta e quinta pode ir p/casa. sexta, sábado e domingo dorme no serviço e sai segunda cedo, folga segunda e terça, c/refer s/vícios. Salário R\$2.200. Lago Sul Inf. msg WhatsApp 61 98122-8159

FATURISTA

CLÍNICA CETFISIO Que seja proativa, organizada. Salário R\$ 1.850,00 + VA R\$ 25,00 por dia + VT R\$ 11,00 por dia. Segunda a sexta - horário comercial. Enviar CV: contatocetfi@gmail.com

PRECISA-SE

MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. 1timos ganhos 61 98564-2267

CONTRATA-SE

MASSOTERAPEUTA/DEPILADORA c/ experiência p/ início imediato, p/ trabalhar em Clínica localizada na Asa Norte aos sábados de 9h às 14h. Oferece: Comissão sob os atendimentos realizados + alimentação e passagem, inclusa. Enviar currículo p/ WhatsApp: 61 98254-4421

6.1 NÍVEL MÉDIO

MERCADO CONTRATA OPERADOR (A) DE MERCADO C/ experiência. Horário: 7h às 14h ou 14h às 20h. Vic Pires próx Av. Estrutural. CV p/Zap (61) 98138-3788 ou akitemhortifruti@gmail.com

RECEPCIONISTA

CLÍNICA CETFISIO Que seja proativa, organizada, receber pacientes, monitorar agendas e horários de consultas, etc. Salário R\$ 1.621,00 + VA R\$ 25,00 por dia + VT R\$ 11,00 por dia. Segunda a sexta - horário comercial. Enviar CV: contatocetfi@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também: Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista. Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90016/2026

OBJETO: Aquisição de material de expediente, com entrega imediata.
ABERTURA: 11/03/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

Juliana Sá de Almeida Bezerra
Pregoeira

**CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDINS GENEBRA**

CNPJ: 58.069.520/0001-30
 DF-250, KM 04/05, Lote 09, Paranoá, Brasília-DF - CEP:71.574-150

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **RESIDENCIAL JARDINS GENEBRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 58.069.520/0001-30, com sede na Rodovia DF 456, km 4, Lote 10, Loteamento Jardins Genebra, Brasília/DF, neste ato representado pela, Sra. CAMILA FERREIRA ALCANTARA, CPF nº 032.923.339-46, convoca todos os senhores e senhoras condôminos do **Condomínio Residencial Jardins Genebra** a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, a ser realizada nas seguintes condições:

Data: 23/02/2026
Local: <http://www.abrilink.com.br/assembleia23fev2026>

ID da reunião: 847 5666 1081

Senha: 12345

Assembleia se instalará:

- **1ª Convocação:** às 17h45min com a presença de condôminos que representem, no mínimo, com 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos totais dos condôminos;
- **2ª Convocação:** às 18h15min, independentemente da quantidade de presentes.

Assembleia terá a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Ajuste da taxa condominial.

Observações Importantes:

- A participação de todos é fundamental para a tomada de decisões que visam o melhor para o nosso condomínio.
- Terão direito a voto os condôminos que estiverem quites com suas obrigações condominiais, conforme dispõe o Art. 1.335, III, do Código Civil.
- O condômino poderá ser representado por procurador, desde que munido de procuração com poderes específicos para o ato.
- As decisões tomadas em assembleia obrigam a todos os condôminos, inclusive os ausentes e os que se abstiverem de votar.

Contando com a presença de todos, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Brasília-DF, 12 de Fevereiro de 2026
 Condomínio Residencial Jardins Genebra

Camila Alcântara
Diretora Comercial - FGE



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRIATHLON - CBTRI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL**

O Presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Triathlon (CBTRI), em observância à competência que lhe é atribuída pelos arts. 26, 27, §1º e 29, §4º, XVII do Estatuto da entidade, vem, pelo presente, convocar a Assembleia Geral da CBTRI para Assembleia Geral Eleitoral a se realizar no dia 13 de março de 2026, por videoconferência na plataforma Google Meet, às 15h00 (quinze horas) em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos membros, e às 15h30 (quinze horas e trinta minutos), em segunda e última convocação, com qualquer quórum, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Eleição de membros do Conselho Fiscal para complementação do mandato 2023-2027.
2. Proclamar o resultado e empossar os eleitos.

Todas as orientações, informações e documentos relacionados ao processo eleitoral, inclusive seu calendário, serão enviados aos membros por e-mail com antecedência e na forma do Estatuto. Em conformidade com o art. 25 do Estatuto da CBTRI, poderão participar da AGO os representantes legais das Federações filiadas que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e os (as) membros da Comissão de Atletas da CBTRI.

Brasília, 9 de fevereiro de 2026

Antônio Bernardino
Presidente da CBTRI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O **SECHOSC-DF** - SINDICATO DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, BOITES, MOTEIS, COZINHAS INDUSTRIAIS, EM EMPRESAS FORNECEDORAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E AFINS, CHOPARIAS, DANCETERIAS, SÓRVERTERIAS, SERVIÇOS DE BUFFET, CANTINAS, QUIOSQUES, EMPRESAS DE TICKETS DE REFEIÇÕES E SIMILARES E EM CONDÔMINIOS DE APART-HOTEL DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 00.721.175/0001-98, via de sua 2ª Tesoureira, **GARDENIA CARDOSO COSTA DA SILVA**, na qualidade de associada e com os poderes conferidos pelo § 2º, art. 81 do Estatuto e em razão de ter apresentado Recurso aos 16.01.2026 para ser apreciado em assembleia contra o ato da Presidência que negou os pedidos formulados no requerimento protocolado no dia 09.01.2026 e ante a recusa (inércia) da Presidência em convocar no prazo estatutário, a assembleia requerida com embasamento no Estatuto do Sindicato, venho convocar todos os trabalhadores de empresas representadas pelo **SECHOSC-DF** em todo o Distrito Federal e que demonstrem serem filiados contribuintes ao **SECHOSC-DF**, por intermédio do contracheque e comprovante de vínculo na categoria, a participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **19.02.2026** a partir das 14h30m em 1ª e às 15h30m em 2ª convocação, no AUDITÓRIO do Jade Office, cuja a entrada para assembleia será pela SQPS 102 lote 15 bloco C Jade Office - PARK SUL ao lado do Sabin, Brasília-DF, e em ocorrendo qualquer evento operacional ou de força maior causado por terceiros que inviabilize sua realização, fica já designada assembleia para o dia **20.02.2026** a partir das 14h30m em 1ª e às 15h30m em 2ª convocação, no AUDITÓRIO do Jade Office, cuja a entrada para assembleia será pela SQPS 102 lote 15 bloco C Jade Office - PARK SUL ao lado do Sabin, Brasília-DF, em caso de forçar maior causado por terceiros, ambas as datas para deliberar sobre a seguinte pauta: a) o imediato lançamento, no sistema cadastral do Sindicato, fazendo constar a data de admissão no emprego de todos os associados contribuintes, em cumprimento ao disposto no artigo 8º do Estatuto Social, utilizando-se para tanto das informações constantes das relações fornecidas pelas empresas nos termos do § 4º da Cláusula 34ª da CCT 2024/2026; b) a liberação integral e imediata do acesso ao sistema cadastral do Sindicato a esta Diretoria e para todos os membros da Diretoria efetiva, garantindo-se a transparência e o controle democrático da gestão associativa; c) o fornecimento das carteiras de identificação sindical a todos os associados contribuintes, fichas anexas, por ser documento essencial para o exercício dos direitos sindicais; d) disponibilização de relação completa e atualizada dos associados contribuintes, contendo nome completo, CPF, data de filiação ao Sindicato, data de admissão no emprego, empresa empregadora, função exercida; e comprovação que tenha contribuído regularmente com as contribuições do Sindicato nos termos das CCTs; e) Esclarecimentos formais e documentados sobre a existência de associados enquadrados na categoria de "REMIDOS" no quadro associativo do Sindicato, com a respectiva relação nominal, caso existentes, incluindo as datas de aquisição desta condição que decorre do decurso de 20 (vinte) anos ininterruptos como associados CONTRIBUINTES, os quais ficam liberados de recolher mensalmente o valor devido de mensalidade Sindical. O esclarecimento se faz necessário, porque no sistema cadastral, quando a NOTIFICANTE ainda tinha acesso, não foi encontrado nenhum trabalhador associado que estivesse lançado nessa categoria; f) esclarecimentos formais e documentados sobre a existência de associados "APOSENTADOS", para comprovar que foram sócios do Sindicato com antecedência mínima de 06 (seis) meses que antecederam as suas aposentadorias e estejam em dia com as mensalidades sindicais, nos termos do art. 19, "b" e seu § 1º; g) demais deliberações.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2026.

GARDENIA CARDOSO COSTA DA SILVA
2ª Tesoureira do SECHOSC-DF

Disque-Denúncia**Secretaria de Segurança Pública.**

Uma nova arma contra a criminalidade
 Sigilo absoluto.

197

JOLMIR PAULINHO CENCI**AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, a Licença de Operação para a atividade Agrícola e de Irrigação, Fazenda Angico, Módulos 10 e 11 Área E, PAD/DF, Paranoá-DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Jolmir Paulinho Cenci, produtor rural.

VENDER, COMPRAR, ALUGAR, CONTRATAR, DIVULGAR



O Classificados do Correio
Braziliense é o lugar ideal para quem
deseja fazer um bom negócio!



Entre em contato para maiores informações

61 98167-9999



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram: @classificadoscb



Facebook @classificadoscb